



Denise de Faria Mendonça

**Influências da família de origem na
construção do laço conjugal no novo
casal: um estudo de caso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Andrea Seixas Magalhães

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2006**



Denise de Faria Mendonça

**Influências da família de origem na
construção do laço conjugal no novo
casal: um estudo de caso**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Andrea Seixas Magalhães
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Mônica de Vasconcellos Dias

Instituto de Ciências da Saúde - UVA

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2006

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem orientação da universidade, da autora e do orientador.

Denise de Faria Mendonça

Graduou-se em Psicologia no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora em 1989. Especialista em Psicologia Hospitalar; título concedido pelo CRP/4ª em 2001. Sócia Fundadora do Instituto de Terapia de Família de Minas Gerais.

Ficha Catalográfica

Mendonça, Denise de Faria

Influências da família de origem na construção do laço conjugal no novo casal: um estudo de caso / Denise de Faria Mendonça ; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Psicologia, 2006.

114 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Casal. 3. Família. 4. Transmissão geracional. 5. Ciclo Vital. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para meu pai, Paulo, de quem herdei o gosto de estudar,
para minha mãe, Nivalda, pelo exemplo de paciência e dedicação
e para meus filhos, Matheus, Francisco e Thiago,
fonte constante de vida e renovação.

Agradecimentos

À minha orientadora Prof^a Andrea Seixas Magalhães pela jovialidade e seriedade transmitidas ao longo desse percurso, exemplo que guardo como referência para minha própria caminhada e pelo apoio e confiança depositados em mim, sem os quais esse trabalho seria impossível.

À Terezinha Féres-Carneiro, coordenadora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio e toda sua equipe, pelo constante desdobrar-se no trabalho de pesquisa e aprofundamento da teoria de casal e família, com os quais todos nós ganhamos.

Ao Prof^o Cílio Ziviani pela generosa contribuição, atenção e cuidado sempre presentes durante o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Prof^o Jablonski pela forma lúdica de ensinar e aos professores da Comissão examinadora.

Ao casal de entrevistados e seus pais, obrigada pela dedicada participação.

Ao CNPq e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos para a efetivação desse trabalho.

Às minhas amigas, Adriana, Andréia e Paula pelo apoio e acolhimento em momentos difíceis e pela compreensão diante da necessidade de me recolher, algumas vezes, nesse período.

À Inês Pacífico pela continência afetiva e à minha analista, Regina Amélia, pela presença vital em momentos difíceis que culminaram com o término de meu mestrado.

Aos meus pais, Paulo e Nivalda, por me apoiarem na infra-estrutura necessária no cuidado aos netos, diante das 95 vezes que vim ao Rio em 2 anos, viagens indispensáveis à realização desse trabalho.

Aos meus filhos, pela alegria constante com que me recebem, perguntando:

“– Mamãe, o que você trouxe pra gente hoje?”

Resumo

Mendonça, Denise de Faria; Magalhães, Andrea Seixas. **Influências da família de origem na construção do laço conjugal no novo casal: um estudo de caso.** Rio de Janeiro, 2006. 114 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo tem como objetivo investigar as influências das famílias de origem na construção do laço conjugal no novo casal. Para tal, realizamos um estudo de caso, utilizando o método quanti-qualitativo. Seleccionamos um casal jovem (marido 27; esposa, 28) sem filhos e com pais vivos. Inicialmente aplicamos um questionário de investigação da conjugalidade dos pais (QCP) tal como percebida pelos filhos, em cada membro do casal. Posteriormente, realizamos entrevistas com o casal e seus respectivos pais, totalizando seis sujeitos. A psicodinâmica conjugal de um novo subsistema, o casal, está relacionada aos padrões interacionais estabelecidos em suas famílias de origem. Observamos que modelos relacionais apareceram repetidos em três gerações: na geração dos avós, dos pais e do novo casal. Na transmissão, alguns conteúdos da herança foram transformados, outros foram reproduzidos sem elaboração, na segunda e, sobretudo, na terceira geração, o novo casal. A discussão do material obtido foi embasada nos referenciais psicanalítico e sistêmico. Concluímos que as influências geracionais marcam a construção do laço conjugal, alicerçando a identidade conjugal, algumas vezes de forma construtiva e outras vezes fomentando conflitos.

Palavras-chave

Casal – Família – Transmissão geracional – Ciclo vital

Abstract

Mendonça, Denise de Faria; Magalhães, Andrea Seixas. **Family of origin influences regarding the construction of the conjugal bond in the new couple: a case study.** Rio de Janeiro, 2006. 114 p. Masters Degree Dissertation – Psychology Department, PUC-Rio.

This study aims to investigate the influences of the families of origin regarding the construction of the conjugal bond in the new couple. Therefore, we did a study using both quantitative and qualitative methods. We selected a young couple (husband 27; wife 28), without children, and whose parents were alive. Initially, a questionnaire investigating the parent's conjugality (QCP) as perceived by their children, was applied to each member of the couple. Later, we interviewed the couple and their respective parents, making up a total of six subjects. The conjugal dynamic of the new subsystem, the couple, is related to the interactional patterns established in their families of origin. We observed that relational models repeatedly appeared in three generations: in the grandparent's generation, in the parents and in the new couple. In this transmission some contents of the heritage were transformed, while others were reproduced without further elaboration, both in the second, and mainly in the third generation, that is, the new couple. The discussion of the material obtained was based in psychoanalytic and systemic theories. We concluded that generational influences mark the construction of the conjugal bond, establishing a foundation for conjugal identity, sometimes in a constructive manner and other times inciting conflicts.

Key Words

Couples – Family – Generational transmission – Vital cycle

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O CASAMENTO NO CONTEXTO PSICOSOCIAL.....	12
2.1	O casamento, da modernidade à contemporaneidade: o progressivo enfraquecimento do poder decisório das famílias de origem.....	13
2.2	Relações conjugais e transformações na afetividade.....	18
2.3	A formação do novo casal na perspectiva do ciclo vital.....	23
3	PSICODINÂMICA CONJUGAL.....	36
3.1	Motivações inconscientes na escolha amorosa.....	37
3.2	O legado familiar na visão psicanalítica.....	44
3.3	Influências transgeracionais na perspectiva sistêmica.....	47
4	A PESQUISA.....	62
4.1	Sujeitos da pesquisa.....	62
4.2	Instrumentos.....	63
4.3	A realização das entrevistas.....	65
4.4	Análise e discussão dos dados.....	66
4.4.1	Um breve histórico das famílias de origem do novo casal.....	66
4.4.2	Análise e discussão das entrevistas.....	69
	Concepção de casamento.....	69
	Aspectos positivos e negativos do casamento.....	72
	Expectativas sobre o casamento.....	75
	Divisão de tarefas, papéis e funções.....	76
	Espaço para individualidade e para a conjugalidade.....	78
	Sexo no casamento.....	79
	O dinheiro na conjugalidade.....	81
	Lazer no casamento.....	83
	Relação com as famílias de origem.....	85
	Lugar dos filhos na conjugalidade.....	86
	Separação.....	87
	O mito da traição.....	89
	Comunicação e profecias auto-realizáveis.....	90
	Influência geracional em três gerações.....	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
7	ANEXOS.....	108
7.1	Anexo 1.....	108
7.2	Anexo 2.....	112
7.3	Anexo 3.....	114

1 Introdução

Este trabalho aborda as influências das famílias de origem na construção do laço conjugal no novo casal. No passado, os casais mantinham sólidos laços com suas famílias de origem. Elas representavam uma base segura à qual recorrer em situações de dificuldade. Observamos, hoje, que a constituição da família e do casal tem-se estabelecido sob modelos diferentes daqueles até então reconhecidos. Contudo, muito embora estejamos vivendo num mundo com rápidas mudanças e diferentes significados nas relações amorosas, teóricos de família e casal afirmam que os padrões interacionais familiares tendem a se repetir ao longo das gerações.

Boszormenyi-Nagy e Spark (1973) dizem que, frequentemente, a motivação que leva um homem e uma mulher a se unirem num novo compromisso é a fantasia de criar uma unidade familiar melhor do que a família de origem. O novo casal costuma trazer consigo algumas críticas com relação a padrões seguidos em suas famílias de origem. Este novo subsistema busca pautar sua união em padrões diferentes daqueles considerados pouco funcionais em seus sistemas precedentes. Entretanto, embora muitas vezes mantenham a intenção de mudança, o novo casal constrói seu laço conjugal repetindo padrões anteriormente estabelecidos (Cerveney, 2000).

Bowen (1979) afirma que para resolver uma questão “aqui e agora” é preciso ir “lá e antes”. Seguindo essa premissa, focalizamos a conjugalidade dos pais como importante fator na construção do laço conjugal do novo casal. Com nossa pesquisa buscamos enriquecer a compreensão das influências das famílias de origem na formação do laço conjugal no novo casal.

No segundo capítulo, enfocamos o casamento no contexto psicossocial. Nos últimos vinte anos, as instituições da família e do casamento sofreram mudanças radicais. O questionamento sobre as regras e os rígidos papéis até então estabelecidos conduziu muitas pessoas a adiar o matrimônio ou a renunciar aos filhos no casamento. Hoje, os casais tentam construir paradigmas relacionais diferentes dos tradicionais. Pesquisas demonstram ser grande o número de casais que experimentam novos contratos na construção do laço conjugal (Dias, 2000; Goldenberg, 2000; Féres-Carneiro, 1998).

Os múltiplos valores sociais atribuídos aos gêneros, a emancipação feminina e a diminuição da influência religiosa na sociedade foram alguns dos fatores ocorridos, sobretudo, no último século que influenciaram as novas formas de se relacionar. O ideal de amor romântico cedeu espaço ao amor confluyente, que se caracteriza pela vinculação emocional próxima e continuada com o outro (Giddens, 1992).

Nesse contexto, o novo casal inaugura uma nova fase no ciclo vital da família, a família em fase de aquisição. A fase de aquisição caracteriza o período inicial de união do casal e destaca-se por três processos fundamentais: unindo-se, construindo a vida a dois e vivendo a parentalidade (Berthoud, 2002). Em cada um desses processos evidenciam-se fenômenos significativos por meio dos quais o casal precisará lidar com as diferenças e influências dos padrões das famílias de origem, num movimento contínuo de construção e elaboração da própria conjugalidade.

O terceiro capítulo enfoca a psicodinâmica do novo casal contemplando as abordagens psicanalítica e sistêmica. A primeira abordagem valoriza as motivações inconscientes na escolha amorosa. Destacamos a importância de conceitos como narcisismo, ideal de eu e eu ideal para a compreensão da escolha amorosa. Pincus e Dare (1981) afirmam que frequentemente a união de duas pessoas está relacionada à resolução de conflitos inconscientes. A partir dessa visão, discutimos mecanismos projetivos presentes na escolha amorosa.

A psicanálise de família oferece uma importante contribuição para o estudo das influências geracionais mediante a compreensão da transmissão psíquica. A constituição do sujeito se dá no espaço intersubjetivo das relações familiares e na história familiar herdada. Na família transmitem-se desejos, expectativas e crenças que são modificados ou repetidos pelas novas gerações, considerando-se a singularidade de cada sujeito e os arranjos que podem ser feitos com os elementos herdados (Féres-Carneiro & Magalhães, 2005).

A abordagem sistêmica também destaca as influências geracionais presentes na relação do novo casal. As idéias da família de origem e da sociedade em geral a respeito dos papéis, funções, regras, direitos e responsabilidades dos cônjuges exercem grande influência sobre os modelos interativos presentes no curso do ciclo vital do casal. Muitas vezes as demandas pessoais dos cônjuges acabam dependendo, de forma substancial, das expectativas parentais.

Os conceitos de fusão e indiferenciação do eu (Bowen, 1979) foram por nós ressaltados para a compreensão do processo de transmissão multigeracional. Outros conceitos do referencial sistêmico como triangulações, regras, repetição de padrões, plasticidade das fronteiras entre os sistemas, emaranhamento e rompimento foram também destacados como chaves de compreensão das influências familiares que se presentificam na construção do laço conjugal no novo casal.

Destacamos a noção de lealdade familiar (Boszormeny-Nagy e Spark, 1973) como um fator preponderante nas relações familiares. O conceito de lealdade embasa a compreensão das interações familiares no decorrer de sucessivas gerações. Por meio dos compromissos de lealdade os padrões de funcionamento, os valores e as crenças de um sistema são transformados em tradições. No entanto, os deveres de lealdade também podem levar à reprodução de modelos interacionais descontextualizados e estabelecerem relações conflitivas.

No quarto capítulo, apresentamos a pesquisa, um estudo de caso, no qual privilegamos a investigação das influências das famílias de origem na construção do laço conjugal no novo casal. Nessa investigação, utilizamos o método quantitativo desenvolvido em duas etapas. Inicialmente, aplicamos em cada membro do novo casal um questionário com o objetivo de investigar a conjugalidade dos pais tal como vivenciada e percebida pelos filhos. Posteriormente, realizamos uma entrevista com cada sujeito, o casal e seus respectivos pais. Por meio da análise do material obtido, identificamos padrões interacionais repetidos não apenas em duas, mas em três gerações que foram analisados à luz da literatura abordada nos capítulos 2 e 3. Finalmente, tecemos considerações sobre os resultados de nossa pesquisa.

2

O Casamento no contexto psicossocial

A instituição casamento encontra-se presente nos mais diversos contextos socioculturais, apresentando em cada um deles formas e significados diferentes. Podemos considerar a relação conjugal uma relação significativamente importante dentre as múltiplas formas de relações afetivo-sociais. Fatores sociopsicoculturais influenciam a forma de união e de manutenção das relações conjugais. Na sociedade antiga, o casamento não consagrava um relacionamento amoroso, pelo contrário, ele representava um negócio de família. Os indivíduos se casavam seguindo o conselho de suas famílias e para o bem delas. Nesse período, como a decisão da escolha era feita por parte dos pais dos noivos, havia pouco ou nenhum investimento afetivo entre os parceiros e a característica básica do casamento era a indissolubilidade, atualmente, a escolha do parceiro é feita pelo próprio indivíduo, o investimento afetivo é uma das principais características das uniões e os casamentos não são mais indissolúveis.

O século passado foi o cenário das principais transformações socioculturais, econômicas e políticas cujos desdobramentos marcaram a modernidade. A partir da segunda metade do século XX, transformações sociais importantes como a emancipação feminina, o individualismo, a independência em relação às famílias de origem, os avanços tecnológicos, a globalização, entre outros fatores, influenciaram a mudança de significado da família, do casamento, das relações afetivas em geral.

No final do século XX, encontramos uma variedade de arranjos conjugais, desde vínculos matrimoniais legais, até parceiros em uniões temporárias ou definitivas, consideradas estáveis. Casais casados, recasados, com filhos de uma primeira união, sem filhos, morando juntos ou separados, configuram algumas das possíveis formas de conjugalidade presentes na sociedade contemporânea.

Segundo Goldenberg (2000), mais que o formato do casamento, devemos buscar compreender a formação e mecanismos de manutenção do laço afetivo presentes na relação. Os novos casais estruturam suas relações num contexto com diferentes diálogos sobre romantismo, amor-paixão, amor-companheiro, individualidade, identidade conjugal, cumplicidade, diferenciação,

fusão, entre outros tantos que, muitas vezes, promovem nos sujeitos-parceiros sentimentos contraditórios e conflitos relacionais. O grande desafio para os novos casais parece ser a construção de um universo comum, com a possibilidade de expressão da individualidade de cada parceiro, o que afirma a necessidade de construção de novos padrões de relacionamento.

2.1

O casamento, da modernidade à contemporaneidade: o progressivo enfraquecimento do poder decisório das famílias de origem

Do final do século XIX às décadas de 80/90 do século XX nítidas mudanças psicossociais marcaram o casamento. No início de 1900 a família tinha autoridade para definir com quem, como e quando seus jovens integrantes deveriam se casar. Já nas décadas de 50/60, com o crescimento das cidades, é grande o número de mulheres que conquistam o direito de ir para a universidade. Tal processo, muitas vezes, se fazia mediante a mudança da casa paterna, já que as universidades se concentravam nos grandes centros. Pais e irmãos não representavam mais a fonte exclusiva de abertura para a vida social mais ampla das mulheres, nesse período. Embora a escolha do parceiro para o casamento ainda fosse feita pela família de origem, passou a depender de uma aprovação dos pares envolvidos. Esse processo evoluiu num percurso que culminou com a mudança no poder decisório dos pais. Os pais passavam a aceitar o que a geração mais nova determinava para si mesma. Essa geração assumiu o poder e o direito de escolha de seus próprios parceiros, inclusive se esta escolha deve ou não “durar para sempre” (Biasoli-Alves, 2000).

Esse processo é apontado em um estudo realizado por Hurtebise (apud, Singly, 1993) mediante a análise de correspondências amorosas do final do século XIX à segunda metade do século XX. Neste estudo, o autor destaca três momentos nos quais ocorre o progressivo afastamento da família de origem do projeto amoroso do casal. O primeiro momento corresponde aos anos entre 1860 a 1920, período no qual o casal se posiciona como uma continuação da sua família de origem e se define em relação a esse pertencimento. No período de 1920 a 1960 os cônjuges adquirem mais autonomia em relação às famílias de origem e a

relação amorosa como um projeto comum dos parceiros passa a definir o casal. A importância para os casais desse momento passa a ser a manutenção da relação em função de suas afinidades afetivo-sexuais e intelectuais, muito mais do que viver de acordo com papéis pré-estabelecidos, embasados em vínculos institucionais, sociais e religiosos. No terceiro momento, no período de 1960 a 1988, a atenção se desloca do laço amoroso entre o casal para o indivíduo. Nesse momento a valorização das necessidades individuais na relação ganha destaque. O casal já não se constitui baseado nos referenciais das famílias de origem e passa a ser definido pelos indivíduos envolvidos na relação. O vínculo conjugal passa a ser estabelecido a partir dos desejos de cada parceiro, não mais por convenções sociais. Os três momentos caracterizados nesse estudo nos mostram a progressiva valorização das necessidades individuais na relação e a diminuição da ênfase na dimensão institucional do casamento.

Théry (1996) afirma que a principal função da família encontrava-se no processo de transmitir o patrimônio econômico e moral para as gerações subsequentes. No entanto, as freqüentes transformações sociais, os novos valores vigentes, a maior atenção às necessidades individuais, colocaram a intersubjetividade como um princípio dominante. O indivíduo passou a ser valorizado em sua singularidade e as relações em qualidade. Hoje, tanto nas relações parentais quanto nas conjugais a atenção está voltada para a construção da identidade dos integrantes desses núcleos. Esse novo paradigma se destaca como referência fundamental na concepção e na dinâmica da família. O autor define a família contemporânea como uma rede de relações afetivas. Nesse sentido, a família é construída a partir das necessidades e desejos dos indivíduos, mas a solidariedade e a reciprocidade continuam sendo importantes fundamentos. Essa mesma dinâmica também norteia as novas relações conjugais.

Segundo Singly (1993), o casamento tende a desestabilizar a relação paterno-filial. O autor também destaca que ligações demasiado estreitas entre pais e filhos casados podem debilitar a relação do casal. A tradicional influência dos pais no casamento dos filhos perde força na contemporaneidade. Hoje, a expectativa é que o casal seja mais independente e exerça maior autonomia em relação a sua família de origem. Valorizam-se mais os novos núcleos familiares no lugar da família extensa. Singly (1993) aponta o gradativo afastamento do casal de suas famílias de origem como um fator de transformação na dinâmica das

relações conjugais e familiares. O casal contemporâneo adquiriu um novo formato na própria relação, centrando-se sobre si mesmo. A concepção sobre o laço conjugal passou a significar muito mais um envolvimento dos membros do casal entre si do que uma ligação deles com suas famílias de origem. O autor destaca a progressiva autonomia do laço conjugal na contemporaneidade e, em decorrência disso, a diminuição da função do casamento como instituição. Nesse sentido, o casamento perde força em relação à manutenção da vida em comum. Agrega-se a isso os valores socioculturais que aprovam a autonomia e desvalorizam a dependência dos novos núcleos familiares em relação às suas famílias de origem. O autor destaca a idéia da desvalorização do casamento como uma relação indissolúvel, a partir dos anos 60, como um fator decisivo na mudança dos padrões relacionais entre as famílias de origem e a formação de novos núcleos familiares. Na contemporaneidade, os parceiros insatisfeitos com sua relação conjugal não mais permanecem juntos em nome de um princípio institucional. As diversas mudanças sociopsicoculturais ocorridas influenciaram o perfil do casal contemporâneo. Forças religiosas, sociais e políticas perderam sua influência na formação dos laços conjugais. Hoje, o casamento já não representa estabilidade e proteção na vida conjugal. A instabilidade presente nas relações conjugais atuais procede do alto índice de exigência de satisfação pessoal, das demandas de cada parceiro.

A relação conjugal contemporânea está fundamentada na construção das identidades pessoais e caracteriza-se por uma maior fragilidade, por redefinições e por rompimentos freqüentes. O compromisso dos parceiros se mantém enquanto a relação for prazerosa para ambos. Hoje, a posição mais autônoma dos indivíduos não suprime o desejo de estabelecer laços conjugais, porém influencia na dissolução de uniões pouco satisfatórias. A estabilidade da relação conjugal está diretamente relacionada à permanente negociação dos diversos aspectos relacionais entre os parceiros (Dias, 2000). A relação conjugal atual adquiriu o sentido de favorecer o crescimento individual de cada parceiro, portanto, o processo de continuidade do casamento encontra-se vinculado ao grau de satisfação de cada parceiro na relação (Giddens, 1992).

A célebre feminista Simone de Beauvoir, representante do movimento feminista de valorização da individualidade e da liberdade feminina, acreditava ser o casamento uma instituição pervertida desde a origem. Em sua concepção, a

declaração de que um homem e uma mulher devem bastar-se de todas as maneiras durante toda a vida engendra necessariamente hipocrisia, mentira, hostilidade e infelicidade (Beauvoir, 1983). Ela afirmava seu interesse pela transcendência, superação e expansão dos indivíduos. O grande destaque da contemporaneidade é a ênfase no domínio do indivíduo sobre sua vida. Nas sociedades atuais destacam-se as necessidades individuais e o bem-estar de cada ser humano.

Mais recentemente, Goldenberg (2000) aponta a liberdade e reciprocidade como as categorias que melhor representam os novos arranjos nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres. No lugar das antigas categorias utilizadas pelas feministas, como luta por igualdade e reivindicação dos direitos da mulher, temos hoje novas idéias que expressam melhor o que é valorizado no cotidiano de um casal, como o respeito às diferenças e ao espaço do outro, negociação diária, diálogo permanente, troca e crescimento mútuo. Hoje, muito mais do que modelos sociais a serem reproduzidos, homens e mulheres procuram “inventar” suas formas de parceria amorosa.

Esses novos arranjos estabelecidos são fruto do aumento do individualismo nas relações atuais. Segundo Magalhães (1993), o homem moderno é marcado pela influência da ideologia individualista, amplamente difundida na sociedade atual e isso se reflete no casamento. A busca de autonomia, de liberdade e de exercício de seus próprios direitos e necessidades levam o sujeito a valorizar esses fatores no parceiro. Conseqüentemente, esse contexto coloca o individualismo como característica central nas relações afetivas contemporâneas.

A difusão da ideologia individualista alterou significativamente a função do casamento. No início do século XX, o casamento representava a entrada do casal na vida social. Segundo Giddens (2000), o casamento era considerado um “caminho natural” no percurso da história da maioria dos jovens. O casamento era considerado uma prática tradicionalmente aceita, com funções e papéis sociais a serem cumpridos após a entrada dos jovens no matrimônio.

Na sociedade contemporânea, a expectativa com relação aos indivíduos foi deslocada das representações sociais para as realizações pessoais de cada um. A busca de auto-realização e maior autonomia ampliou a atuação, sobretudo, das mulheres. Questões referentes à sexualidade feminina e à maternidade foram reformuladas. O casamento, então, assimilou novos valores. A intimidade passou

a ser um fator fundamental na organização e na manutenção da vida em comum. A emancipação feminina foi um dos eventos de maior destaque na consolidação da ideologia individualista, marcando o contexto do casamento contemporâneo.

Homens e mulheres contemporâneos, imersos em valores individualistas, apresentam dificuldades em manter um equilíbrio entre a expressão e satisfação de suas necessidades pessoais e a manutenção da união estabelecida. Esta idéia é destacada por Féres-Carneiro (1998) que ressalta a influência do individualismo no casamento contemporâneo. Se por um lado a valorização da individualidade possibilita aos parceiros a opção por novas escolhas, por outro, o mesmo individualismo entra em choque com as demandas da relação em comum. A liberdade e a satisfação das necessidades pessoais promovem tensão no espaço conjugal. A autora comenta as dificuldades dos novos casais em estabelecerem uma “identidade conjugal” na relação, já que o exercício da autonomia somado ao exercício das demandas conjugais parece contraditório. A ideologia individualista dificulta o estabelecimento de um projeto comum na conjugalidade, pois esse último demanda a renúncia a alguns projetos pessoais na construção da “identidade conjugal”.

Segundo Dias (2000), o processo de construção da conjugalidade, desenvolve-se com aspectos contraditórios: os parceiros oscilam entre a negação de suas individualidades em prol da integração do casal e, posteriormente, reafirmam suas diferenças, investindo no desenvolvimento individual. Esse processo torna a construção do casal contemporâneo uma tarefa difícil, devido à tentativa de conciliar demandas contraditórias.

Singly (1993) aponta a fragilização do casal como uma das conseqüências da valorização da autonomia no casamento contemporâneo. Segundo ele, o imediatismo e a satisfação das necessidades individuais tornam o casal pouco tolerante às frustrações no casamento. Assim, a natural percepção das insatisfações conjugais pode levá-los mais facilmente às separações e renovações de suas escolhas.

As características do casamento contemporâneo, seus valores contraditórios, o aumento do individualismo nas relações e as expectativas de felicidade parecem estar relacionadas ao crescente número de separações ocorridas na atualidade. Segundo Féres-Carneiro (1998), este fato não indica uma falência da instituição do casamento. As separações e divórcios reforçam a

importância do casamento atual como uma união que satisfaça as expectativas dos parceiros.

Magalhães (1993) aponta, em seu estudo sobre individualismo e conjugalidade, uma distinção na concepção de casamento dos homens e das mulheres por ela entrevistados. As mulheres definem o casamento como uma “relação amorosa”, já os homens tem a concepção de casamento como “constituição de família”. Em relação aos resultados de outra pesquisa, Féres-Carneiro (1998) destaca essa distinção de gênero na concepção de casamento como um dos motivos relevantes para o predomínio feminino nas demandas de separação. Para a mulher, contínuas dificuldades na relação, na admiração e no relacionamento sexual são motivos para reavaliar a continuidade da relação conjugal.

2.2

Relações conjugais e transformações na afetividade

As profundas transformações ocorridas no relacionamento conjugal, durante o último século, foram em grande parte determinadas pelos avanços científicos e tecnológicos que mudaram significativamente o perfil das necessidades e desejos. Fatores culturais e socioeconômicos contribuíram para a transformação da dinâmica das relações conjugais, provocando alterações no significado e nas funções do casamento. Os diversos valores sociais atribuídos aos gêneros e a diminuição da influência religiosa no processo histórico são fatores sociais que, entre outros, marcam as formas de pensar, de sentir e de se relacionar.

Na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos ocorria muito mais sob a influência da situação econômica do que sob a atração sexual mútua. Na camada menos favorecida economicamente, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário. Nesse contexto, era improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo conduzisse à paixão sexual. Relata-se que, entre os camponeses da França e da Alemanha do século XVII, comportamentos de demonstração de afeto como o beijo e a carícia eram raros entre os casais casados. No entanto, entre os grupos aristocráticos, a licenciosidade sexual era abertamente permitida às mulheres tidas como

“respeitáveis”. Em certas épocas e locais, estas mulheres podiam buscar o seu próprio prazer sexual, independente das exigências de reprodução e do trabalho rotineiro. Também em outros grupos nobres europeus, era comum encontrar a notória distinção entre a sexualidade “casta” do casamento e o caráter erótico ou apaixonado dos casos extraconjugais. Os aspectos afetivo e sexual não eram considerados requisitos importantes para a formação das uniões conjugais (Giddens, 1992).

A Igreja sempre manteve forte influência nas questões relacionadas ao casamento. A procriação era considerada pela Igreja a principal função do matrimônio. As famílias freqüentemente aderiam e reproduziam as tradições impostas pela Igreja. Durante muito tempo a função do casamento era estabelecer vínculos conjugais entre famílias com laços de parentesco mais amplos, visando a sua perpetuação. Em pesquisa realizada com mulheres brasileiras no final do século XIX, Biassoli-Alves (2000) destaca um “contrato” entre famílias na formação dos novos casais, na medida da existência de grande interferência familiar na escolha dos parceiros. Nessas formações conjugais, era freqüente encontrar tanto a ausência do sentimento do amor, como a expressão da sexualidade em vivências extra-conjugais.

A partir do século XIX, o ideal de amor romântico, difundido pela literatura e pela ordem social em geral, exerceu influência principalmente sobre os grupos burgueses. Esses ideais promoveram mudanças nas relações conjugais, introduzindo o amor no casamento. Então, aspectos econômicos e sociais perderam força como fatores determinantes das uniões conjugais. Nesse novo contexto, a afetividade entre os parceiros ganhou destaque no laço conjugal. Inaugurava-se, então, a permissão para que cada indivíduo escolhesse seu parceiro. Nesse contexto, denotava-se o enfraquecimento dos laços de aliança familiar no casamento. Esse processo levou os indivíduos a desligarem-se progressivamente das relações sociais e familiares mais amplas. A partir daí, as uniões conjugais foram motivadas mais por questões pessoais do que por questões de aliança familiar e considerações econômicas, distinguindo o relacionamento conjugal de outros da organização familiar. Os parceiros adquiriram uma nova função, a de colaboradores em um empreendimento emocional conjunto. O lar converteu-se em um local afeto e apoio emocional (Giddens, 1992).

Nesse novo contexto, a sexualidade se separou de um círculo crônico de gravidez e parto. Nesse período, ao mesmo tempo em que a sexualidade começou a ganhar destaque no casamento, o amor também ganhou amplitude e passou a representar a base para as uniões conjugais. A influência dos ideais românticos no casamento ficou socialmente registrada na idéia de um envolvimento prolongado e na construção de uma “história compartilhada” com o outro. No amor romântico o parceiro amado é idealizado. Além do caráter sonhador e fantasioso do romance, presume-se um encontro de almas. No amor romântico ocorre o fenômeno típico do amor-paixão: o indivíduo deixa-se absorver pelo outro, porém de forma integrada a uma busca. Uma busca em que a auto-identidade do indivíduo espera a sua validação por meio do encontro com o outro.

O amor romântico era um amor vivido basicamente pelo gênero feminino. Os homens pouco sofreram sua influência e afirmavam sua sexualidade mediante a distinção entre dois tipos de mulheres: as imaculadas e as impuras. De acordo com Giddens, a premissa de que o amor verdadeiro, quando encontrado, é “para sempre” esteve associada ao caráter romântico das relações. A satisfação emocional e a felicidade sexual no amor romântico seriam garantidas pela força da união do próprio amor. Para isso, a idéia da mulher respeitável era uma condição necessária para a manutenção da felicidade sexual garantida pelo amor. Para alcançar esse objetivo, no entanto, o confinamento da sexualidade feminina ao casamento era fundamental. O resultado desta ligação pode ter sido anos de infelicidade nos casamentos, devido ao fato de que o amor como uma fórmula para o casamento nem sempre sustenta as várias exigências posteriores para seu desenvolvimento.

Giddens (1992) destaca que os homens se mantiveram afastados das transformações ocorridas no casamento e nas relações pessoais, sendo nelas introduzidos pelas suas mulheres. Para o gênero masculino, o casamento ocorria seguindo os moldes nos quais a virgindade feminina era protegida até o momento da santificação da união. Os homens mantinham dissociadas as experiências do amor romântico das regras de sedução. Especialistas em diversas formas de conquista, pouco sabiam sobre questões de intimidade.

Associado ao ideal romântico do amor nas relações, os papéis de gênero eram bem definidos. Em uma pesquisa sobre as estratégias matrimoniais na sociedade paulista do século XIX, Samara (1988) aponta que o estereótipo de

marido dominador e mulher submissa vigoravam nas relações matrimoniais. A incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços. Já as funções de provedor e protetor garantiam a dominação masculina em um tipo de sociedade onde o poder de decisão estava nas mãos dos homens. Era muito comum a construção dos casamentos com os papéis de gênero pré-estabelecidos nesses moldes.

Já na segunda metade do século XIX, percebe-se uma dinamização no aspecto das relações familiares entre os gêneros. As mulheres demonstravam uma participação mais ativa na família e nos negócios, somando recursos para a manutenção da casa. Esse fato contribuiu para mudanças nos valores tradicionais das relações matrimoniais. As transformações decorridas da emancipação e da autonomia sexual feminina muito contribuíram para a fragmentação do ideal de amor romântico (Samara,1988).

Atualmente, uma nova geração de mulheres e homens tem deixado a casa paterna não mais para casar, mas para “viver sua própria vida”. Hoje, o foco de atenção mudou do casamento para os relacionamentos em si. O termo relacionamento, recentemente instituído, caracteriza relações cujo vínculo emocional é estreito e contínuo com outra pessoa. Giddens (1992) introduz a expressão relacionamento puro e descreve o modelo contemporâneo de relacionamento da seguinte maneira: os relacionamentos nascem do interesse de cada um em manter-se associado ao outro e o que importa é a própria relação, o que cada um pode extrair da relação em termos de satisfação pessoal.

A característica central desta nova forma de relacionamento é a confluência. O amor confluyente é ativo e contingente, por isto não é compatível com as categorias “para sempre” e “único” do amor romântico. Agora, a realização do prazer sexual recíproco tornou-se um elemento chave na manutenção ou não do próprio relacionamento. No amor confluyente não há a distinção entre mulheres respeitáveis e impuras. Em seu ideal, todos têm a oportunidade de se tornarem sexualmente realizados. Para tal, torna-se fundamental entre os parceiros o conhecimento das características do outro, inclusive sexuais. A exclusividade sexual tem sentido na medida em que os parceiros a considerem desejável.

O amor confluyente se desenvolve na proporção em que cada parceiro manifesta preocupação em relação ao outro, encontrando-se sensível às necessidades deste outro. Assim, é um amor estreitamente relacionado ao grau de intimidade entre os parceiros. A intimidade é compreendida como uma disponibilidade entre os parceiros para a troca, para conhecer e revelar as peculiaridades de cada um. A abertura para o outro exige a colocação dos limites pessoais mediante um processo comunicativo. A relação de intimidade presente no amor confluyente depende de uma comunicação emocional clara de cada um para consigo mesmo e para com o outro. Dessa forma, o relacionamento ajusta-se ao desenvolvimento individual de cada parceiro. O que mantém as uniões embasadas no amor confluyente é a aceitação por parte de cada parceiro, “até segunda ordem”, de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade (Giddens, 1992).

Dias (2000) destaca que o casamento contemporâneo fundamenta-se na busca da satisfação emocional e afetivo-sexual de ambos os parceiros. Os casais valorizam o espaço individual na relação, respeitam as diferenças, atribuem importância ao diálogo e à expressão das emoções. Buscam uma relação com correspondência afetiva, desejo pelo outro, compatibilidade sexual e preservação da individualidade e, dentre os fatores mais realçados, a afinidade sexual é um valor tão expressivo que é considerada um termômetro da relação. As oscilações constantes no campo sexual levam muitos casais a questionarem a manutenção ou não da relação.

Jablonski (1991) aponta o amor-paixão como uma característica típica dos estágios iniciais dos relacionamentos contemporâneos. No entanto, essa característica se transforma naturalmente à medida que a relação cresce e se solidifica. A convivência cotidiana dos parceiros e as experiências entre eles compartilhadas possibilitam a transformação do sentimento inicial de amor-paixão em amor-companheiro. Assim, a intensidade e o prazer do relacionamento sexual cedem lugar à cumplicidade e ao envolvimento mais terno do amor-companheiro. No entanto, com o destaque acentuado da vivência do prazer nas relações conjugais e a influência da cultura na valorização do amor-paixão em detrimento do amor-companheiro, muitos casais identificam a passagem do amor-paixão para o amor-companheiro como uma crise ou o fim da relação.

Segundo Goldenberg (1994), quando a relação conjugal é mantida após a passagem de um estado a outro do sentimento de amor, alguns casais podem sentir uma nostalgia da paixão inicial e uma frustração por não mais usufruir aquele prazer intenso do primeiro momento. Essa nostalgia pode levar a uma busca pela recuperação da paixão e do prazer de forma mais intensa, produzindo insatisfação na relação ou a busca de novos objetos de amor.

Dias (1995) destaca a presença de uma forte valorização da sexualidade levando os jovens a buscarem conhecimentos que propiciem experiências sexuais mais prazerosas e intensas na sociedade contemporânea. Os novos casais questionam a qualidade das relações sexuais que mantêm, o prazer de cada um na relação, a fidelidade, fantasias e preferências individuais. Esses questionamentos demonstram como os relacionamentos atuais encontram-se embasados na presença do amor e do prazer na relação.

As transformações na intimidade, o aumento do individualismo e as mudanças nos papéis de gênero caracterizam as relações conjugais contemporâneas. Além das transformações psicosociais que envolvem a conjugalidade, o novo casal marca a inauguração de uma nova fase no ciclo vital da família. Na formação desse terceiro subsistema, o casal precisará lidar com as diferenças e influências dos padrões das famílias de origem de cada parceiro, num processo contínuo de elaboração e construção da própria conjugalidade.

2.3

A formação do novo casal na perspectiva do ciclo vital

Na perspectiva sistêmica, a família, além de ser a matriz da identidade pessoal do indivíduo, é o primeiro sistema que situa o homem no seu espaço social. A partir de uma relação de interdependência entre os sistemas familiar e individual, a realidade familiar é construída, sendo fruto da história compartilhada por seus membros. Nas fases iniciais da vida, o indivíduo naturalmente mantém uma relação bastante dependente com os membros de sua família. Essa relação adquire gradativamente um caráter mais independente na medida do desenvolvimento do indivíduo. Ao longo desse processo, transformam-se as posições dos afetos, os papéis e as funções ocupadas pelos membros da família, enfim, a dinâmica das relações reorganiza-se. Essa natural mudança e adaptação

promovem no indivíduo, em cada nova etapa de seu desenvolvimento, a construção de um diferente significado sobre o sistema familiar o qual vivencia. Os desenvolvimentos do indivíduo e do sistema familiar ocorrem de forma interdependentes (Cervený, 2002).

O conceito de ciclo de vida familiar foi introduzido pelos sociólogos Reuben Hill e Evelyn Duval para descrever a sucessão de fases que atravessa a unidade familiar desde a sua constituição até seu desaparecimento (Miermont, 1994). A classificação do ciclo de vida familiar varia segundo diversos autores mediante a utilização de diferentes marcos como idade dos pais, dos filhos, tempo de união de um casal, eventos nodais, entre outros.

Duval (1977) classifica estágios bem definidos no ciclo de vida familiar. Esses estágios relacionam-se às idas e vindas dos membros da família e são marcados por eventos nodais como casamento, nascimento e educação dos filhos, a saída dos filhos do lar, aposentadoria e morte. Já a perspectiva de Hill (1970) aponta para uma visão geracional do ciclo de vida. Esse autor descreve os pais dos filhos casados formando uma “ponte geracional” entre duas gerações, a geração mais velha e a mais nova da família. Na sua visão, em cada estágio do ciclo de vida existem papéis distintos que os membros da família representam uns em relação aos outros. O casamento marca a inauguração de um novo estágio no ciclo de vida na perspectiva de ambos os autores (McGoldrick, 2001).

Carter e McGoldrick pesquisaram famílias americanas de classe média no final do século XX apresentando seus resultados e conclusões no livro *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar* (2001). Segundo as autoras, os estágios de vida das famílias americanas podem ser divididos em 6 etapas:

- 1- saindo de casa: jovens solteiros
- 2- a união de famílias no casamento: o novo casal
- 3- famílias com filhos pequenos
- 4- famílias com adolescentes
- 5- lançando os filhos e seguindo em frente
- 6- famílias no estágio tardio da vida

Segundo McGoldrick (2001), tornar-se um casal é uma das tarefas mais complexas do ciclo de vida familiar, embora essa etapa seja considerada como a mais fácil e feliz. O casamento, frequentemente, sucede a fase do namoro, período em que ocorre o conhecimento mútuo dos parceiros. O significado do casamento,

no entanto, vai muito além da união entre duas pessoas. Ele representa a modificação de dois sistemas inteiros a partir do desenvolvimento de um terceiro subsistema, o “novo casal”. De acordo com os teóricos sistêmicos, o novo casal caracteriza a inauguração de um terceiro subsistema num sistema familiar maior.

Do ponto de vista social, este momento de transição do ciclo de vida, a inauguração do terceiro subsistema, deflagra transformações nas redes familiares, cujas influências nortearão o futuro do novo casal. As fronteiras em torno do casal dentro do sistema familiar, as definições dos papéis sexuais, o relacionamento dos cônjuges com a rede de amigos e com a comunidade e as atividades a serem desenvolvidas apresentam diferenças de acordo com o contexto sociocultural no qual o casal está inserido. Na cultura irlandesa, por exemplo, considera-se o casal como dois parceiros separados da rede familiar ampliada. Nessa cultura, a fronteira em torno do novo subsistema é rigidamente definida, a ponto dos pais dos cônjuges serem considerados intrusivos, caso oferecessem conselhos ao casal. Já em grupos italianos, a família ampliada, freqüentemente, aconselha o novo casal. Nesse exemplo, o sistema parental participa de forma ativa das questões relacionadas ao subsistema conjugal, sendo a fronteira entre eles bastante difusa. A identidade do casal só faz sentido dentro da família ampliada. Observa-se que algumas sociedades esperam que o casal estabeleça uma união com a família ampliada, outras esperam que eles se constituam como uma família nuclear destacada e independente das famílias de origem (McGoldrick, 2001).

Além disso, numa mesma cultura, cada sistema familiar apresenta padrões de comportamento e expectativas próprios. E, embora os sujeitos sejam influenciados pelos padrões de suas famílias de origem, atualmente parecem estar menos ligados a tradições familiares e mais livres para construir padrões de relacionamentos diferentes daqueles que viveram.

McGoldrick (2001) afirma que as mulheres tendem a antecipar o casamento com entusiasmo e os homens aproximam-se dele com receio de serem “apanhados numa armadilha”. O tradicional papel da mulher no casamento era cuidar do marido e dos filhos, dando ao lar a característica de um refúgio em relação ao mundo exterior. Na medida em que as mulheres adaptavam-se a esse papel, o índice de separações era pequeno. Hoje, esse modelo de esposa significa, para a maioria das mulheres, baixo status pessoal, excessivo trabalho doméstico, nenhuma remuneração e desconforto emocional. Esse fato responde tanto pela

redução do índice de casamentos quanto pelo adiar a vinda dos filhos, ou até a opção por não tê-los.

Nos casamentos tradicionais a mulher desempenhava o papel de cuidadora, sendo a responsável pela manutenção dos relacionamentos familiares. Marido, filhos, pais, pais de seu marido, todos os membros da família estavam sob os cuidados e orientação materna. Atualmente, cada vez mais as mulheres têm-se dedicado ao trabalho fora do lar tornando-se menos disponíveis para prestar esses cuidados. Nos novos casais, as mulheres querem estruturar e manter suas carreiras profissionais muito mais do que assumir responsabilidades primárias pela casa e pelos filhos e manterem-se vinculadas a maridos que ficam ausentes da vida familiar.

Tradicionalmente, não se escolhia não casar. Casar fazia parte do desenvolvimento completo do ciclo do adulto, era parte do desenvolvimento “natural” da vida. As uniões conjugais ocorriam de forma autoritária, hierárquica e promoviam o ingresso dos cônjuges na vida social. Aos pais cabia decidir sobre o casamento de seus filhos. O casamento estava ligado à noção de responsabilidade e era visto como uma tarefa da fase adulta (Giddens, 2000). Até muito pouco tempo, para os homens, a idade adulta jovem era apenas uma fase, na qual frequentemente eles desenvolviam suas carreiras. Já para as mulheres, a idade adulta jovem era inexistente. Elas passavam de suas famílias de origem para seus novos núcleos familiares sem nenhum espaço para se tornarem mais independentes. Segundo Kaufmann (1995), o casamento simbolizava a entrada do jovem no mundo adulto. Ele representava o momento de passagem entre o tempo da juventude, vivido junto à família de origem, e a entrada na vida adulta. Dessa forma, os jovens assumiam papéis e regras características daquelas que definiam os parceiros em uma relação conjugal.

Hoje, o jovem vivencia um processo de continuidade, mesmo com a entrada no casamento, já que o nascimento dos filhos tem sido adiado para vários anos após a união. Atualmente, os casais buscam conhecer-se morando juntos, antes de optarem pelo casamento. Este fato torna a transição para o casamento um momento menos crítico no ciclo de vida familiar do que no passado, diminuindo o sentimento de ruptura. O significado da cerimônia do casamento para um casal que já vive junto e cujos parceiros participam da família ampliada de cada um é

diferente do significado da cerimônia para o casal que entra no casamento nos moldes tradicionais.

Atualmente, o caráter institucional do casamento não é mais a única forma de iniciar a vida a dois, a união formal do casamento cedeu espaço para diversos arranjos conjugais. Hoje, a constituição do laço conjugal é estabelecida de diversas formas. Tornou-se difundido o modelo de união iniciado de maneira informal. Segundo Kaufmann (1995), na contemporaneidade, a entrada na vida a dois ocorre gradativamente. A opção dos jovens por morarem juntos é resultado de um processo onde os parceiros paulatinamente constroem seu mundo em comum. Esse percurso gradual, vivido nas uniões contemporâneas, permite um mútuo reconhecimento das individualidades e uma progressiva adaptação e avaliação da possibilidade de construção de um acordo conjugal satisfatório para ambos os parceiros.

Kaufmann (1995) afirma que a instalação do casal ocorre de forma progressiva num ciclo constituído basicamente de três fases. A primeira fase é o momento de descoberta do outro. Caracteriza-se pela presença de sentimentos intensos, tendência à fusão entre os parceiros e redefinição de alguns parâmetros individuais. Nessa fase, levados por sentimentos mútuos, os parceiros iniciam uma trajetória comum. A partir da interação com o outro, a identidade de cada um passa por um processo de redefinição e as diferenças individuais são desconsideradas. Essa fase caracteriza o início da construção de uma identidade comum. Nesse momento, surge o esboço de uma definição de papéis e regras entre os parceiros. Esses primeiros acordos inauguram os permanentes ajustes necessários à construção da relação.

O envolvimento gradativo do casal leva, muitas vezes, ao desejo de estabelecer uma presença mais constante na vida do parceiro. Esse desejo pode culminar com a opção por viver na mesma moradia. A coabitação marca a entrada na segunda fase do ciclo conjugal que se caracteriza pela ampliação do universo comum e construção da identidade compartilhada. A rotina do casal no universo doméstico propicia experiências de cumplicidade, admiração e integração com o parceiro, bases para a construção de um universo comum. O sentimento intenso do primeiro momento da relação cede lugar para outros mais estáveis, que se sedimentam a cada dia, como admiração, ternura e segurança. A convivência no

cotidiano intervém no processo de instauração do casal, mediante a definição de regras de interação, hábitos e papéis que consolidam a identidade conjugal.

Na terceira fase de instauração do casal, já estabelecidas as práticas interacionais e os papéis de cada um, os parceiros vivenciam o conforto e a segurança do universo comum compartilhado. No entanto, essa fase também caracteriza o aparecimento das diferenças individuais e o sentimento de “desapaixonamento”. Nessa fase do ciclo conjugal, o casal percebe que o sentimento de paixão inicial foi estabelecido em detrimento de suas individualidades e diferenças. Busca-se, então, a delimitação dos espaços pessoais e a valorização das características individuais, com o objetivo de sustentar as próprias aspirações. Essa psicodinâmica promove a consolidação dos universos pessoais de forma mais independente do outro. Nesse sentido, insatisfações recorrentes vividas numa relação conjugal, na qual cada parceiro possui bem delimitado seu universo pessoal, podem levar mais facilmente à dissolução do casamento. O casal contemporâneo tem o desafio de conciliar necessidades individuais e conjugais, inaugurando um novo modelo de trocas (Kaufmann, 1995).

O casal, como subsistema familiar, reflete a cultura e os aspectos socioeconômicos do sistema social mais amplo. No Brasil, a configuração do ciclo vital familiar apresenta pontos semelhantes e outros diversos daqueles abordados pelos autores referidos nessa pesquisa.

Buscando melhor caracterizar a realidade brasileira, Cerveny propôs em 1995 um novo modelo do Ciclo Vital da Família, diferente da literatura norte-americana, amplamente usada. Essa proposta foi discutida e aprofundada em pesquisa desenvolvida em 1996/1997 por ela e outras pesquisadoras do Núcleo de Família e Comunidade do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. A pesquisa tinha o objetivo de conhecer como vive a família paulista de classe média em todas as fases da vida. Partiram, então, para o levantamento da estrutura, da dinâmica e dos valores da família paulista de classe média. Foram feitas 1500 entrevistas em 69 cidades do estado de São Paulo, com a colaboração de 5 Universidades paulistas e 500 alunos pesquisadores. Essa pesquisa foi publicada no livro *“Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa”* (1997). Nesse modelo, Cerveny e Berthoud (1997) apresentam a proposta de compreensão do Ciclo Vital da Família dividido em quatro fases:

- 1- família em fase de aquisição
- 2- família em fase adolescente
- 3- família em fase madura
- 4- família em fase última

Dentre as fases do ciclo vital familiar caracterizado, destacamos a primeira, a família em fase de aquisição, por ser esse o momento específico da formação do laço conjugal no novo casal, foco de nossa pesquisa.

A fase de aquisição faz referência ao período inicial de união do casal. Berthoud (2002) desenvolveu um estudo específico sobre a fase de aquisição. Segundo a autora, no primeiro momento da união a família vive um período caracterizado pelo processo de aquisição. Esse processo engloba tanto a construção de patrimônio físico quanto a construção de padrões de interação intersubjetivos como a negociação de valores, regras, papéis e funções. É importante destacar a escolha desse termo para caracterizar a primeira fase da família. Independente da fase em que a família se encontre, o processo de aquisição estará presente, no que se refere à aquisição de bens materiais e à inserção de novos membros na família. A escolha desse termo para a primeira fase do ciclo vital reflete a idéia de que o processo de adquirir é a característica mais expressiva desse primeiro momento nas novas uniões.

A autora destaca diversas configurações possíveis na formação do novo casal. Ele pode ser constituído por casais jovens em sua primeira união, casais de meia-idade em primeira, segunda ou múltiplas uniões ou ainda envolver casais com grandes diferenças de idade entre si, como adolescentes que se casam com parceiros de meia-idade. Participam também da configuração dos novos casais os adolescentes unidos devido à “gravidez” que, embora se casem, continuam a estudar e morar com os pais. A pesquisa dessa autora ressalta que embora a fase de aquisição esteja presente em cada nova união, ela se desenvolverá de forma diferente em cada uma delas. Cada uma das configurações dos novos casais pertence a um contexto psicosociocultural específico e sofre influências de fatores diversos como rede de apoio social e familiar, experiências anteriormente vividas, maturidade, entre outros. Esses fatores fazem parte da história constitutiva de cada nova união, levando os novos casais a desenvolverem experiências distintas na fase de aquisição.

Independente do contexto do novo casal, segundo Berthoud (2002), a inauguração de um novo núcleo familiar começará com um novo período do ciclo vital da família: a família em fase de aquisição. Foram observados, nesse estudo, três processos fundamentais constitutivos da fase de aquisição conceituados como: unindo-se, construindo a vida a dois e vivendo a parentalidade. Privilegiamos em nossa pesquisa, os dois primeiros processos: unindo-se e construindo a vida a dois, uma vez que o terceiro processo, a vivência da parentalidade, envolve uma dinâmica mais complexa na família, fato esse que pediria uma extensão maior de nossa investigação da influência da família de origem na formação do laço conjugal no novo casal.

O processo de união diz respeito à formação inicial de uma nova família e compreende fenômenos como a conquista, a vivência em si do processo de união, a preparação de novos papéis e novas funções e a adaptação ao novo contexto que implica a necessidade de planejar, ceder, renegociar relações e afastar-se da família de origem. Durante o primeiro momento do processo de união, a conquista, os parceiros vivem a possibilidade de conhecer seus próprios sentimentos com relação ao outro, analisar as diferenças individuais e avaliar a viabilidade da relação. A conquista é caracterizada por fenômenos comuns como: apaixonando-se, apostando na relação, criando laços, decidindo, analisando as diferenças e sentindo medo de aproximação (Berthoud, 2002).

Ainda dentro do processo de união, após o momento da conquista, identificado o mútuo interesse na continuidade da relação, o casal apresenta um movimento emocional de consolidação da união um com o outro. Este processo, no entanto, não ocorre de forma tranqüila e linear, ele traz em si sentimentos contraditórios e ambivalentes na vivência da união. Esses sentimentos ambivalentes se originam a partir da presença simultânea de velhos e novos padrões na sociedade contemporânea e de sua influência sobre os jovens casais na construção de suas próprias formas de relacionamento (Berthoud e Bergami, 1997).

“Socialmente espera-se que o jovem casal corresponda ao chamado padrão moderno, no qual a relação deve ser liberada de qualquer preconceito, aberta e flexível e se prega como máxima o respeito pela individualidade e crescimento pessoal de cada um. Subjetivamente, no entanto, os padrões parecem que não são tão diferentes assim daqueles cultuados décadas atrás.

Independentemente do discurso manifestado, a maioria dos casais que se casam apaixonados espera que, como um passe de mágica, a profecia do “VIVERAM FELIZES PARA SEMPRE” se cumpra também em suas vidas” (Berthoud e Bergami, 1997, p.53).

Na contemporaneidade, o estilo livre de vida é por si só, muitas vezes, uma resistência à decisão de unir-se a outra pessoa. Hoje, os novos casais procuram construir a relação a dois preservando suas conquistas individuais. Contudo, esse momento do processo de formação do novo casal é marcado por ambivalência, pois o desejo de manter o estilo de vida de solteiro na nova união convive com o desejo de encontrar no casamento a realização de um sonho. Um dos principais fenômenos nesse processo é o movimento de despedida da vida de solteiro, caracterizado pela vivência do luto diante das perdas inerentes à mudança no estilo de vida. Esse processo de despedida do estilo de vida solteiro é fundamental para a consolidação da nova união e ocorre de forma mais ou menos dolorosa para alguns. Isso implica assumir novas responsabilidades para si e dar nova forma à relação.

A preparação de novos papéis e novas funções destaca-se como outro fenômeno inerente ao processo de união. Essa preparação caracteriza-se basicamente por um processo racional de discutir e planejar a relação. Nessa fase o casal busca estabelecer negociações e metas entre si com relação ao estilo de vida desejado de ser alcançado. Além da preparação de novos papéis, o casal vive um momento de adaptação à nova relação principalmente no que concerne à distância da família de origem. Essa fase destaca-se pela negociação das fronteiras com as famílias de origem de cada um. A importância desse momento consiste na construção de uma nova família formada, agora, apenas pelo casal. Vivências como ceder e estabelecer o foco na vida presente caracterizam esse momento de transição.

Após o primeiro fenômeno da fase de aquisição, o fenômeno da união do casal, carregado de negociações, reconhecimentos e adaptações à nova situação, o casal entra em um segundo fenômeno cuja característica básica é a construção da vida a dois (Berthoud, 2002). As principais vivências do novo casal nesse momento são: vivendo um tempo de adaptação, iniciando a família, relacionando-se com a família de origem, relacionando-se socialmente e vivendo sem filhos.

A primeira fase da construção da vida a dois é a vivência de um tempo de adaptação do casal entre si. A constituição de conjugalidade envolve negociações constantes como adequação do espaço de cada um e a conseqüente elaboração de um novo padrão relacional num processo contínuo de construção da relação. Jovens casais em primeira união conjugal freqüentemente apresentam sentimentos ambivalentes nesse momento. Segundo Berthoud (2002), foi observado nessa fase do ciclo vital, a presença de sentimentos de insegurança diante do desafio da nova vida e ao mesmo tempo prazer pela conquista já efetuada em conjunto até então. Esse é o momento do início da formação da família propriamente dito. A cumplicidade é um fenômeno extremamente importante para a edificação do núcleo familiar. Há a necessidade de redescobrir o outro e assumir compromissos novos, vivências fundamentais para o desenvolvimento funcional da parceria.

Administrar financeiramente a nova relação é também um fenômeno importante, vivido de diferentes modos pelos casais. A mulher assumiu um novo papel social na vida conjugal, no trabalho e na participação financeira dentro do lar. O casal de classe média procura organizar-se econômica e financeiramente com a participação de ambos. Em muitas uniões, a mulher é a responsável pela administração do dinheiro do casal, independentemente dela estar ou não trabalhando. Outros casais optam por um modelo onde cada um administra seu próprio ganho. Nas duas situações, o modelo tradicional do homem como provedor está distante da configuração do novo casal.

As demandas trazidas para a conjugalidade dizem respeito a duas histórias pré-existentes. Cada um traz para a nova relação reflexos da história vivida no sistema de origem e os modelos nele adquiridos. A diversidade de comportamentos e valores presentes no novo subsistema podem levar a dificuldades na vivência da relação. As reavaliações da própria conduta e dos padrões incorporados das famílias de origem não ocorrem sem conflitos e as adaptações necessárias na dinâmica do casal ocorrem com o tempo, num processo contínuo.

A articulação da vida individual e da vida a dois é um fenômeno marcante nesse primeiro momento. Nesse movimento inicial de formação da família, cada parceiro constrói gradativamente um novo papel, já que ocupam agora novas posições. Além da construção de novos papéis, a divisão de tarefas e

a negociação das escolhas individuais são aspectos importantes para a adaptação a um novo padrão relacional.

Berthoud (2002) destaca, como base para as negociações amplamente vivenciadas nessa fase, o processo de diferenciação entre os membros do casal. A demanda de respeito à individualidade do outro evidencia as diferenças existentes entre os parceiros. A aceitação das diferenças leva à construção da própria individualidade. A diferenciação entre os parceiros é a base de uma relação funcional e saudável. A autora ressalta, ainda, que o processo de construção do espaço individual e conjugal na relação pode iniciar no primeiro período da formação do novo casal ou não.

Em estudos anteriores, Bowen (1978) relacionara a capacidade de diferenciação do sujeito com suas vivências junto à família de origem. Segundo ele, o processo de diferenciação vivido no relacionamento com os pais possibilita ou não a esses filhos a construção de novos relacionamentos baseados na liberdade de cada pessoa ser ela própria e de apreciar o outro como ele é.

Uma vez estabelecidos novos padrões de interação conjugal, segue uma fase na qual o casal passa a olhar mais para o mundo externo. Já integrado em um novo padrão de relacionamento, o casal movimenta-se agora em direção à formação de novas interações com sua rede social, com a família de origem, com a família extensa, com os amigos e os conhecidos. A convivência nessas redes, a adequação das fronteiras com esses subsistemas, a passagem por determinados rituais, a reprodução de alguns papéis e o redimensionamento dos valores familiares são fenômenos característicos desse processo, embora nem todos os casais vivam todos eles (Berthoud, 2002).

Nesse momento do ciclo vital, a adequação das fronteiras com o subsistema parental tem um significado especial para o novo casal, pois a forma como os novos padrões de relacionamento com as famílias de origem é estabelecida tende a influenciar na definição dos novos papéis. A flexibilidade dessas fronteiras influenciará na construção dessas novas relações.

Minuchin (1982) ressalta que a função das fronteiras é proteger a diferenciação dos sistemas. Segundo o autor, o subsistema conjugal deve conseguir estabelecer uma fronteira que o proteja da interferência das exigências de outros sistemas. O casal deve construir um abrigo no qual possam dar apoio emocional um ao outro. Se a fronteira em torno dos cônjuges é demasiadamente

rígida, este sistema pode ficar isolado, dificultando o trânsito com outras relações. Já fronteiras tenuamente estabelecidas podem permitir a entrada constante de parentes afins no funcionamento do casal. As fronteiras de um sistema familiar funcional devem ser suficientemente definidas para permitir que os membros do subsistema exerçam suas funções, sem interferência indevida, mas devem admitir contato entre os membros dos subsistemas envolvidos, estabelecendo uma rede de apoio intersistêmica.

Na formação de novos padrões de relacionamento com as redes sociais, o novo casal preserva ou modifica os rituais trazidos das famílias de origem. O fator tempo, na nova relação conjugal, faz com que alguns rituais inicialmente mantidos sejam modificados ou até mesmo abandonados pelo novo casal, devido à consolidação dos padrões desta relação. As relações sociais de amizade também são redefinidas. Dois movimentos básicos parecem possíveis nesse momento do ciclo vital do novo casal: alguns casais constroem novas redes de amizade, outros se mantêm envolvidos apenas em seu novo núcleo familiar. Frequentemente, a existência de amigos em comum constrói uma rede relacional. Já a não aceitação de determinados comportamentos de um grupo de amigos por um dos parceiros pode levar a posturas de isolamento ou ciúmes (Berthoud, 2002).

Berthoud (2002) destaca que os jovens casais contemporâneos têm adiado a vinda do primeiro filho e vários fatores contribuem para essa realidade. A consolidação das carreiras profissionais de ambos aparece como o fator de maior destaque. Além da carreira profissional, fatores como sentimentos de liberdade individual e relacional predominam nas relações atuais e podem aparecer como resistências diante da decisão de ter um filho, já que uma terceira pessoa necessariamente modificaria o espaço, o tempo e a liberdade na relação conjugal.

Ao descrever o processo de formação de um casal, Berthoud e Bergami (1997) sintetizam alguns fatores presentes na construção da identidade do novo casal: a bagagem emocional herdada de cada parceiro, afinidades e diferenças culturais, os motivos inconscientes presentes na escolha do parceiro e na decisão da união. As autoras destacam que algumas uniões podem se formar diante de certas circunstâncias tidas como fatores de risco no ajustamento conjugal. São circunstâncias problemáticas: a união do casal logo após uma perda significativa, a presença do desejo em um ou em ambos os parceiros de se distanciar da família

de origem, uniões decorrentes de gravidez inesperada, uniões estabelecidas com menos de seis meses de convivência, casamentos sem rituais de passagem, tendo em vista a importância do simbolismo de finalização de uma etapa e inauguração de outra.

O lugar do casamento no ciclo de vida tem mudado de forma notória. Consideramos, pois, a influência de diversos fatores inerentes à sociedade moderna presentes na formação do laço conjugal no novo casal. Os casamentos contemporâneos não são estruturados com base numa divisão de papéis em que a mulher desempenha o papel de cuidadora do lar e o homem desempenha o papel de único provedor do sustento da família. Os papéis conjugais nos novos casais pressupõem a interdependência dos parceiros. A sobrevivência dos indivíduos no novo casal é facilitada pelo compartilhamento das tarefas e pela busca de satisfação das necessidades mútuas. Cooperação, competição, simbiose, complementariedade e reciprocidade são alguns elementos que delimitam o papel conjugal (Osório, 2002).

Embora cada sistema familiar tenha características próprias e exerça influências nos outros subsistemas, no que diz respeito às tradições familiares, os casais buscam desenvolver relacionamentos cada vez mais independentes daqueles vividos em suas famílias de origem. Essa busca de autonomia do projeto conjugal está relacionada à exacerbação do individualismo no casamento (Magalhães, 1993). Alguns fatos marcantes ocorridos no processo histórico como a mudança no papel da mulher, os efeitos dos contraceptivos, o destaque da sexualidade, a presença de novos e variados arranjos conjugais, entre outros, influenciam na constituição do novo casal e na redefinição da conjugalidade.

3 Psicodinâmica conjugal

O processo de formação do laço conjugal ocorre mediante a articulação de várias dimensões. O estudo das motivações inconscientes presentes na escolha amorosa, do legado familiar e dos padrões interacionais estabelecidos nas famílias de origem é indispensável para um melhor entendimento da constituição da conjugalidade. Nesse capítulo, buscamos reunir contribuições do referencial psicanalítico e do sistêmico visando a uma compreensão mais ampla da psicodinâmica do casal.

Os autores psicanalistas ressaltam que sentimentos infantis são inconscientemente reatualizados na vivência da conjugalidade, propiciando aos parceiros a reedição e a elaboração de experiências vividas na infância, sobretudo aquelas relativas à relação mãe/bebê, ao narcisismo e ao Édipo. A questão narcísica está relacionada a uma tentativa de resgatar a experiência vivida na relação mãe/bebê. As vivências procedentes do Édipo ressurgem na relação conjugal, como uma tentativa de resolver questões inacabadas. Essa revivescência de experiências infantis na relação atual indica a não aleatoriedade do encontro amoroso. Nesse processo, passado e presente se misturam na constituição da história do casal.

Pincus e Dare (1981) afirmam que desejos não realizados ou sentimentos dolorosos presentes na história do indivíduo tendem a reaparecer nas relações conjugais, mediante a utilização do mecanismo de identificação projetiva. Os aspectos indesejados de si são projetados no parceiro. Tal mecanismo está presente em outras relações. Na conjugalidade, contudo, devido à intensidade do laço afetivo, a identificação projetiva torna-se um mecanismo central. A conjugalidade é constituída a partir de motivações e pactos inconscientes. O casal faz acordos inconscientes baseados nas necessidades dos parceiros. Na conjugalidade os parceiros revivem padrões de interação familiar e elaboram vivências infantis, podendo construir soluções criativas para antigos conflitos ou repetir experiências não elaboradas.

A família de origem transmite para o sujeito-parceiro afetos, representações, fantasias e também conteúdos referentes à falta, à vergonha, a objetos perdidos ou enlutados. A partir dessa herança, o sujeito constituirá seu

mundo interno. A literatura psicanalítica da transmissão psíquica aponta para uma relação existente entre a identificação com as figuras parentais e a organização inconsciente do casal.

A perspectiva sistêmica, por outro lado, aborda a transmissão da herança familiar por meio dos padrões interacionais repetidos nos diversos sistemas e nas sucessivas gerações. Segundo o enfoque sistêmico, o casal como um subsistema familiar encontra-se sujeito às leis que regem os sistemas mais amplos. Destaca-se a interdependência entre os elementos de uma família, a mudança em cada membro afeta todas as outras partes componentes desse sistema (Bowen, 1978).

A família de origem produz padrões interacionais de comportamento que são transmitidos às gerações seguintes. Os padrões de comunicação, as crenças, as regras e os modelos de afetividade são passados aos descendentes como parâmetros para a construção de suas próprias relações. Nesse sentido, a forma como o novo casal interage e estabelece sua relação conjugal está relacionada ao modelo vivido em suas famílias de origem. O casal recebe o legado das gerações precedentes e representa um elo na cadeia transgeracional, repetindo e elaborando padrões interacionais.

Na complexa teia das relações familiares destacamos o conceito de lealdade como um fator de exigência ao cumprimento das expectativas do grupo familiar. Os compromissos de lealdades são repetidos intergeracionalmente e influenciam na psicodinâmica do novo casal, na medida em que os parceiros estão comprometidos com suas famílias de origem.

3.1 **Motivações inconscientes na escolha amorosa**

A teoria psicanalítica destaca o modelo de relação estabelecido nos primeiros seis anos de vida entre a criança e seus pais como fundamental para o posterior desenvolvimento relacional do indivíduo. A qualidade das relações construídas nessa etapa marcará a história da criança sob a forma de uma herança emocional. Embora a criança possa, no processo de seu desenvolvimento, transformar o modelo herdado, ela não poderá isentar-se de sua influência. O

padrão relacional estabelecido nessa fase refletirá nas futuras escolhas do sujeito (Freud, 1914).

O primeiro estágio da sexualidade infantil é marcado pelo auto-erotismo. O corpo do bebê, ou parte dele, funciona como substituto do seio materno. A sensação de sugar inaugura as primeiras experiências de satisfação e prazer, experiências essas que se busca repetir durante a vida toda. Neste período não existe, no indivíduo, uma unidade comparável ao Eu (Freud, 1913).

O período que compreende a satisfação auto-erótica até a formação do ego caracteriza o que Freud denominou de narcisismo primário. Enquanto a representação do “eu” está ausente no auto-erotismo, no narcisismo primário o ego é representado pelo “ego ideal”. O ego ideal é a imagem idealizada, resultado da revivescência do narcisismo dos pais. Ele emerge como consequência de um discurso apaixonante dos pais, em que os defeitos dos filhos não são valorizados, ao contrário, são amenizados ou desprezados. Nesse sentido, o narcisismo primário é influenciado pelos desejos e fantasias dos pais. O narcisismo primário é a marca do amor dos pais pelos filhos. Freud assinala que o amor dos pais nada mais é que seu próprio narcisismo renascido. Na criança são depositados os sonhos que os pais não puderam realizar. O narcisismo primário simboliza um estado de perfeição e completude, matriz para futuras ligações amorosas.

O sujeito é marcado pela história familiar legada. O discurso dos pais antecipa o lugar a ser ocupado pelo filho, lugar já caracterizado pelas escolhas e investimentos parentais (Freud, 1914). O sujeito emerge recebendo grande influência de gerações que o precederam. As investigações psicanalíticas apontam que as relações amorosas são, muitas vezes, repetições de certos padrões da infância. Sob esse ponto de vista, a escolha amorosa pode ser vista como a repetição de um encontro singularizado pela interdição. Sentimentos infantis podem ser inconscientemente reativados no momento da escolha. Assim, a escolha amorosa pode ser vista como o campo de reedição de vivências infantis, onde o passado marca sua presença na história do sujeito. As vivências narcísica e edípica têm importância fundamental na compreensão da dinâmica de escolha do parceiro.

O estado de narcisismo primário caracteriza uma simbiose onde mãe e bebê formam uma unidade. Nessa unidade, libido do ego e libido do objeto encontram-se indiferenciadas. A partir das trocas que ocorrem neste estágio, o

bebê inaugura a possibilidade de perceber que ele está num processo de relação com alguém. Esta percepção gradativa desfaz a ilusão de completude iniciando-se a formação do próprio ego. Freud (1914) afirma que o desenvolvimento do ego se dá por um afastamento do narcisismo primário que permanecerá como busca de um retorno a esse estado.

O afastamento do narcisismo primário possibilita a ligação do bebê a objetos externos, condição necessária para o desenvolvimento do ego. Este momento marca o aparecimento do narcisismo secundário. Parte da libido antes voltada para o próprio ego passa a ser dirigida para objetos externos, ou seja, a libido desloca-se em direção a um ideal do ego. Freud explica o deslocamento da libido em direção a objetos externos, como uma tentativa de recuperação do estado de onipotência infantil. Herdeiro do narcisismo primário, o ideal do ego surge na tentativa de conciliar exigências parentais e sociais. Representa, portanto, a satisfação narcísica possível, já que a completude simbolizada pelo narcisismo primário é inatingível.

Deslocar-se do amor de si para o amor pelo outro, implica na queda da onipotência narcísica, o que caracteriza a castração. Em grande medida, procuramos no outro um substituto do nosso narcisismo perdido na infância quando o ideal éramos nós mesmos. O objeto de amor precisa obedecer às exigências do ideal do ego para ser eleito. Nesse sentido, os investimentos objetivos representam o resultado da transformação da libido narcísica. Frequentemente, o objeto amado é tratado de forma semelhante à relação estabelecida com nosso próprio ego; esse fenômeno demonstra a ocorrência de um investimento narcísico no objeto.

“Como sempre no terreno da libido, o homem mostra-se aqui, mais uma vez, incapaz de renunciar a uma satisfação já gozada alguma vez. Não quer renunciar à perfeição de sua infância, e já que não pôde mantê-la diante dos ensinamentos recebidos durante o desenvolvimento e ante o despertar de seu próprio julgamento, tenta conquistá-la de novo sob a forma do Eu ideal. Aquilo que projeta diante de si como seu ideal é a substituição do perdido narcisismo de sua infância, no qual era ele mesmo seu próprio ideal” (Freud, 1914, p. 268).

Freud afirma que no processo de deslocamento da libido do narcisismo primário para os objetos externos, somente uma parte da libido é cedida aos objetos e a escolha objetual faz referência às intenções narcisistas (Freud, 1914). O encontro amoroso é visto como uma representação de investimento no ego mediante a ligação com outro objeto, na medida em que este objeto encontra-se adequado ao modelo proposto pelo ideal do ego (Toledo, 2002).

O investimento libidinal, no entanto, nem sempre se distribui de forma equilibrada. A supervalorização do objeto amado, atitude típica da paixão, está correlacionada a um empobrecimento do ego, pois o favorecido nesse momento é o objeto. Este é o fenômeno da idealização, em que o narcisismo é transferido para o objeto de amor.

A escolha amorosa, segundo a visão freudiana, é modulada pelo tipo de investimento libidinal dos parceiros. Freud (1914) distingue dois tipos de escolha objetual: a anaclítica e a narcísica. A estruturação do sujeito segundo um ou outro tipo de reconhecimento narcisista depende da identificação estabelecida com seus pais. A admiração dos pais pelos filhos, estruturada sobre regras e condições, provocará uma dependência dos filhos e a necessidade de manterem um comportamento dentro do modelo de perfeição, uma vez que o afastamento desse modelo poderá provocar rejeição (Amado, 2003).

Sobre a escolha anaclítica, Freud ressalta que o sujeito busca um parceiro no qual possa encontrar um apoio (mãe ou pai da infância). Esta busca está relacionada ao objeto idealizado. Na escolha anaclítica, não parece que quem ama realmente se priva do narcisismo, mas projeta no parceiro um aspecto de si mesmo que pode ser identificado nele. Já, no modelo narcísico de amor, procura-se um objeto semelhante a si. Na escolha narcísica ocorre um retorno ao narcisismo primário. Neste tipo de escolha aparece uma indiferenciação do outro, uma necessidade de ser amado sendo o sujeito seu próprio ideal.

Nas relações conjugais, os parceiros apresentam expectativas de que cada um reafirme a imagem que o outro tem de si. Alvarenga (1996) discute essa questão apontando os parceiros como instrumentos a serviço do narcisismo um do outro. O movimento de buscar no outro um suporte para o próprio narcisismo encontra concretamente outro sujeito que, por sua vez, faz limite ao narcisismo do primeiro. Ambos apresentam demandas que o outro não é capaz de responder, confrontando os parceiros com a própria castração.

Pincus e Dare (1981) desenvolveram uma pesquisa sobre o casamento tomando como base alguns princípios fundamentais presentes em qualquer relação. Segundo os autores, desejos não realizados ou sentimentos dolorosos fazem parte da história dos indivíduos e, frequentemente, repercutem nas relações interpessoais. Como são dolorosos, esses desejos, muitas vezes, são mantidos fora da consciência por meio dos mecanismos de defesa que operam inconscientemente. Nesse sentido, o primeiro princípio apontado por esses autores refere-se às motivações inconscientes que levam as pessoas às uniões conjugais. Motivações inconscientes, referentes a pensamentos, desejos ou fantasias, são conhecidas apenas indiretamente.

Um aspecto importante no funcionamento inconsciente do casal é a presença do mecanismo de projeção. Frequentemente, sentimentos e idéias dolorosas ou com uma carga bastante elevada para permanecerem retidos na mente são atribuídas a pessoas e objetos externos. Embora os processos projetivos sejam encontrados em todos os relacionamentos, naqueles com laços emocionais mais fortes esses processos operam de forma mais ostensiva. Nesse sentido, o casamento aparece como um lugar privilegiado para o aparecimento dessas manifestações, desde o momento da escolha do parceiro que, por sua vez, aceita algo daquilo que o outro necessita projetar.

Os autores se referem ao uso da projeção nas relações conjugais não apenas como uma tentativa do indivíduo livrar-se de sentimentos dolorosos. Projetados no parceiro, esses sentimentos perdem parte da ansiedade que costumavam produzir e podem chegar a parecer suficientemente aceitáveis para retornar ao indivíduo que os projetou. No entanto, se o conteúdo projetado for por demais assustador para quem projeta, este último também poderá desassociar-se cada vez mais destes conteúdos, condenando ou atacando o parceiro por assim agir.

Pincus e Dare (1981) afirmam que a conjugalidade apresenta momentos de satisfação e momentos de conflitos em seu percurso. A solução desses conflitos implica o crescimento pessoal e relacional. Embora cada parceiro saiba que os aspectos de satisfação e conflitos fazem parte da vida conjugal, a opção pelo casamento caracteriza a tentativa de encontrar felicidade e não de resolver conflitos. Segundo os autores, a vivência da estabilidade no casamento está

relacionada ao grau de flexibilidade com o qual cada parceiro responde às necessidades do outro.

Nem todos os casamentos caracterizam-se por uma grande necessidade de projeção. Algumas parcerias são estabelecidas mediante o reforço da própria imagem. Nesse caso, os parceiros apresentam características bem semelhantes entre si.

O segundo princípio apontado por Pincus e Dare baseia-se no primeiro e faz referência a um acordo inconsciente estabelecido nas relações. Esse acordo surge como resultado do mecanismo de identificação projetiva, em função da interação das necessidades de reciprocidade e complementariedade dos parceiros. O casal estabelece uma interação onde impulsos, desejos, anseios e medos, ainda que inconscientes, são projetados na dinâmica relacional caracterizando-a muitas vezes por conflitos. Os autores exemplificam com o relato de um caso clínico em que a esposa demonstrava constantemente um comportamento de irritabilidade e angústia, seguido de um afastamento emocional de seu parceiro. Essa seqüência comportamental ocorria sempre que seu companheiro chegava do trabalho e não lhe dava a atenção e o carinho esperados. O sentimento subjacente ao comportamento dela era representado pela raiva e sensação de abandono. Ela se irritava com seu afastamento, sentindo-se abandonada. Ele, por sua vez, não se zangava com a represália de sua esposa, mas não compreendia seu motivo para tal atitude. Após um longo trabalho com esse casal, tornou-se claro a origem do sentimento de abandono da esposa: na sua infância ela ficava sozinha em casa, enquanto os pais trabalhavam fora, em tempo integral. Para ela, seu marido repetia diariamente o abandono quando a deixava para trabalhar. Esse padrão relacional estabelecido reflete dinâmicas atuais com sua gênese na história dos parceiros.

Os autores apontam para um contrato secreto no matrimônio no qual os esquemas dos desejos e medos inconscientes derivam de relações anteriores, especialmente da infância. Projeção e identificação fazem parte do contrato não escrito do casamento e indicam que muitos dos medos e anseios inconscientes presentes no matrimônio provêm principalmente dos relacionamentos da infância. Na relação conjugal, quando o sujeito identifica no outro características próprias não resolvidas, ele passa a ver seu parceiro como o continente das suas próprias dificuldades. Por sua vez, ao assumir as características reprimidas do outro, indiretamente gratifica seu parceiro, ainda que a custo de críticas. O casal,

portanto, revive na experiência atual sentimentos regressivos, cujos desdobramentos podem ou não levar à retificação da situação conflitiva anterior.

Pincus e Dare (1981) afirmam que cada estágio da vida emocional da criança é determinado por profundos anseios de relacionamento com o outro. Frequentemente, esses anseios não são completamente satisfeitos, mas a realização mais ou menos satisfatória dessas necessidades torna a criança apta a satisfazer as necessidades do próximo estágio. Os autores destacam que anseios insistentes ou sem uma realização adequada na infância reaparecem posteriormente em momentos específicos na vida emocional dos adultos. Esse princípio caracteriza a tendência à repetição de padrões de relacionamento motivados pela persistência dos desejos na forma de fantasia inconsciente.

O padrão de relacionamento mais marcante para a criança é aquele em que ela percebe a intensidade de seus anseios com relação a seus pais. É o fenômeno do complexo de Édipo. O quarto princípio enunciado pelos autores diz respeito a esse fenômeno. A forma como este complexo de experiências evolui marcará as fantasias com gênese em anseios sexuais dessa criança. Os acordos conjugais estabelecidos no casamento de seus pais influenciarão a formação e o desenvolvimento emocional da criança. Ocultos, porém presentes na dinâmica do casal, esses acordos podem criar obstáculos ao desenvolvimento do potencial da criança, tanto na sua futura relação conjugal quanto no desempenho do papel parental (Pincus e Dare, 1981).

Willi (1978) afirma que problemas com as famílias de origem impedem ou dificultam aos parceiros a superação de conflitos na conjugalidade. Pode acontecer que uma relação conjugal esteja fortemente embasada em um tema fundamental comum que leve à paralisação do desenvolvimento da conjugalidade. Segundo Willi, indivíduos que possuem conflitos pessoais similares não superados podem transferi-los para a relação conjugal e estabelecerem uma dinâmica colusiva. A colusão é um jogo conjunto inconsciente, reciprocamente oculto, cuja origem é a presença de uma dificuldade comum não superada pelos parceiros.

Willi apresenta quatro modos de colusão. Esses modos estão relacionados às fases da primeira infância e são assim denominados: colusão narcisista, colusão oral, colusão sádico-anal, colusão fálico-edipal. Segundo o autor, a gênese das dificuldades conjugais relaciona-se a conflitos vividos pelos

parceiros na primeira infância. Na colusão os parceiros parecem ocupar posições opostas, porém, eles representam apenas polaridades da mesma problemática. O conflito fundamental similar estabelecido na conjugalidade engendra uma dinâmica na qual um dos parceiros atua de forma progressiva e reforça a dinâmica regressiva do outro.

3.2 **O legado familiar na visão psicanalítica**

A literatura psicanalítica sobre a transmissão psíquica oferece uma importante contribuição para o estudo das influências intergeracionais. A compreensão da transmissão psíquica e sua incidência nas gerações requerem, inicialmente, a consideração da idéia de um aparelho psíquico familiar (Kaës, 1976). A estrutura desse aparelho é inconsciente e diz respeito a uma série de regulações que operam em conjunto e dão sentido às relações familiares. Além da noção de aparelho psíquico familiar, também devemos considerar a trama intersubjetiva que envolve o casal parental e seus descendentes. Cada sujeito traz para o casal sua própria história, seus mitos, sua herança. A partir da conjugalidade, na geração de filhos transmitem-se conteúdos provenientes das histórias familiares de ambos os parceiros.

A família é, pois, o âmbito no qual transmitem-se desejos, expectativas, fantasias, valores, crenças e ditos que são modelados e transformados em cada nova geração. Cada família transfere aos descendentes sua forma de compreensão do mundo, das relações e formas de organização. Nas famílias fundem-se as histórias de gerações passadas e presentes que são transmitidas aos filhos e associadas às fantasias de cada membro da família e aos mitos familiares. É na família que ocorre a transmissão da herança psíquica adquirida e fundadora de cada sujeito.

A conjugalidade dos pais influencia o desenvolvimento afetivo-sexual dos filhos e os padrões interacionais estabelecidos por esses sujeitos ao constituírem suas próprias relações. McDougall (1993) ressalta a relação entre a configuração do sentido da identidade sexual dos filhos e as identificações estabelecidas deles com seus pais.

A literatura psicanalítica aponta que a conjugalidade tem sua gênese na trama inconsciente familiar de cada sujeito. Eiguier (1984) afirma que a organização inconsciente do casal encontra-se embasada na representação que cada sujeito possui das figuras parentais. Lemaire (1988), ao definir como o casal se constitui, aponta as zonas mal definidas do eu de cada um como os pontos em torno dos quais o casal se forma. O autor afirma também que os parceiros sentem-se atraídos devido à semelhança em alguns aspectos e devido à porosidade de seus limites. Willi (1978), ao discutir a união do casal, refere-se ao mecanismo de colusão entre os parceiros como um jogo implícito na relação que se estabelece em função de um conflito similar e não superado. A união dos parceiros é motivada por questões semelhantes e inconscientes além da expectativa de resolverem seus conflitos por meio da conjugalidade.

A conjugalidade representa um rico terreno para a reedição do romance familiar e para elaboração das vivências infantis. A união dos parceiros gera a possibilidade de desenvolvimento do psiquismo, onde o passado, o presente e as expectativas futuras aparecem entrelaçadas na construção da vida em comum. Ao assumir o legado, os parceiros devem apropriar-se da realidade recebida, imprimindo sua própria marca. Nesse sentido, o encontro dos parceiros atualiza a herança psíquica de cada um (Magalhães, 2005; Féres-Carneiro & Magalhães, 2001).

Antes mesmo de seu nascimento o sujeito já possui um lugar a ser ocupado, lugar este marcado pelo olhar dos pais, pelos seus ideais, pelas fantasias e expectativas das gerações precedentes. O sujeito, herdeiro do desejo de seus pais, encontra-se submetido a uma corrente geracional, estabelecendo a continuidade da vida psíquica entre gerações. Granjon (2000) afirma que há uma certa urgência em transmitir, pois a transmissão possibilita a continuidade evolutiva geracional. Cada geração origina outra que, por sua vez, deve criar uma nova a fim de perpetuar a vida a ser transmitida. A transmissão, no entanto, é internalizada pelos diferentes membros de uma família de forma singular. O sujeito ocupa uma posição ativa no processo de transmissão, na medida em que ele é capaz de transformar o material transmitido. Dessa forma, o herdeiro do legado familiar, ao internalizá-lo, transforma ou reconstrói aquilo que se pretendeu transmitir, imprimindo sua marca singular no percurso (Féres-Carneiro e Magalhães, 2005).

No entanto, nem sempre é possível significar tudo aquilo que nos foi transmitido. Quando o trabalho de transmissão falha, o material atravessa as gerações e se impõe em seu estado bruto aos descendentes, o processo torna-se alienante ao invés de estruturante. Benghozi (2000) define duas possibilidades de transmissão: transmissão intergeracional e transmissão transgeracional. Segundo o autor, na transmissão intergeracional o que é transmitido é elaborado e até transformado na passagem de gerações. Já na transmissão transgeracional, o que é transmitido não pode ser metabolizado. Nesse tipo de transmissão são encontrados aspectos daquilo que não foi simbolizado, que não pôde ser dito, como doenças, suicídios, crimes ou outras transgressões familiares. Nesse caso, o que se transmite é aquilo que não é aceito, que não foi simbolizado e permaneceu em estado bruto, impossibilitado de elaboração e, portanto, repetido. Essas questões, embora veladas, são percebidas na atmosfera familiar.

Além da identificação com as figuras parentais, destacamos o romance familiar como outra dimensão relacionada à idéia de transmissão psíquica geracional. Carreiro (2001) refere-se ao simbolismo infantil da criança que depara-se com a desidealização da imagem dos pais. Originalmente, os pais são percebidos pelos filhos como figuras perfeitas e repletas de qualidades. Diante da desidealização a criança tem a possibilidade de restaurar a imagem dos pais, enaltecendo-os, assim reconstruir a imagem perdida. Nesse processo, associadas aos símbolos nobres que a criança atribui aos pais, estão incluídas lembranças dos pais reais. Outro aspecto destacado pela autora sobre o romance familiar diz respeito à construção de histórias familiares passadas de geração para geração nas quais estão presentes mitos e segredos.

Em grande medida, nossa constituição subjetiva é marcada pelo que falamos sobre nossa história e nossa pré-história, especialmente quando esses ditos vêm carregados de emoção e sentimentos. Em relação à transmissão psíquica intergeracional, a narrativa, as falas e os contos familiares representam conteúdos herdados a serem transformados e elaborados. Carreiro (2001) destaca que existe um intervalo entre a história objetiva e a narrativa subjetiva, fazendo referência à cadeia de transmissão. Magalhães e Féres-Carneiro (2005) ampliam o espectro e afirmam que o romance familiar está inserido em um panorama maior que envolve um conjunto de variáveis psicossociais, econômicas, familiares e a história pessoal do sujeito.

A articulação entre as noções de identificação com as figuras parentais, a transmissão psíquica geracional e o romance familiar é importante para o estudo da conjugalidade. No contexto contemporâneo, diante de variadas formas de conjugalidade e de um número cada vez maior de dissoluções conjugais, sucedidas ou não de novas uniões, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que aprofundem a compreensão sobre as questões relacionadas ao laço conjugal.

Em estudo recente, Féres-Carneiro e Magalhães (2005) investigam as influências que a conjugalidade dos pais, tal como vivenciada e percebida pelos filhos, podem exercer sobre o lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida de adultos jovens que ainda não se casaram.

“Antes mesmo do encontro amoroso, existe no psiquismo de cada parceiro um lugar para a organização da conjugalidade. Esse lugar, pré-posição, reúne a pré-história e a história do sujeito, seus ideais de conjugalidade, as imagens e fantasias sobre a conjugalidade de seus pais e de seus antepassados, os mitos familiares e muitos outros elementos fantasmáticos que irão se engendrar no futuro eu conjugal” (Féres-Carneiro e Magalhães 2005, 115-116).

A literatura psicanalítica da transmissão psíquica leva a uma compreensão da construção do laço conjugal, considerando que a conjugalidade tem sua origem na trama inconsciente familiar de cada sujeito.

3.3 Influências transgeracionais na perspectiva sistêmica

Em nossa investigação, destacamos as influências transgeracionais a partir da perspectiva sistêmica que aborda a relação entre padrões interacionais estabelecidos nas famílias de origem e a formação do laço conjugal nos subsistemas formados pelos novos casais. A abordagem sistêmica compreende a família a partir de uma concepção de totalidade. Nessa concepção, o todo é considerado maior que a soma das partes. Cada parte é compreendida ampliando-se o olhar para o contexto em que elas estão inseridas, principalmente porque a

totalidade do sistema se constitui de características não encontradas nas partes, quando observadas isoladamente.

Os indivíduos integrantes de um grupo familiar podem ser considerados sistemas por si mesmos, ou um subsistema inserido num sistema maior. Essa unidade familiar também faz parte de um sistema mais amplo, como a comunidade, por sua vez inserida no sistema sociocultural, e assim sucessivamente, formando uma rede de sistemas interligados. Na família estão interligados vários subsistemas cujos funcionamentos variam de um nível ótimo à total disfunção e falência. O funcionamento de qualquer sistema está relacionado ao funcionamento de outros sistemas, dos mais amplos aos mais compactos, os subsistemas.

Observar as relações do grupo familiar, segundo a teoria dos sistemas, é focalizar o comportamento de seus membros atuando de forma interdependente entre si. Nessa ótica, a família é um conjunto cuja totalidade é muito mais que o somatório das características de seus membros. Segundo Bowen (1978), “a família é um sistema em que a mudança que afeta uma de suas partes se faz seguir por mudanças compensatórias em outras de suas partes componentes”.

Teóricos sistêmicos afirmam que toda família possui padrões de interação que caracterizam sua constituição e psicodinâmica. Esses padrões passam de uma geração à outra, influenciando gerações subseqüentes. São considerados padrões interacionais os padrões de comunicação, as regras, os mitos, os padrões de afetividade, as triangulações, os compromissos de lealdade, entre outros. Esses são os meios mediante os quais o processo de transmissão ocorre. Bowen (1978) afirma que as transmissões são seqüências repetidas de comportamentos cuja freqüência origina um modelo que se traduz em normas para a relação. Essas normas, por sua vez, estabelecem os parâmetros da relação. A família de origem traz consigo, implícitos, parâmetros que descrevem como as pessoas aprendem conceitos funcionais ou disfuncionais em relação ao eu, aos outros e aos relacionamentos. Esses parâmetros são transmitidos fazendo-se presentes no comportamento dos descendentes, em seus relacionamentos íntimos e em outras áreas da vida adulta.

Segundo Minuchin (1982), a família é um sistema que opera por meio de padrões transacionais. Negociações repetidas em um sistema familiar instituem padrões de interação que determinam a seus membros como, quando e com quem

se relacionar. Cervený (2000) ressalta que o grupo familiar se comunica por meio de seqüências de comportamentos que se mantêm em determinadas relações. Estas seqüências são conhecidas como padrões interacionais que se repetem. O espaço, o olhar, o silêncio, o movimento, os mitos, as lealdades, os segredos são considerados contextos em que os padrões interacionais familiares se manifestam de forma mais ou menos “previsível”.

Alguns autores de abordagem sistêmica (Bowen,1978; Framo,1970; Minuchin, 1982) desenvolveram estudos sobre a influência das famílias de origem nas relações conjugais, priorizando diferentes aspectos. Segundo Framo (1970), o sistema encontra-se carregado de forças transgeracionais veladas que exercem influência nas novas relações conjugais. Em trabalho mais recente, o autor afirma:

“Vale dizer que as atuais dificuldades de um casal são consideradas esforços de reparação no sentido de corrigir, controlar, defender-se de e apagar antigos e perturbadores paradigmas relacionais ligados à família de origem. Na escolha de relações íntimas em particular, mais que de outras, as pessoas tentam encontrar soluções interpessoais para conflitos intrapsíquicos” (Framo, 2002, p.73-74).

Segundo Bowen (1978), as relações que pertencem ao passado podem condicionar o presente do casal. O autor observa alguns mecanismos mediante os quais esse processo pode ocorrer. Afirma que modelos interacionais de uma geração podem funcionar como matrizes ocultas para a interação relacional familiar de gerações posteriores. Destacam-se o processo de projeção familiar, a fusão e a diferenciação do indivíduo de sua família de origem e as triangulações como formas de transmissão multigeracional. No processo de projeção familiar os pais imprimem nos filhos características específicas como “o responsável”, “o pacífico”, “o não-confiável” e obrigações emocionais como “você deve cuidar do seu irmão”, ou “a tarefa da casa fica por conta da filha mais velha”. Assim, os indivíduos saem da família de origem para o mundo e para o casamento designados para desempenhar papéis e personagens transmitidos pelos predecessores com os quais existem questões familiares não resolvidas.

A fusão e diferenciação do indivíduo em relação a sua família de origem é outro mecanismo de transmissão multigeracional. Para conceituar a indiferenciação do Eu, Bowen (1978) classificou todos os níveis de funcionamento humano em um único “continuum”. De um lado da escala,

encontramos a máxima intensidade de indiferenciação do eu familiar, a “fusão do Eu” com baixa diferenciação do si. Do lado oposto predomina a “diferenciação do si”, com baixa evidência de fusão do Eu. Segundo o autor, a separação de um indivíduo de sua organização familiar é um processo gradual e sem fim determinado. Nesse sentido, os filhos que não têm um bom nível de diferenciação com relação aos pais apresentam maiores dificuldades em se separar dos mesmos e, em situações limite, não chegam a se separar. Estas são situações em que a herança da família de origem pode chegar até mesmo a impedir a possibilidade de matrimônio ou permitir uma constituição apenas aparente do casal. Já aqueles indivíduos que apresentam baixa evidência de fusão do Eu conseguem explorar o mundo mais livremente, tanto sozinhos quanto em uma relação conjugal.

Os casais procuram se completar um no outro, na medida em que não conseguiram resolver seus relacionamentos com os pais. Andolfi (2002) refere que muitos casais passam anos buscando viver uma completa unidade na relação conjugal evitando para isto revelarem um ao outro como são realmente. Naturalmente esta relação resultaria em severas distorções na comunicação a fim de manter o mito da concordância e inibiria a possibilidade de uma relação afetiva verdadeira.

O âmbito de amadurecimento do indivíduo ocorre tanto pelos complexos roteiros multigeracionais do sistema da família ampliada, como nas circunstâncias imediatas da família nuclear onde habita. O bom desenvolvimento psicológico do indivíduo requer um grupo familiar suficientemente coeso e do qual ele possa se diferenciar progressivamente até poder separar-se e instituir por si mesmo um novo núcleo familiar.

Bowen (1978) afirma que o maior ou menor grau de diferenciação do ego gera conseqüências no padrão relacional do sistema familiar. Segundo o autor, um sistema familiar com alto índice de ansiedade e baixa diferenciação egóica tende a desenvolver padrões relacionais triangulares. Em um par cuja relação apresente um grau de ansiedade considerável, um de seus componentes pode sentir-se motivado a falar sobre o outro com um terceiro importante. Dessa forma, o par original sofre uma alteração, pois a inclusão do terceiro coloca um dos componentes originais do par à margem da nova configuração. As triangulações não são estáticas, elas sofrem alterações de acordo com a dinâmica

interna da família e estão presentes em todos os sistemas. No entanto, as famílias tendem a manter triângulos característicos, conforme o grau de ansiedade presente no sistema, o que caracteriza a natureza repetitiva dos mesmos, tornando-os previsíveis. Embora a formação triangular venha a desfazer-se, quando o grau de ansiedade e a tensão relacional no sistema diminuem, o triângulo permanece em estado latente, pronto para reaparecer tão logo aumente novamente o nível de ansiedade familiar.

Esse aspecto de transmissão multigeracional, no qual aparecem padrões latentes e influentes, também é ressaltado por Jackson (1965) que afirma que um dos fatores mais importantes na transmissão multigeracional parece ser o fato de que a criança não só aprende a responder à atitude de seus pais, como também registra os modelos paternos como matrizes para suas próprias respostas.

Elkaim (1989) ressalta que embora a transmissão ocorra de forma diferenciada em cada família, devido às suas singularidades na elaboração de seus próprios modelos, não há como não transmitir. Segundo o autor, toda família transmite seu modelo interacional, mesmo aquelas que cuidam muito para não fazê-lo. O autor afirma que o casal interage constantemente com o contexto onde vive. O contexto mais influente para essa díade, freqüentemente, é aquele de suas famílias de origem. As relações entre o casal e suas famílias constituem formas de interação que se manifestam no ciclo vital do casal e o influenciam.

Imersos na cultura de uma comunidade e sociedade específicas, os casais, ao iniciarem uma relação, trazem consigo um conjunto de crenças e valores estruturado a partir da experiência na família de origem. As construções de um novo casal se formam alicerçadas na história que cada um traz consigo. Lorieto e Strom (2002) relatam que praticamente todas as áreas da relação conjugal estão marcadas pela influência da família de origem: a escolha do parceiro, o contrato conjugal, a sexualidade, a gestão do conflito, o nascimento e a educação dos filhos, a alimentação, a produção e a distribuição dos recursos econômicos, a separação e o divórcio. Ainda que ocultos ou sutis, os padrões da família de origem exercem influência no subsistema conjugal. O casal é, então, o primeiro representante da herança psíquica de suas famílias de origem.

O subsistema conjugal possui funções e características específicas e recebe, em determinado grau, a interferência de outros subsistemas. Essas interferências encontram maior ou menor resistência nas fronteiras de cada

subsistema. As fronteiras definem quem participa e como participa de um subsistema, sua principal função é a de proteger a diferenciação dos mesmos. A flexibilidade da fronteira do subsistema conjugal funcional deve protegê-lo da interferência de outros subsistemas, sem impedir sua comunicação. Se a fronteira em torno dos esposos é rígida, o subsistema ficará isolado e disfuncional. Mas, se os parceiros mantêm fronteiras pouco estabelecidas, outros subgrupos, inclusive filhos e parentes afins, podem exercer grande influência no funcionamento do subsistema conjugal. A qualidade e plasticidade da fronteira são elementos importantes na dinâmica do casal (Minuchin, 1982).

Cervený (2000) compreende o contexto das transmissões para além do limite da família de origem. Segundo a autora elas ocorrem no sistema familiar ampliado, incluindo as gerações passadas. A transmissão dos padrões interacionais pode não passar diretamente de uma geração à subsequente e pular gerações. Além da fusão e diferenciação, triangulação, projeção familiar e plasticidade das fronteiras como fatores de transmissão multigeracional, a autora destaca a comunicação, as regras, os mitos, os segredos, a hierarquia e a afetividade como modelos de padrões interacionais para as gerações subsequentes.

Cervený (2004) ressalta a importância da comunicação dentre os fatores de transmissão. A comunicação ocorre quando o emissor envia uma mensagem a um receptor por meio de um canal, havendo um feedback. Tanto o emissor quanto o receptor possuem uma série de valores, julgamentos, crenças, experiências anteriores e estado emocional que funcionam como obstáculos ou filtros ao enviar e receber uma mensagem. Esses obstáculos fazem com que, para o emissor, a mensagem transmitida seja diferente da que se pretendia transmitir. Ao chegar ao receptor, a mensagem passa pelos obstáculos presentes no contexto desse último, que também a recebe de uma maneira particular. Esse processo reforça a ideia de que em todo esquema de comunicação considera-se o contexto no qual a comunicação ocorre e o contato entre emissor e o receptor.

A autora também ressalta que o significado dos obstáculos tanto por parte do emissor quanto do receptor devem ser considerados dentro do contexto relacional. Nesse sentido, ela destaca a ideia de Ruesch e Bateson (apud, Cervený, 2004) que afirmam que um indivíduo deve ser entendido no sistema formado por aqueles que o circundam, e esses dentro de um sistema maior, sendo a comunicação o veículo entre todos os sistemas. Além da transmissão verbal e

explícita de uma mensagem, o conceito de comunicação também abrange os processos por meio dos quais as pessoas se influenciam mutuamente. De maneira geral, as ações e acontecimentos somente adquirem aspectos comunicativos quando são percebidos e interpretados por um ser humano.

O grupo familiar se comunica por meio do olhar, do silêncio, dos segredos, do movimento, porém, praticamente em todas as famílias existem problemas de comunicação. Frequentemente, encontramos nos sistemas familiares indivíduos que, em algum momento, não se sentiram ouvidos ou compreendidos, não conseguiram expressar seus sentimentos, orientam seu comportamento mais pelo que não é dito ou que não confiam nas palavras dos outros familiares. Esse contexto é compreendido do ponto de vista sistêmico a partir de um enfoque circular de retroalimentação da informação, em que o comportamento e a comunicação de cada indivíduo afetam e são afetados pelos comportamentos de cada uma das outras pessoas, podendo ocorrer, inclusive, em circuitos intergeracionais (Cervený, 2000, 2004).

Em relação ao aspecto da comunicação, Watzlawick (1967) aponta para o fato de que o silêncio como resposta, a inatividade ou a falta de intenção consciente ao emitir uma mensagem também constitui formas de comunicação. Nesse sentido, o autor destaca a premissa de que “não se pode não comunicar”, enfatizando a impossibilidade da não comunicação, mesmo que com grande esforço de uma das partes para o fazer. Ele propõe três categorias de comunicação presentes num sistema que ajudam a classificar padrões de interação multigeracionais. A primeira delas refere-se à aceitação da comunicação, que ocorre quando o receptor aceita a comunicação do emissor, iniciando um processo de interação. A rejeição da comunicação é a segunda categoria e caracteriza-se quando o receptor torna claro ao emissor, ainda que de forma não verbal, que não aceita a interação. A terceira categoria é a desqualificação da comunicação, caracteriza-se por um processo no qual o receptor aceita a interação com o emissor, mas tenta invalidar as mensagens de forma verbal ou não. Em relação ao aspecto verbal, o receptor pode usar mecanismos de invalidação da mensagem como a incoerência ou contradição ao emitir respostas, a mudança de assunto, o uso de frases incompletas, denotando desinteresse em relação ao emissor. A desqualificação também pode ocorrer de forma não verbal, mediante a evitação do

contato visual, determinadas posturas, sinais de pressa ou irritabilidade, risos sem fundamento, entre outros.

Nos grupos familiares existem prescrições sobre modos adequados de comportamento que indicam como a família deve agir em determinada situação. Essas prescrições, freqüentemente, coincidem com os costumes de uma família. Esse é o âmbito onde nascem as regras familiares como algo regulador do grupo familiar. Cervený (2000) destaca que as regras é que tornam possível o funcionamento do grupo familiar. Existem regras mais explícitas e que fazem parte de um sistema mais geral de organização familiar. Embora as regras tenham caráter universal, elas diferem em características específicas, de acordo com a cultura na qual a família está inserida. Outras regras dizem respeito a cada grupo familiar e instituem-se mediante anos de implícitas negociações entre seus membros. Raramente verbalizadas, essas regras são aceitas e compartilhadas por todos os membros da família. Além de garantir a manutenção da homeostase do sistema familiar, as regras definem os direitos e deveres de cada um, gerando expectativas mútuas nos membros do grupo familiar. Muitas vezes, estas regras não se circunscrevem a apenas uma geração familiar, mas aparecem repetidas por meio de seqüências intergeracionais. Em nossa investigação, buscamos identificar tais seqüências.

As influências que atravessam as gerações nos sistemas familiares são, muitas vezes, dificilmente identificadas, embora mantenham sua ascendência nos sistemas subseqüentes. Os sentidos que uma família atribui à vida, ao grupo familiar e aos relacionamentos têm sua gênese na própria história familiar. As famílias atribuem determinados significados aos acontecimentos, fortalecendo ou não o sentido que eles trazem de suas famílias de origem (Krom, 2000).

Destacamos como importante fator de transmissão multigeracional a influência dos mitos nas relações entre os subsistemas conjugal e parental. Ângelo (1995) afirma que no casamento estão implicadas as famílias de cada cônjuge como transmissoras de um sistema mítico que precisa ser devidamente considerado na compreensão da dinâmica do casal. Valores relacionados a um contexto social numa determinada época são vividos por uma família que os transfere para a geração seguinte. Este segundo grupo efetiva esse padrão com ritos e, sem compreendê-los ou questioná-los, veicula-os para a terceira geração.

Esta os assimila ainda de maneira velada e aparentemente desvinculada de sua realidade vivencial. Herdam-se, portanto, mitos que se desenvolvem a partir da impossibilidade de conectar o legado com a realidade da época em que se vive. Na perspectiva sistêmica mitos significam crenças inconscientes, segredos ou atitudes que se perpetuam, devido ao fato de serem aceitos por sucessivas gerações de uma família. Toda família, por mais bem sucedida que possa ser, parece precisar de certa dose de “mitologia” para suavizar determinadas questões que precisam ficar veladas ou mantidas sob segredos.

O enfoque das teorias do desenvolvimento humano também fornece um bom exemplo de como o mito é transmitido. Uma das maneiras que a criança tem de se “apropriar” do conteúdo de uma relação consiste no uso da simbolização. Imagens e comportamentos específicos passam a representar certos elementos da “questão a ser apropriada”. Fragmentar a representação do que acontece no relacionamento em várias seqüências comportamentais e “congelá-las” em uma série de imagens relativas a determinados momentos parece proporcionar à criança a possibilidade de atribuir um significado à relação, por meio da construção de um ou mais “emblemas míticos” adequados o bastante para conter suas qualidades mais importantes e depois relembra-las. A criança exercita-se no uso desses “emblemas” quando, brincando, assume, por exemplo, o papel da mãe, repetindo certos comportamentos característicos dela. Esta idéia parece ser confirmada pelo fato de, tempos depois, observar-se a semelhança de certas expressões mímicas dos filhos com as dos pais, atribuindo-lhes as mesmas conotações afetivas (Ângelo, 1995).

Tanto o sistema quanto o emblema mítico podem ser transmitidos, representando uma forma de apropriação da herança afetivo-relacional da família de origem e tendem a se expressar nos futuros relacionamentos conjugais.

No legado deixado pela família de origem, segredos e mitos familiares são forças que mantêm uma estreita relação entre si. Segundo Cerveny (2000), fatos passados ocorridos em uma geração ficam “guardados” na história da família como elementos para a construção dos mitos, diferenciando aquele grupo familiar de outros. Mediante a comunicação verbal ou não, alguns segredos familiares podem se transformar em mitos, quando se estabelece em torno deles um sistema de crenças compartilhado entre os membros e transmitido intergeracionalmente.

Cervený (2000) ressalta que a função dos segredos familiares é ocultar assuntos vergonhosos, mas também fortalecer a união ou diferenciação de um subsistema, fornecendo-lhe uma identidade familiar específica. Segredos familiares parecem ser problemas conhecidos e compartilhados por poucos membros do grupo. Para um determinado grupo, o segredo pode ter a finalidade de proteção desse grupo em relação a grupos maiores, ou a função de diferenciação desse grupo em relação a outros. Segundo a autora, essas mesmas funções podem ser aplicadas num único sistema familiar, destinando a determinados subsistemas as funções de diferenciação, poder, coesão, entre outras.

Os indivíduos em uma família representam funções e concentram poder, organizando-se de determinada forma. Haley (1979) afirma que a organização de alguns indivíduos em conjunto leva à constituição de status e poder e, conseqüentemente, a uma organização hierárquica. A hierarquia está ligada às funções dentro da família. Uma organização hierárquica elementar envolve a linha geracional e mantém bem estabelecida a divisão entre gerações, com o poder centrado na família nuclear. As divisões hierárquicas, no entanto, sofrem a influência da cultura onde o sistema encontra-se inserido, podendo alguns subsistemas ocupar posições mais privilegiadas que outros em determinados contextos culturais.

As famílias organizadas de acordo com modelos de hierarquia rígida, ambígua ou confusa podem favorecer a repetição desses padrões em gerações posteriores, além de trazer como conseqüência alterações em outros padrões de interação como nas formações triangulares, na comunicação e na afetividade (Cervený, 2000).

Grande parte dos estudos sobre afetividade na família teve como objeto de estudo famílias de esquizofrênicos. Lidz (apud, Cervený, 2000), estudando a relação entre afetividade familiar e esquizofrenia, confirma que a relação mãe/filho pode levar ao estabelecimento de um contexto para o desenvolvimento de alguns transtornos. O autor afirma que a família é o modelo de interação social para seus membros e transmite seus padrões, sobretudo, por meio da comunicação não-verbal. O resultado de pesquisas desse autor sobre famílias de esquizofrênicos aponta que todas as famílias eram constituídas por casamentos mal sucedidos, ou seja, apresentavam relações disfuncionais, desconfiança entre o casal,

desorganização hierárquica, papéis parentais pouco estabelecidos, triangulações enrijecidas e filhos representando funções paternas.

Jackson (1970), em estudos sobre a definição e natureza das relações, classificou as famílias em quatro tipos. O primeiro tipo diz respeito à relação satisfatória estável, definida como uma relação onde há um acordo claro estabelecido entre as partes sobre divisão de tarefas, de papéis, funções e poder. A relação é estável e os períodos de instabilidade são pequenos, os parceiros conversam sobre a relação. O segundo tipo de relações familiares é definido como relação satisfatória instável. Caracteriza-se por períodos maiores de instabilidade, vividos em alternância com períodos de estabilidade. Para o autor, essa relação é característica de relações novas ou daquelas que estão passando por eventos nodais, como a chegada de um bebê, filhos na adolescência, aposentadoria. Existem famílias em que a relação dominante é insatisfatória estável. Nesse tipo de relação não há muito diálogo entre os parceiros, eles não discutem a responsabilidade de determinadas áreas dentro da relação. Embora insatisfeitos, devido à pouca troca existente, a relação é estável porque os envolvidos não manifestam os problemas que poderiam desestabilizar a relação. O quarto tipo de relação refere-se à relação insatisfatória instável cuja característica central é a não existência de acordos. Os períodos estáveis são curtos e os instáveis prolongados. O autor afirma que os membros desse tipo de família apresentam sintomas psicossomáticos ou histericos e apresentam muita resistência em iniciar ou continuar um processo terapêutico.

Os modos de relação classificados por Jackson são atribuídos a diferentes graus de estabilidade no relacionamento e considerados padrões de afetividade estabelecidos no sistema, podendo reaparecer ou influenciar a dinâmica afetivo-relacional de futuras gerações.

Outro autor, Minuchin (1982), não se refere especificamente à afetividade na família, mas utiliza conceitos sobre famílias emaranhadas e desligadas para caracterizar a existência de tipos predominantes de interação entre os elementos de um sistema. Ele conceitua famílias emaranhadas e desligadas para definir dois modelos extremos de interação entre os membros da família. “Todas as famílias são concebidas como incidindo em algum lugar ao longo de um *continuum*, cujos pólos são os dois extremos de fronteiras, difusas e excessivamente rígidas” (p.59). Emaranhamento e desligamento são padrões de

alta carga emocional, profundamente inseridos nas estruturas familiares, cuja influência também aparece nas novas uniões conjugais.

Nas famílias emaranhadas, os membros envolvem-se de maneira excessiva uns com os outros, podendo manter contatos muito freqüentes ou até uma fusão simbiótica total. As fronteiras interpessoais são difusas, há uma grande invasão de sentimentos, pensamentos e comunicação entre os membros da família, resultando numa confusão de papéis. Nesse modelo de interação familiar, a autonomia fica restrita em prol do sentimento de pertencimento.

Nas famílias desligadas, os elementos do sistema são autônomos e as fronteiras são inadequadamente rígidas. A comunicação é difícil e as funções protetoras da família ficam prejudicadas. Há um extremo desligamento e distância, chegando a ponto de não haver nenhum envolvimento. Os elementos do sistema não solicitam apoio, não vivenciam o sentimento de lealdade, interdependência e pertencimento. A tendência desse modelo familiar é não responder diante de uma necessidade, a não ser em situações de estresse máximo.

Aylmer (2001) utiliza os termos emaranhamento e rompimento na definição dos mesmos padrões descritos por Minuchin (1982) como emaranhamento e desligamento. Esse autor afirma que, embora aparentemente opostos em natureza, estes padrões cumprem funções semelhantes nas famílias, permitindo que as questões de relacionamento e as necessidades de distância e proximidade sejam colocadas ou evitadas, mas jamais resolvidas. Esses processos de emaranhamento e rompimento têm um impacto especial sobre o jovem adulto. Aquele que cresceu num padrão de emaranhamento com sua família de origem, provavelmente, terá grandes dificuldades em envolver-se com o mundo externo e com novos relacionamentos íntimos. Em um sistema familiar funcional, o jovem tende a encontrar apoio na estruturação de sua identidade. Já numa dinâmica familiar em que predomina o padrão do rompimento, o jovem seria prematura e arbitrariamente afastado dos recursos da família nuclear e ampliada, tornando deficiente o processo de formação da identidade e seus futuros empreendimentos.

Cervený (2000) considera que todos os elementos de uma família são influenciados pelo modelo afetivo dominante no sistema familiar. Adota a posição de que o relacionamento não é um fator interno de um indivíduo, mas o produto de uma interação, sendo, pois, a família, a matriz na qual ele se inicia, desenvolve-se e é transmitido.

As relações que envolvem uma família possuem um caráter muito particular. Boszormeny-Nagy e Spark (1973) afirmam que a essência de qualquer relacionamento é a capacidade de assumir compromissos e confiar nos demais. A intensidade e profundidade que envolvem os relacionamentos entre os elementos de uma família depende dos compromissos de lealdade estabelecidos entre eles.

De modo geral, a lealdade é descrita como um sentimento de solidariedade e uma atitude de confiança entre as pessoas. Num sistema familiar, a lealdade envolve uma trama relacional que implica a existência de expectativas compartilhadas no grupo, em relação às quais todos os elementos adquirem um compromisso. As leis existentes em cada sistema familiar são específicas. O conteúdo dessas leis, dizem respeito às expectativas estruturadas na família ao longo de gerações. Elas influenciam nos padrões interacionais e no comportamento de cada elemento da família. A palavra lealdade tem origem na língua francesa, *loi*, que significa lei, e implica atitudes de acatamento à mesma. As famílias têm suas próprias leis em forma de expectativas compartilhadas não escritas. O cumprimento dessas expectativas para as crianças se faz mediante o uso de medidas disciplinares externas, já os adultos devem cumpri-las a partir da internalização desses compromissos. O sentido das relações de lealdade em uma família depende da representação que os indivíduos dessa família possuem das leis do sistema e dos compromissos inconscientes de lealdade estabelecidos entre eles (Boszormeny-Nagy e Spark, 1973).

As lealdades referem-se à forma como é estabelecida a relação entre os elementos da família, à intensidade e à profundidade desses laços. Os autores afirmam que os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, mas resistentes, que mantêm unidos complexos fragmentos do padrão relacional. Nesse sentido, o significado do compromisso de lealdade vai além da relação de confiança estabelecida entre vários indivíduos, diz respeito a um dever de lealdade compartilhado entre os elementos de uma família com os princípios e os significados simbólicos dessa mesma família.

Refletir sobre os compromissos de lealdade num sistema familiar envolve considerar o complexo de expectativas estruturadas na família, diante das quais todos os elementos dessa família estão de alguma forma envolvidos. O indivíduo leal luta por aproximar seu próprio interesse do interesse do grupo. Não só compartilha os pontos de vista do grupo, como também aderirá ao seu código

de ética de conduta, pelo menos o considerará com muito cuidado. Para ser um membro leal, o indivíduo precisa ter interiorizado as expectativas do grupo e cumprir as obrigações internalizadas.

Os compromissos de lealdade nas famílias são fundamentados em pactos, cisões, alianças, triangulações, padrões de afetividade, freqüentemente, de natureza conflituosa, constituindo os laços invisíveis das expectativas familiares.

Boszormeny-Nagy e Spark (1973) afirmam que os compromissos de lealdade, freqüentemente, se estabelecem nas áreas de educação e criação de filhos. Ao transmitir valores e princípios a seus filhos, os pais assumem a posição meritória de credores e os filhos se transformam em devedores. Os filhos precisam pagar pela herança recebida mediante o sistema de realimentação intergeracional. Dessa forma, eles internalizam os compromissos assumidos, cumprem as obrigações e transmitem as expectativas à nova geração. A cada obrigação cumprida o nível de lealdade e confiança na relação é fortalecido.

A lealdade procura despertar nos membros comprometidos com ela a prática do sentido do dever, equanimidade e justiça. No entanto, a posição de cada indivíduo no grupo depende do âmbito de justiça de seu próprio universo. Dessa forma, nem todos os elementos do grupo correspondem aos estímulos que lhe são oferecidos, muitas vezes não atendendo à demanda de obrigações do sistema. O não cumprimento das obrigações provoca culpa, que constitui uma força secundária de regulação do sistema.

Cada nova relação que nasce na família suscita a necessidade de formar novos compromissos de lealdade. O casal, representante da nova relação, traz em cada parceiro a lealdade familiar estabelecida com suas famílias de origem e a transmite de forma mais ou menos metabolizada às futuras gerações. O desafio para cada nova configuração conjugal é alcançar um equilíbrio entre as antigas expectativas, ainda em vigor, e as novas, decorrentes da nova relação. A intensidade desse desafio para cada casal está relacionada com a rigidez ou flexibilidade do sistema originário e a forma como eles trabalham as influências recebidas.

Mudanças numa geração, freqüentemente, vêm associadas a um certo grau de estresse. Quando essas mudanças encontram-se relacionadas a questões similares de gerações passadas, o índice de estresse torna-se potencializado. Famílias com história repetida de traição e abandono, por exemplo, apresentam

um índice maior de estresse em relação a esse aspecto. Muitas vezes a dificuldade em estabelecer um diálogo a respeito dos assuntos estressantes e a presença de uma grande preocupação com relação ao comportamento de seus membros, sobretudo os membros mais jovens, leva a um resultado paradoxal: a concretização da profecia e repetição da história (Watzlawick, 1973). Cervený (2000) destaca que a repetição de modelos familiares e as profecias autorealizáveis muitas vezes caminham em paralelo. Algumas famílias com determinados padrões interacionais repetitivos mantêm uma dinâmica na qual não se discute nem se questiona esses padrões, no entanto, esses modelos mantêm-se presentes em cada indivíduo, atuando muitas vezes como profecias a serem realizadas.

Os padrões interacionais estabelecidos na inauguração de um novo sistema conjugal e sua relação com aquilo que é herdado das gerações precedentes são os fundamentos da investigação que realizamos: as influências da família de origem na construção do laço conjugal no novo casal.

4

A pesquisa

No intuito de investigar as influências das famílias de origem no novo casal, realizamos um estudo de caso. Utilizamos uma metodologia quanti-qualitativa. Selecionamos um casal e entrevistamos ambos os cônjuges e os pais de cada um deles individualmente, chegando ao número total de seis sujeitos.

4.1

Sujeitos da pesquisa

Em nossa pesquisa, selecionamos um casal jovem (marido, 27 anos; esposa, 28 anos), casados há 4 anos, sem filhos e com pais vivos. Buscamos selecionar um casal com tempo de união entre 3 e 10 anos e sem filhos, devido ao fato de que a presença de filhos inaugura outra fase do ciclo vital envolvendo o casal em questões de parentalidade (McGoldrick, 2001). Os entrevistados são pertencentes à camada média de uma cidade de Minas Gerais. Os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar a identidade dos mesmos.

O casal escolhido tem as seguintes características: Marcelo Filho é casado com Sandra e moram em uma cidade de médio porte do estado de Minas Gerais. Eles estão casados há 4 anos. Namoraram 7 anos antes do casamento. Durante o namoro, Sandra vivia na casa de seus pais e Marcelo Filho na casa de sua mãe. Ele foi o primeiro e único homem com quem Sandra se relacionou sexualmente. O casal ainda não teve filhos por opção. No entanto, há quatro meses, Sandra parou de usar pílula, devido à decisão de terem um filho.

Marcelo Filho cursou o segundo grau e trabalha numa pequena empresa há 3 anos. É o mais velho de três irmãos. Seus pais vivem separados há 6 anos. Olinda, sua mãe, tem 53 anos e possui uma micro empresa há 30 anos. Seu pai, Marcelo, tem 56 anos, é militar reformado há 4 anos, mora em uma cidade vizinha há 6 anos e tem uma companheira. M. Filho tem duas irmãs: uma de 25 anos, solteira, trabalha durante a semana em outra cidade vizinha e passa os finais de semana na casa da mãe; a outra tem 23 anos, está cursando a faculdade, é solteira e mora com a mãe.

Sandra é graduada em Administração de Empresas e trabalha como secretária particular de uma pequena empresa há 8 anos. É a primogênita de três irmãos. Seus pais e irmãos moram e trabalham na mesma cidade em que ela. Sandra tem um irmão com 27 anos que trabalha numa empresa e uma irmã com 18 anos, estudante. Ambos moram com os pais e são solteiros. Seu pai, Afonso, tem 62 anos e trabalha há 29 anos na mesma empresa. Sua mãe, Conceição, tem 53 anos e é dona de casa. Os pais são casados há 30 anos.

4.2 Instrumentos

Em nosso estudo utilizamos o método quanti-qualitativo, desenvolvido em duas etapas. Inicialmente, foi aplicado em cada membro do novo casal um questionário (anexo 1) desenvolvido por Féres-Carneiro (2004) com o objetivo de investigar a conjugalidade dos pais, tal como vivenciada e percebida pelos filhos. O questionário foi aplicado individualmente nos dois parceiros no mesmo horário e local, com o objetivo de evitar trocas de informação entre eles e possíveis influências nas respostas.

O questionário, QCP (Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais) foi extraído de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é estudar as relações existentes entre a conjugalidade dos pais, tal como vivenciada e percebida pelos filhos e as concepções, motivações e expectativas que esses filhos possuem em relação ao laço conjugal. Em nossa investigação, o questionário foi utilizado para identificar o grau de satisfação conjugal dos pais tal como percebido pelos filhos, visando relacionar esse dado com o material obtido por meio das entrevistas.

O QCP, que avalia a relação conjugal dos pais, tal como percebida pelos filhos, foi construído a partir de outros instrumentos de avaliação da relação conjugal, sobretudo do FBQ - *Family Background Questionnaire* (Melchert, 1998; Melchert & Sayger, 1998) e do *ENRICH M-Marital Inventory* (Fowers & Olson, 1989; Olson & Fowers, 1993), assim como da literatura sobre estrutura e dinâmica do laço conjugal. A escala do QCP foi constituída de 56 itens fechados para serem respondidos em escala Likert de cinco pontos (consistência interna

“alfa” de Cronbach foi $\alpha = 0,96$). Estes itens estão relacionados a diferentes aspectos que têm sido identificados como relevantes na vivência da conjugalidade, alguns deles indicando menos conflitos e maior satisfação e outros mais conflitos e menor satisfação na relação conjugal. Embora quatro destes aspectos sejam avaliados pelo QCP - gratificação conjugal, maturidade emocional, identidade conjugal e expressão de afeto - as características psicométricas sugerem a unidimensionalidade da escala de avaliação do QCP, dirigida ao construto maior: a conjugalidade (Féres-Carneiro; Magalhães & Ziviani, no prelo).

Após a aplicação desse questionário, realizamos uma entrevista semi-estruturada com roteiro oculto (anexo 2) com cada sujeito, o casal e seus respectivos pais. Esse roteiro oculto foi utilizado como um guia para o pesquisador abordar pontos relevantes para a investigação. Os temas escolhidos para o roteiro oculto foram formulados a partir da fundamentação teórica e dos objetivos da pesquisa e foram incluídos na entrevista à medida que ela se desenvolveu. Dessa forma, os entrevistados puderam expressar seus pensamentos livremente, externando o que cada um considerava significativo.

Os temas incluídos no roteiro oculto das entrevistas com o casal foram:

- concepção de casamento
- aspectos positivos e negativos no casamento
- expectativas sobre o seu casamento
- papéis e funções estabelecidos no casal
- espaço para a individualidade e a conjugalidade
- sexo no casamento
- trato com o dinheiro no casamento
- lazer no casamento
- relação com a família de origem
- percepção do modelo de relação parental, influência geracional

Os temas incluídos no roteiro oculto das entrevistas com os pais foram os mesmos acima descritos, com exceção do último. Na entrevista com os pais, abordamos a percepção do próprio modelo de relação conjugal e a percepção de possíveis influências geracionais.

Nas entrevistas com o casal, investigamos a construção do laço conjugal privilegiando a influência da conjugalidade de seus pais. Nas entrevistas com os pais de cada parceiro, investigamos a dinâmica conjugal e a percepção de sua

influência na conjugalidade dos filhos. A partir daí, analisamos semelhanças e diferenças no conteúdo das falas das duas gerações e as influências do modelo conjugal parental na formação do laço conjugal do novo casal.

O método de análise dos dados obtidos na segunda etapa foi a análise do conteúdo (Bardin, 1979). O material coletado foi analisado à luz da literatura sobre a conjugalidade, privilegiando a investigação da influência das famílias de origem na construção do laço conjugal do novo casal.

4.3

A realização das entrevistas

A seleção do casal se deu por meio de indicação de pessoas conhecidas da pesquisadora. Foi difícil encontrar um casal dentro desse perfil, uma vez que a maioria dos casais apresentava alguma característica diferente do modelo proposto. Dentre os casais indicados, com tempo de união entre 3 e 10 anos, alguns apresentaram um dos cônjuges no segundo casamento, outros não tinham filhos por impossibilidade biológica de um dos parceiros, outros não tinham um dos representantes parentais vivos.

Na seleção, conseguimos recrutar quatro casais com características adequadas à pesquisa proposta. A esposa do casal 1 argumentou que a sogra e o sogro eram muito sistemáticos e não iriam querer participar das entrevistas. O pai da esposa do casal 2 morava distante, tornando difícil o contato com ele. Com o casal 3, chegamos a marcar o horário para a aplicação do questionário. No entanto, eles se separaram alguns dias depois. Encontramos no casal 4, Sandra e M. Filho, as características adequadas ao modelo proposto e disponibilidade pessoal, tanto deles quanto dos respectivos pais, para a realização das entrevistas. O relato desses sujeitos possibilitou a coleta de extenso material.

O questionário e as entrevistas foram realizados em março de 2005. As entrevistas foram marcadas uma a uma por contato telefônico feito pela pesquisadora. Tanto o questionário quanto as entrevistas foram realizados no consultório da pesquisadora por opção dos próprios entrevistados. Os sujeitos compareceram às entrevistas em dias diferentes, de acordo com a disponibilidade individual na seguinte seqüência: Sandra, M. Filho, Marcelo (pai de M. Filho),

Afonso (pai de Sandra), Conceição (mãe de Sandra) e Olinda (mãe de M. Filho). As entrevistas foram gravadas em fita de áudio com o consentimento anterior de cada um deles, resultando num total aproximado de sete horas e meia de gravação. Posteriormente, as fitas foram transcritas pela pesquisadora.

4.4 Análise e discussão dos dados

Na primeira etapa de nossa investigação, a aplicação do QCP, Sandra e M Filho obtiveram os seguintes escores, respectivamente: 225 e 205. Comparando tais resultados com os da amostra original do QCP, Sandra apresentou avaliação da conjugalidade dos pais como satisfatória (posição 66,4%) e M. Filho apresentou avaliação da conjugalidade dos pais como insatisfatória (posição 30,4%). De acordo com os resultados do QCP discutidos em trabalho recente (Féres-Carneiro; Magalhães & Ziviani, no prelo), a condição de pais casados apresenta avaliação de satisfação significativamente maior (média 221,62) comparativamente apenas com pais não-casados, isto é, tanto recasados (média 195,50) quanto separados (média 186,78), independentemente do gênero dos sujeitos.

4.4.1 Um breve histórico das famílias de origem do novo casal

Ao perguntarmos sobre a relação dos sujeitos com suas famílias de origem, descortinou-se a história dos pais do novo casal. Embora nossa pesquisa focalizasse a influência das famílias de origem na construção do laço conjugal no novo casal, pudemos observar determinados aspectos repetidos não em duas, mas em três gerações. Visando destacar a riqueza desse material, contextualizamos inicialmente aspectos significativos da história da primeira geração, as famílias de origem dos pais do novo casal. Logo depois, abordamos a história da segunda geração, os pais do novo casal, e finalizamos com a formação do laço conjugal na terceira geração, o novo casal, privilegiando as influências intergeracionais. Ilustramos (anexo 3) tal material com o genograma familiar para melhor identificar a posição dos indivíduos na família.

Iniciamos com a história da família de origem de M. Filho. Marcelo e Olinda são os pais de M. Filho. Os pais de Marcelo, avós de M. Filho, não estão vivos. O irmão mais velho de Marcelo, com diferença de 20 anos, ocupou o lugar paterno em sua vida e a esposa desse irmão ocupou o lugar materno. Marcelo é o mais novo de 5 irmãos e morou na casa desse irmão mais velho praticamente toda a vida. Esse irmão-pai exercia uma influência grande, de modo autoritário, na vida de Marcelo. Marcelo viveu na casa dele até antes de se casar com Olinda.

Os pais de Olinda, mãe de M. Filho, tiveram 4 filhas, das quais uma morreu na primeira infância. Olinda é a mais nova das irmãs. Seu pai batia em sua mãe e, muitas vezes, as deixava passar necessidades. Quando Olinda tinha 2 anos, seu pai se separou de sua mãe. O motivo da separação de seus pais foi traição. Seu pai saiu de casa com outra mulher, mudou de cidade e levou as duas filhas mais velhas sem o consentimento da esposa. Olinda ficou com a mãe. Com a ajuda de um advogado, a mãe de Olinda conseguiu recuperar as filhas, ainda crianças, que passaram a viver com ela. O pai de Olinda “reapareceu” quando ela completava 7 anos e pediu à sua (ex)esposa, a mãe de Olinda, a separação oficial, que por sua vez não concedeu. Ele voltou para a cidade onde vivia com a segunda esposa, embora permanecesse oficialmente casado com a primeira, a mãe de Olinda.

Olinda adoeceu gravemente aos 14 anos. Nessa ocasião, sua irmã mais velha escreveu para seu pai, narrando sobre a doença de Olinda. Ele voltou para vê-la e partir dessa data passou a estar com sua família duas a três vezes por ano. O pai de Olinda a levou ao altar em seu casamento e após seis meses, faleceu.

Olinda e Marcelo, pais de M. Filho, se casaram porque Olinda estava grávida. Ficaram 7 anos casados, período em que tiveram os três filhos. M. Filho é o primogênito de três irmãos. Após os primeiros 7 anos de casamento, Olinda e Marcelo se separam durante 8 meses. Essa separação, embora tenha durado pouco tempo, foi judicial. Há contradições a respeito do motivo da separação. Segundo Olinda, foi porque Marcelo a traiu. Marcelo fala que foi “*fofoca*” de parentes dela. Depois de 8 meses separados, eles voltaram a viver juntos, na ocasião em que a filha mais nova do casal adoeceu. Essa segunda união durou 14 anos. Após 4 ou 5 anos dessa segunda união, Olinda e Marcelo resolveram recasar-se oficialmente. No final de 14 anos houve uma segunda separação. Segundo Olinda, foi traição novamente; segundo Marcelo, foi incompreensão da parte da esposa. Essa segunda separação não foi oficial e já tem 6 anos. Marcelo está esperando a

filha mais nova se graduar para entrar com o pedido oficial de separação. Hoje, eles ainda estão separados fisicamente e casados oficialmente.

A história de separação dos pais de M. Filho repete aspectos significativos do modelo parental da mãe de M. Filho. Na família de origem de Olinda, seus pais apresentam uma história de separação e traição bem semelhante à dela com Marcelo. A forma como Olinda e Marcelo vivenciaram a separação foi cheia de contradições e aspectos não elaborados. A história desse casal apresenta mecanismos de negação, de omissão, de projeções, lutos mal elaborados, traições, medos e fronteiras pouco delimitadas que reaparecem de forma mais ou menos marcante na relação de M. Filho com Sandra.

Afonso e Conceição são os pais de Sandra. Afonso é o filho mais velho de três irmãos, sendo a mais nova, irmã somente por parte de pai. Seu pai mantinha uma segunda união fora de casa. Seus pais ficaram unidos durante 25 anos, aproximadamente. Segundo Afonso, o casamento de seus pais foi marcado por conflitos recorrentes. Seu pai bebia, quando chegava em casa batia em sua mãe, nele e em sua irmã, ainda no berço. Ao se tornar jovem, Afonso passou a defender sua mãe das agressões paternas. Segundo Afonso, em uma determinada ocasião, seu pai dirigiu-se a ele dizendo que já havia homem dentro de casa. Os dois, pai e filho, brigaram fisicamente. A partir desse episódio, seu pai saiu de casa dizendo que não voltaria mais. Segundo Afonso, depois que seu pai foi embora, ele passou a “tomar conta” de sua mãe e “terminou de criar” sua irmã. Na sua juventude, Afonso trabalhou de dia para sustentar a mãe e a irmã e de noite ele “ia pro baixo meretrício”.

Segundo Afonso, em uma determinada ocasião, sua mãe lhe perguntou se ele iria ficar para a semente. Ele compreendeu essa colocação materna como se ela estivesse perguntando se ele não iria se casar. Essa compreensão de Afonso levou-o a estabelecer o casamento com Conceição. Para Afonso, seu casamento foi uma substituição da relação com sua mãe. Quando sua mãe lhe perguntou se ele iria ficar pra semente, ele entendeu a pergunta como uma missão a cumprir. Afonso mantém um compromisso de lealdade para com sua mãe, obedecendo a seus mandatos e substituindo-a pela esposa.

Conceição é a filha mais velha de 7 irmãs. Morou na roça com seus pais e irmãs até a juventude. Seu pai era muito calado em casa. No entanto, bebia e ameaçava os outros na rua. A mãe de Conceição buscava ajuda de outras pessoas

para trazer seu marido de volta para casa quando ele bebia e o colocava para dormir. Seus pais vieram para a cidade porque as filhas não “agüentavam mais o serviço pesado” da roça. Quando chegaram na cidade, Conceição foi trabalhar em casa de família e dormia no emprego. Ela mantinha consigo o pensamento de um dia ficar livre do trabalho e ter a própria casa. Conceição trabalhou nesse mesmo emprego até se casar com Afonso e, então, nunca mais trabalhou fora.

Afonso foi o primeiro e único namorado de Conceição. Durante o namoro, Conceição ficou grávida e eles se casaram. A gravidez representou um aspecto significativo na decisão do casamento. Para Afonso a gravidez de Conceição foi um erro que devia ser reparado, casando-se com ela.

No casamento de Afonso e Conceição, os parceiros ocupam lugares adequados às necessidades de cada um. Para Conceição, o casamento se fundamenta no modelo materno de união indissolúvel. Sua mãe mantinha a crença de que casamento é para sempre e com o primeiro namorado. Em seu casamento, Conceição ocupa o papel de mãe para Afonso, que se torna muito dependente dela, ocupando o lugar de filho.

4.4.2 Análise e discussão das entrevistas

Na análise do material obtido nas entrevistas, evidenciaram-se 15 categorias: concepção de casamento; aspectos positivos e negativos no casamento; expectativas sobre o casamento; divisão de tarefas, papéis e funções; espaço para individualidade e para a conjugalidade; sexo no casamento; o dinheiro na conjugalidade; lazer no casamento; relação com as famílias de origem; lugar dos filhos na conjugalidade; separação; o mito da traição; comunicação e profecias auto-realizáveis; influência geracional em três gerações. Na análise de cada uma delas relacionamos as falas dos parceiros do novo casal com as falas de seus pais.

Concepção de casamento

A concepção de casamento de M. Filho apresenta influência paterna e materna, sobretudo a paterna. Marcelo, pai de M. Filho, valoriza a conjugalidade,

o “*viver a dois*” e a presença dos filhos. No entanto, em sua fala, Marcelo deixa claro que não viveu em seu casamento com Olinda a conjugalidade valorizada. M. Filho absorve do modelo paterno a valorização da conjugalidade, mas comete um ato falho na entrevista e deixa passar uma impressão contraditória sobre a importância da conjugalidade em relação à valorização de sua esposa como parceira sexual. “*No meu casamento, o principal é minha mulher... Como mulher, nad... (nada) (diminuiu o som do último fonema, engasgou-se e se corrigiu), ela é demais... (fala de M. Filho sobre sua esposa)*”. M. Filho expressa a influência materna no que se refere à concepção de que brigas e dificuldades são inerentes à relação conjugal.

“Casamento para mim, apesar do meu não ter sido assim, é uma união, um viver para o outro, entender o outro, compreender as dificuldades do outro, na alegria, no prazer, na tristeza, sem domínio. É viver a dois. Casamento é... tá junto, é filho, esposa, marido.”

“(...) pra mim foi prisão... de prisão chega”. (Marcelo, pai de M. Filho)

“Meu casamento, teve muitos trancos e barrancos... foram muitas brigas. É difícil, muito difícil... Você pensa que tá tudo com muita harmonia... Quando vê... não tem, casamento não é fácil não... é muito difícil”. (Olinda, mãe de M. Filho)

“Casamento para mim é o casal, o convívio das pessoas. De repente... ter filhos. É constituir família”.

“No meu casamento o principal é minha mulher... Como mulher, nad...(nada) (diminuiu o som do último fonema, engasgou-se e se corrigiu), ela é demais...”

“(...) as brigas, tem muitas. É difícil, né? Mas, se não tiver briga acho que também não vai, fica monótono...” (M. Filho)

M. Filho absorve do modelo paterno a valorização da conjugalidade e a contradição existente no comportamento de seu pai entre tal valorização e a vivência desse valor. A vida conjugal de Marcelo, pai de M. Filho, é marcada por vários episódios nos quais ele trai sua esposa, Olinda, e nega a traição. M. Filho repete o modelo contraditório entre o falado e o vivido. Ele também trai Sandra e nega a traição, fatos esclarecidos na análise de outras categorias. O modelo de Marcelo, de forma velada, é transmitido a M. Filho, caracterizando um aspecto da transmissão multigeracional.

A concepção de casamento de Sandra denota a transmissão de mãe para filha. Ambas percebem o casamento como uma união para toda a vida e valorizam o sacrifício implícito nessa união, diferente do pai que valoriza mais a relação conjugal, destacando a cumplicidade como um elemento importante na união. O mito do casamento para sempre e com sacrifício é um aspecto transmitido da primeira geração (os avós maternos de Sandra) para a segunda geração (os pais de Sandra) e está presente também na história conjugal da terceira geração, Sandra e Marcelo.

“Casamento para mim é uma cumplicidade das duas partes. O que prevalece é a vida conjugal. Acho que a pessoa continua sempre íntima, né?” (Afonso, pai de Sandra)

“Eu ainda sigo o jeito da minha mãe: Conheceu a primeira pessoa, casou, e viveu até morrer. Eu acho isso também. Eu também já vou fazer 30 anos (de casada)... tudo tem seus altos e baixos, né?” (Conceição, mãe de Sandra)

“Eu acho que o casamento é uma união que deve durar uma vida... eu acho que casamento é mais família, né?”

“Já passei por cima de muita coisa que eu não concordava para continuar o casamento”. (Sandra)

Essa família ilustra bem como um padrão de transmissão multigeracional pode ser repetido em três gerações. Bowen (1978) considera como um mecanismo de transmissão multigeracional o grau de diferenciação do indivíduo em relação à sua família de origem. Segundo o autor, quanto maior o grau de indiferenciação dos filhos com relação aos pais, maiores serão suas dificuldades em se separar dos mesmos. Nessas situações, a herança da família de origem pode reproduzir no indivíduo e em suas futuras relações conjugais aspectos bem semelhantes àqueles vividos em gerações anteriores.

Jackson (1965) afirma que um dos fatores mais importantes na transmissão multigeracional consiste no fato de que a criança não só aprende a responder à atitude de seus pais, mas também registra os modelos paternos como matrizes para suas próprias respostas.

Na linhagem de M. Filho ele se identifica com o modelo paterno repetindo o modelo contraditório entre o falado e o vivido. Sandra absorve o modelo de duas

gerações anteriores, concebendo o casamento como união indissolúvel, constituição de família, e a presença do sacrifício como um valor implícito no casamento. A concepção de casamento de M. Filho e Sandra contem aspectos transmitidos multigeracionalmente por ambas as famílias que estabelecem no novo casal uma dinâmica relacional complementar. Ressaltamos, ainda, que M. Filho e Sandra apresentam-se mais identificados com o progenitor do mesmo sexo.

Aspectos positivos e negativos do casamento

M. Filho aponta a amizade de sua esposa, expressa por uma aceitação incondicional e disponibilidade para escutá-lo, como aspecto positivo em seu casamento. Esse aspecto não reproduz valores da família de origem. Seus pais, diferentemente, destacam os filhos como aspectos positivos do casamento, priorizando a família. O pai de M. Filho ressalta, em seu casamento com a mãe de M. Filho, mais aspectos negativos do que positivos. Havia brigas e desentendimentos constantes entre ele e sua esposa. Para Olinda, mãe de M. Filho, o positivo em seu casamento foi o que não aconteceu, a manutenção de seu casamento até hoje.

Com relação aos aspectos negativos no casamento, M. Filho destaca que sua esposa não aceita o relacionamento entre ele e mulheres de seu trabalho, reproduzindo com menor intensidade o modelo do casamento de seus pais. Seu pai, Marcelo, destaca como aspecto negativo em seu casamento o ciúme e o domínio de sua esposa, além do pouco diálogo entre eles. Para Olinda, o negativo no casamento foi a traição.

“Positivo, pra mim, foram os meus filhos, porque o tempo que eu vivi casado, foram poucos momentos positivos no casamento”.

“Agora... aspecto negativo... foi ciúme... ela queria dominar, não aceitava minhas coisas, eu não era dono de mim... não podia fazer nada... para satisfazê-la, eu tinha que concordar com tudo... Entendeu? O ruim... a coisa ruim entre a gente é que o diálogo foi pouco”. (Marcelo, pai de M. Filho)

“Os filhos... os filhos é uma coisa muito positiva”.

“Eu acho que o positivo é o que eu queria que não aconteceu. Eu queria estar casada até hoje... Positivo era, era isso. O que nunca aconteceu.”

*“Negativo é a traição... é muito pesado... é muito difícil alguém levar um casamento com traição, muito difícil”.
(Olinda, mãe de M. Filho)*

“Aspectos positivos... é a amizade que existe entre a gente... quando eu casei, eu ganhei uma amiga... na verdade assim... eu ganhei um pouco... um profissional né? Porque com ela eu faço... posso... qualquer problema que eu tenho, converso com ela”.

“Os negativos... no meu trabalho... eu trabalho com três homens e duas mulheres... no meu trabalho... (abaixou o tom da voz) tem duas mulheres... e... qualquer coisa que acontece, um liga para o outro para contar... e eu converso com as mulheres... sabe... coisa de trabalho... e ela não aceita...” (M. Filho)

Em relação aos aspectos positivos do casamento, Sandra considera o sentimento e o apoio mútuo, construções em comum. Sobre os aspectos negativos, Sandra identifica as brigas, a insegurança, a desconfiança e o pouco diálogo entre eles. Tanto seu pai quanto sua mãe apresentam contradição em relação aos aspectos positivos e negativos no casamento. O que ambos consideram positivo é também o que consideram negativo. Para Conceição, mãe de Sandra, o positivo é *“fazer tudo para combinar”* e o negativo é *“renunciar a muita coisa em favor da união”*. Sandra absorve o modelo materno de renúncia. Ela renuncia várias vezes a sua própria desconfiança em relação à traição de M. Filho. Afonso, pai de Sandra, aponta como aspecto positivo *“passar aperto na vida”* para fortalecer a relação e considera como negativo a dificuldade financeira.

“(...) positivo... pra te ser sincero, pra ter um casamento bom, tem que passar aperto na vida”.

*“Negativo acho que são as dificuldades, o meio de vida, as coisas hoje ocorrem para acabar com o casamento. É... dificuldade financeira, desconforto, coisas nesse sentido”.
(Afonso, pai de Sandra)*

“Positivo é você fazer tudo para combinar, para dar certo, para levar o casamento para frente e tudo”.

“Negativo, é... assim... você tem que renunciar a muita coisa, né?... Tem hora que você tem vontade de largar tudo e ir trabalhar fora (Conceição deixou de trabalhar para cuidar da família) e deixar o casamento pra lá... e daí você vai e pensa duas vezes e volta atrás”. (Conceição, mãe de Sandra)

“Acho que o aspecto positivo do nosso casamento é o sentimento, gostar... é muito importante, é a gente se apoiar um no outro, querer construir as coisas juntos”.

“Negativo são as brigas... insegurança... eu não confio nele a ponto de falar: ele resistiria (a “ficar” com uma mulher)... isso... eu acho negativo”.

“(...) com um ano de relacionamento eu soube, por outras pessoas, que ele me traiu algumas vezes. Depois disso eu sempre tive a desconfiança, porque eu tinha aquela coisa: ele já fez uma vez... pode fazer de novo... e algumas vezes eu pego que ele mentiu para mim”.

“(...) eu passo por cima de muita coisa pra manter meu casamento. Tem hora que eu penso: calma... vou dar mais uma chance pra ver se vai melhorar... porque eu gosto dele”.
(Sandra)

O novo casal difere em suas visões sobre aspectos positivos e negativos no casamento, apresentando muitas contradições. Enquanto M. Filho identifica o “*confessionário*” como aspecto positivo em seu casamento, Sandra afirma que “*ele está sempre calado, eu tenho que causar uma briga pra ele poder falar*”. Podemos interpretar o “*confessionário*” como a disponibilidade para o perdão, por parte da esposa. M. Filho diz que Sandra está sempre disposta a ouvir, é uma amiga. Contudo, ele parece desejar que ela o perdoe. Em relação aos aspectos negativos, M. Filho repete o modelo paterno e percebe a esposa como ciumenta. Sandra identifica como aspecto negativo no casamento sua desconfiança e reproduz o comportamento de sua mãe em relação às renúncias. Sandra renuncia à sua própria percepção de desconfiança, negando-a parcialmente, para manter o casamento.

A literatura psicanalítica aponta que a conjugalidade dos pais influencia o desenvolvimento afetivo-sexual dos filhos e os padrões interacionais estabelecidos por eles ao constituírem suas próprias relações. Eiguer (1984) afirma que a organização inconsciente do casal encontra-se embasada na representação que cada sujeito possui das figuras parentais. Nesse sentido, M. Filho identificou-se com seu pai, um sujeito tolido pela esposa, e Sandra identificou-se com sua mãe, sobretudo, renunciando para manter o casamento. De modo complementar, Sandra reatualiza a mãe de M. Filho.

Expectativas sobre o casamento

M. Filho, ao falar de sua expectativa sobre o casamento, faz referência à construção de um patrimônio e à presença de filhos. Ele não inclui nenhuma referência ao fracasso do casamento dos pais. Suas expectativas incluem ter futuramente uma casa na roça, elemento presente na história familiar do pai. Seu pai, Marcelo, há seis anos separado de sua mãe, Olinda, mora hoje com uma companheira na zona rural. Seus pais, Olinda e Marcelo, referem-se a um ideal de felicidade não vivido na conjugalidade.

“Pensava assim... que teria... as briguinhas... normal... acho que isso aí é normal... mas não como foi, entendeu?” (Marcelo, pai de M. Filho)

“Eu achei que o nosso casamento seria bom. Que a traição do namoro devia ser uma fraqueza... passou... eu achei que era um defeito que aconteceu né? Mas, pronto... nós recuperamos e resolvemos, né? Eu achava que não ia ser assim não”. (Olinda, mãe de M. Filho)

“Era de... construir... um patrimônio, casa, né... ter filhos e... quando tiver 30 anos de casado, viver lá naquela rocinha que você comprou”. (M. Filho)

Sandra e sua mãe, Conceição, não tinham grandes expectativas sobre o casamento. Ambas utilizam o termo “*ilusão*”. Afonso menciona um conforto que não foi possível oferecer à esposa, como expectativa sobre seu casamento.

“Ela merecia um conforto melhor!” (Afonso)

“Eu não tinha muita ilusão não. Eu não tinha aquela ilusão de felicidade, o que ia ser... mas assim, eu fui deixando as coisas acontecerem e... foi passando o tempo, né?...” (Conceição)

“Meu casamento? Era o que eu imaginava que fosse... eu já sabia que ele (M. Filho) era assim, não tinha nenhuma ilusão de que eu ia casar e ia ser diferente não...” (Sandra)

Sandra reproduz o padrão materno de não ter “*ilusão de felicidade*”. Toda família de origem transmite padrões funcionais ou disfuncionais em relação à vida e aos próprios relacionamentos, assim como ideais. Esses padrões são

transmitidos aos descendentes, tornando-se presentes em seus relacionamentos íntimos e em outras áreas da vida adulta (Bowen, 1978).

Divisão de tarefas, papéis e funções

M. Filho assume uma posição pouco cooperativa na sua relação conjugal, diferente de seus pais que dividiam as tarefas da casa. Ele absorve do pai o gosto pela culinária.

“Eu lavava, passava, cozinhava, arrumava a casa, entendeu? Única coisa que eu não gostava de ir é a banco, entendeu? Então a divisão era assim, eu fazia o serviço de casa”.
(Marcelo, pai de M. Filho)

“Ele me ajudava. Muitas das vezes eu trabalhando, quando eu chegava em casa, ele trocava frada, se tivesse que dar uma mamadeira fazia tranqüilo”.
“Ele fazia... é... fazia um, um jantar pra gente...” (Olinda, mãe de M. Filho)

“Ah, eu ajudo um pouco... mas gosto mais é de fazer um jantar junto com ela... não gosto muito de arrumar a casa não”. (M. Filho)

Sandra traz o modelo materno de cuidadora do lar de forma mais atenuada que sua mãe. A família de origem de Sandra representa alguns estereótipos tradicionais em relação aos papéis de gênero. A incumbência básica de Conceição era zelar pelo lar e Afonso garantia o sustento da família.

“(...) ela (Conceição, mãe de Sandra) faz tudo e eu não tenho animação pra nada. E quando a gente quer ajudar, ela não deixa. Se eu chegar lá em casa e pegar um copo d’água e lavar o copo d’água, ela lava ele outra vez.” (Afonso, pai de Sandra)

“Ele não sabe fazer nem um café. Nessa parte, eu acho que eu fui culpada também, eu sempre dei tudo na mão. Ele não tira comida na panela, você tem que arrumar o prato dele”
(Conceição, mãe de Sandra)

“Ele me ajuda em alguma coisa na cozinha... mas arrumar a casa, não... mas... não me sinto uma empregada dele... mas vou dizer que gostaria que ele fosse melhor.”

“(...) algumas vezes, eu chego muito cansada... e aí eu falo: pôxa vem me ajudar, pôxa, mas você precisava fazer essa bagunça toda que você fez aqui?” (Sandra)

No novo casal M. Filho não absorve o padrão paterno no qual seu pai dividia as tarefas domésticas. Ele faz em casa apenas o que quer, como e quando quer. Sandra repete o modelo materno de forma menos intensa. Nesse caso, fica claro como os sujeitos herdeiros ocupam uma posição ativa no processo de transmissão, podendo transformar ou reconstruir o material transmitido, imprimindo sua própria marca e nesse sentido, a conjugalidade participa no processo de transformação.

Sandra acredita representar para M. Filho um papel idealizado. M. Filho a considera *“muito acima do ambiente que ele estava indo”* (fala de Sandra).

“(...) Eu comecei a indagar, porque que ele (M. Filho) saía e não me levava. Aí teve um dia que ele falou, que... ele me considerava muito acima do ambiente que ele estava indo e ele queria me deixar de fora, porque eu fazia parte de um lado da vida dele que não tinha nada a ver com aquele outro lado... tipo assim... que eu era boa demais para estar onde ele estava. Onde ele tava, o pessoal tava fazendo isso (fumando maconha) e ele não ia admitir que fizesse na minha frente, porque ele sabia que eu ia ficar magoada...”

Sandra se considera a salvação de M. Filho, que necessita de sua ajuda para abandonar as drogas. Ela representa a mãe cuidadora.

“(...) e ele (M. Filho) tem isso de se entregar quando ele tem um problema, quando ele briga comigo, ele vai atrás (da maconha) para poder... sabe? (...) Isso já foi muito mais forte... eu posso até ser... convencida, mais eu ajudei muito ele a sair disso. Quando eu conheci ele, eu vi que ele tava num lugar bem fundo, sabe?” (Sandra)

Esse exemplo nos remete a um jogo inconsciente estabelecido entre o casal caracterizado pela colusão oral. Segundo Willi (1978), na colusão oral um dos parceiros representa o papel de cuidador. Esse tipo de relação aponta para um padrão de co-dependência. A colusão oral gira em torno da temática do amor

como preocupação, cuidado e sustentação constante de um parceiro em relação ao outro.

Espaço para individualidade e para a conjugalidade

M. Filho estabelece um espaço para a individualidade em seu casamento, embora perceba que isso gera conflitos para sua união. Nesse sentido, ele reproduz o modelo paterno. Marcelo, seu pai, refere-se à necessidade de ter um espaço para “*tomar uma cervejinha e jogar uma bolinha*” e à impossibilidade de exercer sua individualidade sem a vigilância da esposa. Olinda, mãe de M. Filho, privilegia seu trabalho como espaço para a individualidade. A conjugalidade, para Olinda e Marcelo, pais de M. Filho, era frequentemente imersa num clima de desentendimento.

“Eu gosto de tomar uma cervejinha, mas não posso sair, atravessar a rua pra tomar uma cervejinha... jogar uma bolinha. Eu não podia sair de casa no domingo pra ir lá no campo bater pelada. Ela ia lá onde eu estava simplesmente para conferir”.

“Tudo que a gente fazia em comum era num clima de desentendimento”. (Marcelo, pai de M. Filho)

“(...) isso pra mim é o meu individual... (a relação com os amigos) então o que acontece... é que a gente tem contato quase todo dia.... (abaixou o tom da voz) tem mulheres entre os meus amigos... então quando acontece alguma coisa, um telefona pro outro pra contar”.

“(...) eu tinha som no carro e gostava muito de encontro de som... é só homem que vai... é lógico que tem mulher. Tinha dia que a gente ia até dez, onze da noite, meia noite, uma, duas horas da manhã... dia de semana, então... começou a dar conflito sabe... aí parei”.

“As nossas coisas em comum... a gente conversa no fim de semana quando a gente fica em casa... na verdade... não tem muita coisa que a gente tem só nós dois.” (M. Filho)

M. Filho oscila entre a manutenção do espaço de individualidade e a abdicação desse mesmo espaço, devido aos conflitos gerados em seu casamento. Essa situação caracteriza os momentos oscilatórios e conflitantes presentes no processo de construção da conjugalidade. Segundo Dias (2000), na formação de um casal os parceiros oscilam entre a negação de suas individualidades em prol

da integração do casal e, posteriormente, reafirmam suas diferenças, investindo no desenvolvimento individual.

Sandra não valoriza a individualidade, afirma ceder seus espaços individuais de boa vontade para ficar com o esposo. Ela reproduz o padrão de sua mãe, Conceição, que assegura não ter nada pessoal. Contudo, com relação ao trabalho, Sandra não vê a menor possibilidade de parar de trabalhar para viver por conta do marido, diferente de sua mãe, que abriu mão de seu trabalho a pedido do parceiro. Sandra assemelha-se com a mãe de M. Filho, na medida em que considera seu trabalho como o espaço privilegiado da individualidade. Afonso, pai de Sandra, diz ter perdido parte de sua individualidade após ter se casado. No discurso dele evidencia-se a conformação: *“faz parte da natureza”*.

“Quando a gente é solteiro e depois faz um compromisso, a gente perde um pouco a nossa individualidade. Sempre tem um lado negativo, queira ou não queira, faz parte da natureza”.
(Afonso, pai de Sandra)

“Eu trabalhava antes de casar, mas ele (Afonso, seu marido) falou que era melhor eu ficar ali para cuidar da casa mesmo... aí os meninos foram nascendo e foi ficando cada dia mais difícil voltar a trabalhar”.
“Hoje não tem nada que eu queira fazer não... não existe não. Comigo não tem não”. (Conceição, mãe de Sandra)

“Eu não tenho alguma coisa que eu tenha que fazer sozinha, não. Não existe isso na minha vida Eu até penso que... eu devia fazer alguma coisa... eu devia sair... e... ter alguma vida minha né?”

“Essa parte do meu Eu na relação... eu abro mão tranqüilamente de qualquer coisa que eu tiver que fazer sozinha ou com uma amiga, pra estar com ele (o marido)”.

“Mas... eu já tenho uma coisa diferente... minha vida profissional é muito independente, desde 14 anos que eu trabalho fora e não vejo a menor possibilidade de um dia parar pra viver por conta do marido”.(Sandra)

Sexo no casamento

M. Filho refere-se à dificuldade de conciliar o seu desejo sexual com o de Sandra e fala sobre um padrão repetitivo estabelecido na vida sexual deles após o segundo ano de casamento. Marcelo, seu pai, demonstra insatisfação com relação

à vida sexual no casamento com Olinda, devido ao desinteresse dela em relação ao sexo.

“Quando tava bem, que é difícil tá bem era uma maravilha. Mas como era difícil tá bem, eram dias, semanas, meses sem sexo. E, quando ficava bem, eu que procurava. Na realidade, eu encostava nela, ela chegava pro canto... ela esperava eu dormir pra depois deitar... entendeu?”

“Às vezes até tínhamos relações, mas não era aquele prazer, você não tava fazendo por prazer, tava fazendo por obrigação... não trazia nada de bom”. (Marcelo, pai de M. Filho)

“Era tranqüila. A gente se dava bem. Era tranqüilo. Pra minha parte, sim”. (Olinda, mãe de M. Filho)

“O sexo no casamento... cada dia é de um jeito... né? Eu acho que tem dia que a mulher não quer, tem dia que o homem não quer e tem dia que os dois querem. O dia que os dois querem, pô, é uma maravilha pros dois, né... Mas o dia em que um dos dois não quer, fica bom só para um, ou não fica bom nem para um”.

“Do primeiro pro segundo ano de casamento foi o ápice. Você descobre tudo, né? É vida nova, você vai descobrindo outras coisas, outras formas... E agora, assim... você já... começa a... ter aquele... quase que um padrão... sabe?” (M. Filho)

Diferentemente de M. Filho, Sandra demonstra insatisfação com relação à frequência sexual. No entanto, ela externa um tom de aceitação: *“É muito resolvido isso”*. Entre seus pais, Conceição e Afonso, não existe relação sexual há muitos anos, questão nunca conversada entre eles. Conceição desconhece o que aconteceu com o marido embora demonstre uma certa acomodação. Afonso relaciona o sexo à procriação.

“Ah, no princípio... como fala, eu era ativo, né... lógico. Mas no decorrer do tempo as crianças começaram a nascer, foi quase virando rotina. Depois que a última criança nasceu, ficou demais, né? Três (crianças) num quarto... é demais, né?” (Afonso, pai de Sandra)

“A relação é assim... sobre esse negócio de sexo, a gente já deixou pra trás há muitos anos. Eu não sei o que houve com ele... se foi por algum problema de saúde que ele deixou pra lá... e eu também deixo pra lá... a gente não discute isso”.

“A gente dorme junto, mas assim... não temos nada mais um com outro, sabe? Mas ele não me faz falta e ele também não

reclama, deixa pra lá, vai passando né... e agora também ele trabalha de noite, a coisa acomodou, né... chega um certo tempo que a gente acomoda e deixa tudo pra lá”. (Conceição, mãe de Sandra)

“A vida sexual é boa... é... às vezes eu até brinco com ele que... eu quero mais... do que ele me oferece... mas eu tenho isso bem resolvido. O M. Filho foi meu único homem. Então, não sei te dizer se é bom ou é ruim, não tenho um termo pra comparar. Queria com mais frequência... Agora... com esse negócio de ter filho... tô meio visando... o período fértil. Acho que eu queria todos os dias, eu até comecei a marcar no calendário, né? Pra gente poder calcular mais ou menos quando podia ser. Aí tem hora que a gente se pega assim: é foi pouco esse mês, esse mês a gente melhorou...” (Sandra)

Para M. Filho o ápice da descoberta sexual já passou. Para Sandra, ele não corresponde às suas expectativas. Sandra expressa seu desejo: *“queria com mais frequência... acho que eu queria todos os dias...”* e, em seguida, complementa: *“Isso é muito bem resolvido”*. Sandra repete o padrão de acomodação de sua mãe. Conceição afirma: *“a gente acomoda”*. A expressão de Sandra: *“Isso é muito bem resolvido”* pode ser considerada uma acomodação e conformação diante de seu desejo sexual e da não correspondência por parte de M. Filho. De modo semelhante, sua mãe, Conceição, afirma: *“eu não sei o que houve com ele, com o tempo a gente acomoda e deixa tudo pra lá”*.

O casal negocia pouco os ajustes na sexualidade e isso pode estar relacionado à não diferenciação dos sujeitos em relação a suas famílias de origem. Segundo Berthoud (2002), a base para as negociações necessárias entre os parceiros está no processo de diferenciação entre eles, cuja gênese encontra-se na diferenciação de cada indivíduo em relação às suas famílias de origem.

O dinheiro na conjugalidade

M. Filho deixa a administração financeira da casa a cargo de Sandra, modelo semelhante ao de seus pais. Na relação de Marcelo e Olinda, a gerência financeira ficava por conta de Olinda, com certa insatisfação por parte de Marcelo.

“Eu me deixei dominar muito. Final de mês, por exemplo, ela ficava satisfeita quando esgotava o meu dinheiro. Ela saía com

os meninos e eles tinham direito a lanche, quando eu saía eles não tinham lanche porque eu não tinha dinheiro”. (Marcelo, pai de M. Filho)

“Sempre o nosso dinheiro tava junto. Eu, quando me casei, ganhava mais do que ele. Mas isso nada pesava pra mim. Ele recebia e separava um tanto pra ele e me dava o dinheiro. Mas ele sabia que aquele dinheiro ia ser encaminhado, bem administrado”.

“O Marcelo sempre teve muito medo de dívidas. Eu pra adquirir as coisas, tinha que comprar no pulso forte. Porque, se deixar por ele, a gente não compraria nada. Ele falava assim: Você tem mania de por a mão onde você não alcança... nunca que ele queria que a gente comprasse nada. Ele falava que eu controlava. Tinha que controlar, pois eu queria adquirir, queria comprar um apartamento, viajar, tinha que ter esses controles”. (Olinda, mãe de M. Filho)

“Meu salário cai na conta do banco, ela faz um doc para nossa conta conjunta... e manipula tudo. Eu nem ponho a mão no dinheiro, se eu precisar de um real, eu peço a ela”.

“Opção minha, opção nossa, né... Ela tá acostumada a lidar com isso desde muito cedo, ela tem esse dom de administrar bem, então... fica na mão dela...” (M. Filho)

Sandra assume uma postura semelhante à de sua mãe, administra os recursos financeiros da casa, recebendo todo o salário do esposo.

“Eu dou o dinheiro todinho que eu ganho pra ela. Quando ela faz as compras no mercado, já paga as contas da casa também”.

“Eu nunca saí para ir à rua comprar uma roupa. É só ela que compra pra mim”. (Afonso, pai de Sandra)

“Ele recebe o pagamento e me dá tudinho na minha mão. Aí, eu que faço os pagamentos, faço a compra, vou a banco, isso sempre foi assim desde que a gente se casou”.

“Quando eu sinto que ele está precisando de alguma coisa, um sapato, alguma coisa, eu vou lá e compro pra ele. Eu e a Sandra, em dia de aniversário, Natal, a gente vê o que ele está precisando e compra pra ele. (...) Mas de solteiro, ele era assim também, era a mãe e a irmã que compravam”. (Conceição, mãe de Sandra)

“Ele me dá o salário dele todo. Ficou pra mim... talvez por ser meu o salário maior e por eu ter mais responsabilidade. Ele tem o talão de cheque dele, eu tenho o meu... –Ah! Comprei isso! Ele me fala...” (Sandra)

M. Filho e Sandra repetem os modelos de ambas as famílias de origem com relação à administração do dinheiro. Nas três famílias a administração financeira fica a cargo das mulheres. Marcelo, pai de M. Filho demonstra insatisfação com isso. Os pais de Sandra concordam com esse modo de funcionamento. Esse pode ser considerado um padrão interacional transmitido intergeracionalmente. Os padrões interacionais são transmitidos de uma geração à outra, influenciando gerações subseqüentes. Bowen (1978) afirma que as transmissões são seqüências repetidas de comportamentos cuja frequência origina um modelo que se traduz em normas para a relação. No novo casal o padrão estabelecido em relação ao trato com o dinheiro reproduz modelos de ambas as famílias e é visto como um procedimento natural.

Lazer no casamento

M. Filho e Sandra passeiam juntos, somente nos feriados. Durante a semana apenas M. Filho tem lazer, o esporte que ele pratica ou as saídas com seu grupo de trabalho. O lazer de Marcelo e Olinda, pais de M. Filho, era ficar com a família e com os filhos. Segundo Marcelo, eles pouco saíam juntos porque não tinham clima de entendimento na relação. Segundo Olinda, eles não saíam juntos devido ao fato de não terem com quem deixar as crianças.

“Tudo girava nesse clima de desentendimento. Quando a gente tava bem, que era pouco, saía... Era... piscina, cachoeira, teatro, um baile. Também ela ia muito pra circo, com os meninos... Eu ia pouco porque não me agradava”. (Marcelo, pai de M. Filho)

“A gente sempre programava nossas viagens de férias. A gente gostava de dançar, gostava de passear, sempre a gente programava passeios com os meninos. Eu achava que a gente tinha uma harmonia muito grande”.

“Sair só nós dois? Era muito difícil. Era muito difícil gente pra ficar com as crianças”. (Olinda, mãe de M. Filho)

“Ah... com relação ao lazer, a gente nunca foi de sair para a noite, de ir numa boate e ficar até duas horas da manhã. Isso, a gente não faz. A gente sempre vai comer uma pizza, num restaurante. A gente sai mesmo nas férias de janeiro, carnaval,

semana santa, a gente sempre tem alguma coisa diferente para fazer”.

“O lazer... eu sempre fui esportista, sabe? Futebol, handebol, vôlei, natação, faço todos os esportes, ela não... É assim, eu falo: – Vamos ao museu dar uma volta? Se tiver que andar, ela não vai. Aí eu vou e ela fica...” (M. Filho)

O lazer do casal Sandra e M. Filho ocorre, sobretudo, num sítio da família. De modo semelhante, os pais de Sandra, Conceição e Afonso não têm lazer conjunto, com exceção do Natal e aniversário de parentes. Conceição saía sozinha ou com seus filhos, parou de insistir com Afonso e aceitou o fato de ele não querer passear com ela. Afonso relaciona sua falta de vontade de sair ao fato de ter que trabalhar à noite.

“Dona Conceição já foi à praia, eu nunca fui à praia. Nunca sai pra lugar nenhum. Sabe o que é... são os compromissos. Pra não perder serviço, a gente faz essas coisas... Na verdade, nós não somos muito de passear, não. Hoje a gente sai em festa de natal... aniversário de uma irmã...”

“(...) Ela cisma de dar um passeiozinho... tá liberado... Ela nem pergunta, porque eu já sei que ela vai ter o prazer dela... não posso impedir ela, nesse sentido”. (Afonso, pai de Sandra)

“Muito difícil. Ele nunca foi de gostar de passear. No princípio, quando a gente se casou eu até implorava pra ele ir. Mas, depois, eu vi que ele não gostava mesmo e eu fui deixando. Ele não me impedia de ir. Então, ele ficava em casa e eu ia. A gente não sai, não passeia, não viaja.... acho que a gente nunca viajou junto”. (Conceição, mãe de Sandra)

“O meu lazer e do M. Filho... é... a gente vai muito pra Teixeiras. A gente gosta muito de fazer churrasco lá, pegar nossa afilhada e levar... Esse é o nosso passeio. Agora, um virar pro outro e falar: vamos a um bar, uma boate, não tem. Algumas vezes, eu sinto falta. Tem dias que eu tenho vontade de sair, sim, e falo: – Vamos sair? (M. Filho responde:) – Ah, tô cansado... vamos ficar aqui mesmo! Então a nossa saída é assim: Pegamos um filme, fazemos uma comida diferente... dentro de casa”. (Sandra)

O lazer do casal se resume a ficar em casa e fazer um jantar ou passear nos feriados com a afilhada e a família. O lazer conjunto do casal nas duas famílias de origem praticamente não existe. O lazer dos pais de M. Filho e Sandra se reduz

aos festejos em datas comemorativas. O casal, Sandra e M. Filho, repete esse modelo. Sandra demonstra, simultaneamente, insatisfação e acomodação com relação a essa dimensão conjugal.

Relação com as famílias de origem

O contato de M. Filho com seu pai não é muito freqüente. Ainda assim, M. Filho se identifica muito com ele. Ambos mantêm uma certa distância um do outro e apresentam uma relação sem conflitos. Olinda, mãe de M. Filho, interfere mais diretamente na vida do filho e ele volta para a casa materna em momentos de crise no casamento. A fronteira entre os subsistemas materno-filial é difusa e a relação entre eles apresenta conflitos, projeções e questões mal concluídas.

Marcelo, pai de M. Filho, mantinha uma relação conflituosa com sua família de origem, cujo papel paterno era representado por seu irmão mais velho. Marcelo se submetia às ordens de seu irmão. *“Meu irmão me obrigava a fazer as coisas do jeito que ele queria...”* (fala de Marcelo, pai de M. Filho). Marcelo narra seu posicionamento frente ao irmão quando se separou de Olinda:

“Meu irmão não queria de jeito nenhum que eu me separasse. Pra eu me separar, tive que falar com ele que minha vida com ela (Olinda) é com ela, pronto, acabou... – Nós estamos nos separando e eu tô explicando o motivo pra vocês! (fala de Marcelo para seu irmão e sua cunhada) A gente não vivia bem, não tinha mais como viver juntos, que vai fazer? (...) Meu irmão foi muito... muito... difícil”. (Marcelo, pai de M. Filho)

Os pais de Olinda se separaram quando ela tinha 2 anos. Olinda viveu com sua mãe e manteve um bom relacionamento com ela. O contato com o pai foi bem reduzido e a relação parece ter questões mal resolvidas.

Sandra mantém, em relação a sua família de origem, uma fronteira nítida com tendência a um certo distanciamento. Seus pais não perguntam sobre sua vida ou sobre questões pessoais. Sandra identifica-se com Conceição, sua mãe, que também mantinha certa independência com relação à interferência da família de origem.

“Eu nunca vi minha mãe sair... ir lá na casa da minha avó, fazer qualquer tipo de reclamação. Sempre, tudo foi resolvido ali dentro de casa. Até vi momentos em que minha mãe precisou, mas ela nunca foi de fazer isso, nem meu pai... ele nunca foi na casa da irmã dele, pra... levar os problemas lá de casa...”

“(...) Posso chegar na casa dos meus pais rindo, posso chegar chorando... Meus pais nunca me perguntaram nada. Meu pai às vezes até fala: –Você está com uma carinha! Mas nunca perguntou: –O que é? Você e o M. Filho brigaram?” (Sandra).

Sandra mantém uma relação com sua família de origem sem conflitos aparentes e sem interferências, semelhante à relação de sua mãe com sua respectiva família de origem. A lealdade estabelecida nessas três gerações exemplifica a existência de expectativas compartilhadas nesse grupo em relação às quais todos os elementos adquirem um compromisso. Segundo Boszormeny-Nagy e Spark (1973), em cada sistema familiar existem leis com conteúdos específicos que dizem respeito às expectativas estruturadas na família ao longo de gerações. Essas expectativas influenciam nos padrões interacionais de cada elemento da família de acordo com os compromissos inconscientes de lealdade estabelecidos entre eles.

Lugar dos filhos na conjugalidade

Nas famílias de origem de M. Filho e de Sandra seus pais se casaram devido à gravidez. Em ambas as famílias, o filho está na base da constituição da conjugalidade. Sandra e M. Filho, embora não tenham se casado devido à gravidez, incluem uma afilhada de Sandra em seu convívio desde o início do casamento, repetindo simbolicamente os modelos parentais. Essa afilhada entra no lugar de filha do casal, tem uma aliança forte com Sandra, liberando M. Filho para o exercício de sua individualidade.

*“O motivo do casamento foi a... a... gravidez da Olinda, né?”
(Marcelo, pai de M. Filho)*

“Eles têm uma afilhada... a Nina. Onde eles estavam, estavam com aquela menina. M. Filho é louco com a menina, leva pra praia, passeia. A Nina fica fazendo companhia pra Sandra,

sabe? E nessa hora, muitas vezes o M. Filho sai. (...) Quando a gente ia pra praia, todos os meninos jovens saíam e a Nina só ficava com a Sandra. Então, a Sandra não podia sair. Eu falava: – Sandra, M. Filho vai sair e você vai ficar em casa? Não pode!” (Olinda, mãe de M. Filho)

“A gente tem uma afilhadinha... sabe... a Nina, desde que ela era pequenininha que a gente adotou ela... é como se fosse nossa filha... a gente ficou muito preocupado com ela por ela não ter pai. Ela me chama de paidrinho. Eu me apeguei demais a ela, tudo que a gente podia fazer, a gente fazia pra ela. (...) Todo final de semana a gente busca ela em casa na sexta e ela fica sexta, sábado e domingo com a gente... só volta no domingo dez horas da noite”. (M. Filho)

Embora M. Filho e Sandra tenham optado por adiar a vinda do primeiro filho, a presença constante da afilhada de Sandra na relação ocupa o lugar de filha do casal. Essa criança motiva Sandra a exercer cuidados maternos e possibilita à M. Filho o espaço para o exercício de sua liberdade. Esse exemplo caracteriza um processo de triangulação. Segundo Bowen (1978), quando o relacionamento entre duas pessoas torna-se instável, ele se expande para compor unidades com três indivíduos. O processo de triangulação ocorre quando o par apresenta um grau de ansiedade suficiente para tal. Um dos componentes do par original, sentindo desconforto, se move em direção a um terceiro importante. A inclusão do terceiro na relação deixa um dos componentes do par original do lado de fora da nova configuração.

Separação

A separação conjugal é um tema presente nas falas de todos os entrevistados e manifesta-se segundo diferentes concepções. Marcelo e M. Filho consideram que se uma relação não está dando certo, o casal deve se separar. Para M. Filho a separação de seus pais ocorreu por desentendimentos entre eles. Marcelo afirma que o motivo de sua separação de Olinda foi uma intriga familiar. Olinda gostaria de ter evitado a separação para evitar o sofrimento dos filhos. Para Olinda, sua separação deveu-se à traição do marido. Os discursos dos sujeitos evidenciam visões diferentes dos motivos de separação, além da presença de

distintos mecanismos para lidar com essa temática, como: omissões, distorções, mentiras, negação, entre outras.

“Numa separação de namoro, eu tive uma outra pessoa, voltei pra Olinda e me afastei dessa pessoa. Aí nós nos casamos e, com pouco tempo de casado, alguém... acredito que deve ser parente dela... tenho certeza... contou pra ela esse fato... mas como se eu tivesse vivendo naquele momento. Realmente, eu tive esse caso, mas foi quando a gente estava separado... Essa foi a versão da outra pessoa”. (Marcelo, pai de M. Filho)

*“A minha primeira separação de Marcelo, sabe por que foi? Eu flagrei ele... Parece uma loucura o que eu vou falar, mas eu confirmei mais de vinte vezes que ele estava com essa pessoa”.
“(...) Eu não queria ser uma pessoa separada”. (Olinda, mãe de M. Filho)*

“Meus pais se separaram por causa das brigas né, coisa boba, eles discutiam por causa dos outros... Meu pai gostava de tomar uma cervejinha... minha mãe sempre brigou com ele porque ele chegava e ia pro botequim, tomar uma gelada... Não chegava bêbado, não, sabe... Mas minha mãe sempre brigava com ele. Então, eu acho que foi desgastando”. (M. Filho)

A trama relacional estabelecida entre os integrantes desse sistema familiar caracteriza um tipo de relação definida por Jackson (1970) como relação insatisfatória instável. Essa dinâmica caracteriza-se por uma não existência de acordos. Os períodos de estabilidade emocional entre os participantes do sistema são curtos e os de instabilidade são prolongados. As mulheres, nessas famílias, optaram pela manutenção de relações insatisfatórias por temerem a solidão, o sentimento de desamparo.

Sogra e nora, Olinda e Sandra, se reportam à dificuldade de separação por medo da solidão.

“(...) eu nunca gostaria de ficar sozinha. No princípio (no início da segunda separação) eu tive muito sofrimento até de ir no supermercado sozinha. Fazer as coisas sozinha me dava uma remoída... pesava muito”. (Olinda, mãe de M. Filho)

“Mas eu não tenho coragem de fazer isso (terminar o casamento) porque eu gosto dele (M. Filho) e porque eu tenho

medo de terminar com ele e não achar ninguém, nunca mais...”

“Pode ser até covardia da minha parte, mas solidão, pra mim... É um medo muito grande que eu tenho de ser sozinha”.
(Sandra)

O mito da traição

A traição surge como um padrão interacional repetido em três gerações. Os pais de Olinda se separaram motivados por uma traição. Marcelo traiu Olinda e M. Filho estabelece o mesmo padrão em sua relação com Sandra. Tal temática não é abordada abertamente por Marcelo e M. Filho.

“Meu pai, o negócio dele era a mesma coisa (do casamento de Olinda). Foi traição”. (fala de Olinda sobre seu pai)

“(...) o Marcelo, o negócio dele é adultério. Ele cometendo adultério ele fica satisfeito, aí fica bom. Pra mim que gosto dele... nunca vai ser bom”. (Olinda)

“Eu acho que tem traição aí no meio (da relação de M. Filho e Sandra) sabe? Até acredito que ele não tenha uma pessoa, mas... acho que se ele estiver num lugar... ele fica com uma pessoa. O Marcelo conseguia fazer isso porque ele trabalhava à noite. Então, dizem... que ele poderia ter saído para trabalhar, e na verdade ter ido para outro lugar... mas o M. Filho, não trabalha a noite... quer dizer, ele sai consciente de que ele está saindo pra outro lugar, pra alguma zoada, deve ser, né?” (fala de Olinda sobre M. Filho)

“(...) com um ano de relacionamento eu soube... por outras pessoas... que ele (M. Filho) me traiu... algumas vezes”.
(Sandra)

Essa seqüência de traições vivida em três gerações caracteriza um padrão de interação afetiva estabelecido no sistema e de triangulações. As triangulações presentes nessas três gerações caracterizam um modelo interacional repetido que ocorre em resposta ao alto grau de ansiedade presente na dinâmica interna das relações diádicas (Bowen, 1978). Nesse sistema familiar ocorrem triangulações nas três gerações. O terceiro é representado pela amante, filho, ou a afilhada. A família é a primeira base de interação social para seus membros e, como tal,

influencia no modelo afetivo-relacional dominante das futuras gerações (Cervený, 2000).

A repetição da história de traição em três gerações nos remete aos mitos. Eles representam crenças familiares. Olinda conta histórias de seu pai, comparando-as com sua própria história e com a vida de M. Filho.

“Eu (Sandra) e Olinda (sogra de Sandra) sempre conversamos muito. Ela sempre me contou muitas histórias do Marcelo. Ele traiu ela várias vezes e eu acho assim... o meu maior medo... é a traição”.

“Eu comparo muito ele (M. Filho) ao pai dele. Eu acho que... já passei por cima de algumas coisas que eu não concordava na minha vida pra continuar o casamento, mas a traição eu acho que pesa muito”. (Sandra)

Essa fala ilustra o sentido que essa família atribui à traição. O significado da traição nessa família possui um sentido reforçado pela história repetida na família de origem de M. Filho.

Comunicação e profecias auto-realizáveis

M. Filho reproduz o padrão familiar de desqualificação da comunicação. Marcelo, seu pai, negava as traições e desqualificava a comunicação quando Olinda buscava justificativas para os fatos. M. Filho também desqualifica a mãe, atenuando as falhas do pai. A desqualificação da comunicação frequentemente ocorre quando o receptor, por motivos variados, não tem interesse em estabelecer uma interação com o emissor da mensagem.

“Eu flagrei ele. (...) Mas, se ele conversar com qualquer pessoa ele fala que eu sou geniosa, sou muito ciumenta”.
(Olinda, mãe de M. filho)

“(...) Minha mãe, todo dia, dava uma marretada. Todo dia, implicava com meu pai... todo dia. O meu pai nem aí... o meu pai naquela cervejinha dele... não tava nem aí...” (M. Filho)

M. Filho reproduz o modelo paterno, desqualificando também as falas de sua esposa.

“(...) Eu comecei a ver ele desenhando no celular mensagem de coração, florzinha, ursinho, um dia eu peguei... Ele falou pra mim que era de um filho de um amigo dele que tava colecionando modelo de mensagem pra dar pras meninas...”

“(...)Um dia a gente tava discutindo, falando de uma coisa muito séria, vamos nos separar, não vamos... o que vale a pena, o que não vale... e, aí, ele mudou de assunto: – Vamos ali comprar um sanduíche! Ele não quer falar do assunto”.
(Sandra)

Esses exemplos ilustram a negação e a desqualificação da mensagem, mecanismos recorrentes na comunicação de Marcelo e de M. Filho. Esses mecanismos do processo de comunicação caracterizam padrões de interação multigeracional. A desqualificação da comunicação caracteriza-se quando o receptor aceita a interação com o emissor, mas tenta invalidar a mensagem, usando recursos como incoerência nas respostas, contradição, uso de frases incompletas, mudança brusca de assunto, evitação do contato visual, entre outros (Watzlawick, 1967).

Nesse sistema, além da negação e desqualificação da mensagem aparecerem como repetição de padrões, as profecias auto-realizáveis também se repetem intergeracionalmente. Estas se referem a pensamentos ou falas enunciados por membros da família que se concretizaram num determinado momento. A realização daquilo que foi anunciado previamente valida o pensamento inicial, caracterizando a construção mental como antecipadora da realidade. No material analisado, as profecias auto-realizáveis aparecem em duas gerações. A mãe de Olinda profetizava o futuro do casamento da filha, assim como Olinda anuncia as conseqüências do casamento de M. Filho com Sandra.

“Minha mãe falava isso pra mim: – Não vai casar com o Marcelo porque não vai dar certo! Eu não era pra ter casado com Marcelo. Enquanto a gente namorava... a gente tinha um grupo de amigos... aí um dia eu descobri que ele (Marcelo) estava namorando também a mulher do amigo dele. Sentiu?”

“(...) Minha mãe (avó de M. Filho) falou pra Sandra: – Você não pode reclamar nada do M. Filho, porque você tá sabendo

que o M. Filho é novo, ainda não tem emprego direito, ele não tem juízo não, heim Sandra? Você não pode reclamar nada!” (Olinda, mãe de M. Filho)

“(...) Eu falo que ele (M Filho) é igual ao pai dele, entendeu?... E, aí, eu começo a ver a minha sogra falar: – Ih, M. Filho vai pelo mesmo caminho do pai”. (Sandra)

Algumas famílias apresentam determinados padrões interacionais repetitivos e mantêm uma dinâmica na qual pouco se discute ou se questiona esses padrões, com o intuito de não vitalizá-los. No entanto, esses padrões mantêm-se presentes em cada indivíduo. Muitas vezes, membros da família, motivados pelo medo da repetição, anunciam um determinado fato com o intuito de evitar sua recorrência. A preocupação com a repetição desses modelos pode levar, contudo, a um resultado oposto ao que se deseja: a concretização da profecia temida. (Watzlawick, 1967).

Influência geracional em três gerações

Procuramos verificar a percepção dos parceiros Sandra e M. Filho sobre seus modelos de relação parental e o que absorveram desses modelos. Verificamos também a percepção dos pais do novo casal sobre seus próprios modelos de relação conjugal e as possíveis influências na formação do laço conjugal no novo casal. M. Filho identifica comportamentos do pai que ele repete em sua relação conjugal, inclusive “os errados”, e também identifica outros modelos que não repetiu. Marcelo, pai de M. Filho, considera que sua relação influenciou o filho de forma negativa levando-o a não se deixar influenciar por Sandra. Olinda, mãe de M. Filho, considera que a sua separação conjugal pode levar M. Filho a considerar tal alternativa com mais facilidade.

“Eu acredito que minha relação com Olinda influenciou muito negativamente na... vida deles... M. Filho, vamos supor... ele não se deixa manipular, ser manipulado por ela (Sandra), entendeu? Ele quer dar a última palavra, se ela fala que não, ele fala que sim, vai e faz, pronto e acabou.”

“Também, ele (M. Filho) não tem um diálogo com ela (Sandra). Se ela fala: – Vamos pra fazenda? Ele responde: Vamos, ou não vamos, e pronto”. (Marcelo, pai de M. Filho)

“Eu acho que minha vida com Marcelo influencia e muito a deles (M. Filho e Sandra). Eu acho que pro M. Filho é muito mais fácil uma separação. Ele já falou pra mim que é muito melhor se separar do que viver brigando. Então, para ele tomar essa posição na vida... vai ser fácil”. (Olinda, mãe de M. Filho)

“Ah, acho que o fato da minha mãe tomar conta do dinheiro do meu pai... eu vejo no meu casamento o mesmo, que a Sandra fica com o meu dinheiro”.

“Até nas coisas que você vê que são erradas né? Meu pai ia pro bar tomar uma cervejinha... toda hora... E eu, se me der vontade de tomar uma cervejinha, sabe... ah... eu tenho que sair”.

“(...) meu pai tinha mania de beliscar a bunda da minha mãe, onde fosse... minha mãe abaixava, ele beliscava a bunda dela... Eu comecei não a beliscar sabe... mas tipo assim... Ela (Sandra) tava no elevador, na minha frente... eu passava a mão na bunda dela.... Aí ela cortou isso... e eu.... passou...”

“Eu vejo que tem certas coisas que ele (Marcelo, seu pai) fez que eu não faria. Meu pai não conversava com a minha mãe. Eu.... já vejo isso e converso tudo que eu tenho para conversar”. (M. Filho)

M. Filho absorve e reproduz padrões interacionais na conjugalidade. Alguns deles não são aceitos por Sandra e, então, sofrem modificações ou são eliminados. Outros padrões são reproduzidos em sua conjugalidade de forma bem semelhante ao modelo de seus pais. Outros, embora seus pais se esforçassem para não transmitir, foram absorvidos e revividos na terceira geração (M. Filho e Sandra).

O sujeito já possui um lugar a ser ocupado antes mesmo de seu nascimento, lugar marcado pelas fantasias e expectativas dos pais. Assim, os indivíduos saem das famílias de origem e estabelecem suas próprias relações, designados a desempenhar papéis e personagens transmitidos pelos predecessores, com os quais existem questões familiares não resolvidas (Bowen, 1978). Na conjugalidade, tal processo evidencia-se.

Marcelo, pai de M. Filho, manteve uma relação muito difícil com seu irmão mais velho (que ocupou para ele o lugar paterno). A atitude autoritária de seu irmão o obrigava a fazer o que ele queria. *“Meu irmão não queria de jeito nenhum que eu me separasse...”* Em seu casamento, Marcelo ocupou uma posição semelhante a que ele ocupava na relação com seu irmão. Segundo

Marcelo, ele se deixou dominar tanto por Olinda quanto por seu irmão. Marcelo se refere ao casamento de forma contraditória: *“Eu não queria me separar, não queria mesmo”*. *“Isso (o casamento) para mim foi uma prisão”*.

Olinda, mãe de M. Filho, sempre viveu com sua mãe e identificava-se com ela. Manteve pouco contato com seu pai que era separado de sua mãe. Os pais de Olinda mantiveram-se casados aproximadamente por 8 anos, quando seu pai saiu de casa com uma amante. A partir dessa ocasião, seus pais se separaram fisicamente e mantiveram-se casados oficialmente. Olinda vivenciou em seu casamento algo semelhante ao que sua mãe vivenciou com seu pai. Olinda repete sua história familiar. Ela escolhe um parceiro ausente, distante e infiel. Ela e Marcelo se casaram e se separaram, oficialmente, duas vezes.

“Nos casamos em 82, em 84 nos separamos, em 92 nos casamos de novo. Faz seis anos que estamos separados... mas nós somos casados, entendeu?” (fala de Marcelo)

Na primeira separação, Olinda relata que teve que retirar o sobrenome dele (do marido) de sua identidade: *“Isso me magoou muito... muito”*. Após 8 meses ocorridos da primeira separação oficial, eles reataram o laço conjugal embora se mantivessem separados oficialmente. Após 4 ou 5 anos desse segundo retorno, eles resolveram recasar-se oficialmente. Essa segunda união durou quatorze anos. Há seis anos, no entanto, eles se separaram novamente, embora oficialmente, permanecem casados.

Para Olinda, a história de separação de seus pais foi muito difícil: *“Eu não achava bom meu pai ter se separado de minha mãe”*. Não querendo repetir o modelo de separação da família de origem, Olinda insiste na continuidade de seu casamento, embora reproduza o modelo precedente.

“Sabe aquilo que você não quer pro filho? Aquilo que você não foi feliz... não foi bom... Você não quer passar pro seu filho! Eu acho que era um dos motivos que fez eu tolerar muito meu casamento, acho que foi essa função”.

“Meu casamento acabou por que ele foi embora e não me deu satisfação até hoje... e não vai dar né? Então acabou...”
(Olinda, mãe de M. Filho)

Olinda apresenta um conflito de lealdade para com sua mãe, considerando que deve ser uma “*grande mulher, lutadora*”, enfrentando todas as dificuldades, até mesmo uma separação, se necessário. Por um lado, não quer transmitir a idéia de que o casamento pode se dissolver facilmente. Por outro, também não quer passar a idéia de que a traição é permitida.

“Separação não é uma coisa fácil, eu tenho medo que os meninos entendam que separar é uma coisa fácil, que traição pode. Eles vão entender que traição pode. Mas não pode. Não pode”. (Olinda, mãe de M. Filho)

Nem todos os elementos do grupo atendem à demanda de obrigações do sistema, ou a atendem de forma parcial. Cada nova relação que nasce na família suscita a necessidade de formar novos compromissos de lealdade, buscando um equilíbrio entre as antigas expectativas, ainda em vigor, e as novas, decorrentes da nova relação (Boszormeny-Nagy e Spark, 1973).

Olinda, mãe de M. Filho, denuncia um padrão repetido em duas gerações com tendência a reaparecer na terceira geração, caso não ocorra um “*impedimento*” interferindo nessa seqüência.

“O M. Filho tem hora que ele sai e chega cinco horas da manhã, chega três horas da manhã. Isso tá... tá é me preocupando, que eu acho que tá ficando a desejar... eu acho que tá chegando lá no papai, sabe? Quer dizer, a história se repetiu comigo... e parece que a história está se repetindo com o M. Filho, se... se não houver um... um impedimento. Isso tá me preocupando e me entristece de verdade. Tô achando, tô achando mesmo que isso tá acontecendo.” (Olinda, mãe de M. Filho)

Olinda teme que a história de traição e abandono vivida em duas gerações seja reproduzida na terceira geração. Em seu discurso, Olinda demonstra a necessidade de uma intervenção que impeça a seqüência repetitiva dos fatos. Há situações em que a transmissão ocorre sem possibilidade de transformação pelos herdeiros. Esse tipo de transmissão caracteriza-se por conteúdos não elaborados, acontecimentos que não puderam ser falados ou discutidos, ou que não foram

aceitos. Benghozi (2000) afirma que, nesses casos, o material é transmitido em seu estado bruto e a transmissão é definida como transgeracional.

Sandra apresenta uma percepção clara sobre padrões herdados de sua família de origem. Preocupação e cuidado excessivo com o marido, assim como restrições na vivência da conjugalidade, foram algumas heranças maternas. Sandra considera o comportamento de M. Filho semelhante ao de Marcelo, seu pai. Os pais de Sandra, contudo, discordam sobre a influência de seu modelo conjugal na vida da filha.

“Ah, acho que não teve influência nossa, não. Sabe por que? Eles se casaram porque quiseram, diferente de nós. Quando nós casamos, a Conceição estava esperando (grávida), né?... Eles não. Quando eu casei, foi tempestuoso... Eles não”. (Afonso, pai de Sandra)

“Sandra leva o casamento mais a sério... Isso a Sandra tem muito da gente lá em casa. A Sandra já casou com a idéia de que não se separa fácil, eu acho isso”. (Conceição, mãe de Sandra)

“Esse lado de cuidar do marido, eu acho que eu peguei isso muito da minha mãe. Até o próprio fato de nunca ter visto meu pai jogando futebol, meu pai num bar, meu pai até de madrugada na rua... Eu trouxe isso de modelo pra mim, eu acho que eu gostaria que meu casamento fosse assim”.

“A própria relação do casal não ter... vida própria né? O casal não ter essa separação, fazer uma coisa sozinho (o casal). Acho que isso eu peguei deles”. (Sandra)

Afonso ocupou o lugar de seu pai, junto a sua mãe. Em determinada ocasião, Afonso defendeu sua mãe das agressões de seu pai, brigando fisicamente com o genitor. Afonso disputou e conquistou o lugar de seu pai em casa: *“– Já tem homem nessa casa!”* (fala do pai de Afonso, referindo-se ao filho). Pai e filho se agrediram fisicamente. Seu pai *“(...) falou que ia embora e foi mesmo. Sumiu com a amante”* (fala de Afonso). Afonso manteve uma relação de dever de lealdade com sua mãe a ponto de se casar para cumprir um mandato materno. *“Minha mãe falou: – Afonso, você vai ficar pra semente?”* Afonso compreendeu: *“Ôpa, minha mãe tá me acordando, eu tenho que tomar uma iniciativa na vida. Aí, me casei.”* Conceição, esposa de Afonso, vem a ocupar o lugar deixado por sua mãe.

“(...) Minha mãe falou, um dia: meu peito tá secando (a mãe amamentava a irmã e a família tinha poucos recursos financeiros). Eu tinha 11 pra 12 anos... e com aquela idade eu não sabia direito o que fazer. Ajudava a minha mãe... trocava milho em fubá... pescava.... arrumava uns trocados... assim fui rolando... até... hoje”.

“Quando ela (Conceição) fala comigo que quer comer uma melancia, trago logo uma de 12 quilos para ela e ponho lá... A minha felicidade é ver o seu prazer”.

“Conceição, pra mim, é uma segunda mãe. Sentimentalmente, as duas são iguais...” (Afonso)

As histórias das famílias de origem de Afonso e Conceição e de Marcelo e Olinda ilustram como as relações precedentes podem influenciar o presente de um casal. Segundo Framo (1970), o sistema familiar constitui-se de forças transgeracionais veladas que exercem influência nas novas relações conjugais. Em trabalho mais recente (2002), o autor afirma que as dificuldades vividas em um casamento podem ser consideradas formas encontradas pelo casal para elaborar, modificar ou defender-se de antigos e conflituosos paradigmas relacionais ligados à família de origem. Na escolha dos parceiros, sobretudo, os sujeitos tentam encontrar soluções interpessoais para conflitos intrapsíquicos.

5 Considerações Finais

Nosso objetivo nesse trabalho foi investigar as influências da família de origem na construção do laço conjugal no novo casal. Partimos da premissa de que toda família possui um conjunto de crenças, valores, princípios e padrões de atuação que definem sua psicodinâmica. Esse conjunto de elementos não só fundamenta as relações entre os indivíduos pertencentes ao núcleo familiar como também exerce um grau de influência nas gerações posteriores. Essas influências se manifestam em todas as áreas de atuação do novo casal de forma mais ou menos marcante. Alguns conteúdos transmitidos são absorvidos e metabolizados pelos herdeiros, outros conteúdos sofrem pouca ou nenhuma transformação, após serem assimilados. O novo casal é considerado o primeiro representante psíquico da herança da família de origem.

Nesse estudo de caso tivemos acesso a uma grande quantidade de material no qual aparecem conteúdos transmitidos não apenas em duas, mas em três gerações. A trama relacional descortinada a partir das entrevistas apresenta conteúdos referentes às projeções, às identificações parentais, à organização inconsciente do casal, aos conflitos relacionais familiares repetidos na conjugalidade, aos acordos inconscientes, às colusões, às transmissões inter e transgeracionais. A análise do material obtido foi realizada à luz da literatura sobre família, considerando as contribuições tanto do referencial psicanalítico quanto sistêmico.

Vários elementos vividos na primeira e na segunda geração reaparecem na história em construção da terceira geração, o novo casal. A repetição de comportamentos de gênero, o mito da traição, a infidelidade masculina, e as profecias auto-realizáveis constituem alguns elementos da transmissão presentes nesse estudo de caso e analisados sob a óptica trigeracional.

A literatura psicanalítica da transmissão psíquica aponta para uma relação existente entre a identificação com as figuras parentais e a organização inconsciente do casal. M. Filho se identifica com seu pai e reproduz em sua relação conjugal o padrão paterno, considerando Sandra um impedimento para a expressão livre de sua individualidade. Sandra se identifica com sua mãe, repetindo o padrão materno da crença na indissolubilidade do casamento. O casal

estabelece uma psicodinâmica semelhante à história das duas gerações anteriores, de modo complementar.

Em relação à concepção de casamento, M. Filho reproduz o modelo contraditório de seu pai que é transmitido a ele de forma velada. Embora apresente um discurso de valorização da conjugalidade, M. Filho trai Sandra e nega a traição, comportamento semelhante ao de seu pai em relação à sua mãe. Na linhagem materna de Sandra a transmissão ocorre, sobretudo, mediante a repetição trigeracional de crenças e de condutas de gênero. Avó, mãe e filha estão imbuídas de crenças semelhantes sobre o casamento, que deve ocorrer com o primeiro namorado, deve durar toda a vida e requer delas uma boa dose de sacrifício para mantê-lo. De modo semelhante à sua mãe, Sandra absorve o papel tradicional de esposa. Ambas estabelecem relações conjugais assumindo o papel de cuidadoras de seus respectivos esposos. Como tal, muitas vezes abdicam de seus próprios desejos em prol da manutenção do casamento. As concepções de casamento de M. Filho e Sandra contêm aspectos transmitidos multigeracionalmente. O novo casal estabelece uma dinâmica relacional complementar, modelo semelhante ao da família de origem de Sandra.

Segundo Willi (1978), indivíduos que possuem conflitos similares não superados tendem a projetá-los na relação conjugal, estabelecendo uma dinâmica que entrava o desenvolvimento da conjugalidade. A relação de Sandra e M. Filho representa o modelo colusivo oral no qual um parceiro atua de forma progressiva reforçando a dinâmica regressiva do outro. Sandra cuida de M. Filho ritualizando o mito materno do sacrifício no casamento para sua manutenção. M. Filho, por sua vez, ocupa na conjugalidade a posição de marido-filho, reforçando a dinâmica colusiva.

M. Filho, ao falar de sua expectativa sobre o casamento, faz referência a construir uma casa na roça, elemento presente na história familiar do pai. Sandra reproduz o padrão materno não relacionando o casamento à felicidade. Da mesma forma que sua mãe, Sandra não valoriza a individualidade na conjugalidade. Embora perceba a necessidade de fazer algo por si mesma, Sandra afirma ceder de boa vontade seus espaços individuais para ficar com o esposo.

Alguns padrões relacionais como o trato com o dinheiro e o lazer conjugal são reproduzidos na dinâmica do novo casal de forma semelhante ao modelo das famílias de origem de ambos os parceiros. Tanto na família de M. Filho quanto na

de Sandra a administração financeira fica a cargo das mulheres. Em relação ao lazer, o casal também reproduz modelos semelhantes aos instituídos em suas famílias de origem. O lazer conjunto deles praticamente não existe. Nas famílias de M. Filho e de Sandra o lazer girava em torno da família nuclear, não havia o lazer conjugal.

Esses fatos representam padrões interacionais repetidos intergeracionalmente. A forma como o novo casal interage e estabelece sua relação conjugal está relacionada ao modelo vivido em suas famílias de origem. Bowen (1978) afirma que seqüências repetidas de comportamentos originam modelos que se traduzem em normas para a relação. As transmissões se estabelecem por meio dessas normas, parâmetros da relação.

Alguns padrões de interação familiar são transmitidos a outras gerações mesmo quando os sujeitos se esforçam por evitá-los. M. Filho e Sandra incluem uma afilhada em seu convívio desde o início do casamento, repetindo simbolicamente os modelos parentais de ambos, nos quais os casamentos se estabeleceram a partir da gravidez. Com essa afilhada eles estabelecem uma triangulação. M. Filho, por meio da afilhada ganha liberdade para vivenciar seus encontros amorosos fora da conjugalidade. Sandra, de forma semelhante à sua mãe, renuncia parcialmente às suas desconfianças para manter o casamento. Em relação à comunicação, M. Filho reproduz o padrão paterno de desqualificação, reforçando a relação triangulada e evitando abordar assuntos relativos à traição.

O mito da traição perpassa as três gerações. Ele reaparece na terceira geração, o novo casal, como um fato predeterminado, um fato quase impossível de ser mudado. Nas famílias de origem dos parceiros do novo casal, os pais e avós de ambos, ocorreram episódios de infidelidade que geraram muito sofrimento. Temida e pouco discutida, a traição vivida na primeira geração foi enunciada como um fato a se repetir na segunda geração. Como um fantasma, o modelo de traição e negação reaparece na terceira geração. As profecias concretizadas na segunda geração ressurgem como uma predição a definir o destino da terceira geração.

Nesse estudo de caso, as profecias auto-realizáveis repetem-se intergeracionalmente. Olinda escutou de sua mãe o enunciado, posteriormente concretizado, sobre o destino de seu casamento: uma relação que não daria certo. Olinda, por sua vez, prenuncia o futuro do casamento de Sandra, equiparando o

comportamento de M. Filho ao de seu pai. A repetição do modelo de infidelidade de Marcelo é uma profecia enunciada na relação entre M. Filho e Sandra.

A trama relacional estabelecida ilustra como experiências procedentes do Édipo ou de outro momento marcante da história familiar de cada parceiro podem reaparecer na relação conjugal como uma tentativa de resolver questões não elaboradas. A revivescência de experiências infantis na relação atual indica a não aleatoriedade do encontro amoroso.

Observamos que, embora a repetição apareça de forma acentuada em vários aspectos na segunda e na terceira geração, os parceiros do novo casal elaboram e transformam parte da herança recebida. O casal valoriza, mais do que as gerações anteriores, o espaço da individualidade. M. Filho prioriza suas atividades esportivas e seu grupo de amigos. Sandra prioriza seu trabalho fora do lar, valorizando-o como um aspecto de sua individualidade, diferindo de sua mãe que abdicou do trabalho para dedicar-se à família. A relação afetivo-sexual do novo casal, também difere dos modelos parentais, na medida em que os parceiros apresentam diferentes demandas.

Segundo Granjon (2000), a transmissão é internalizada pelos diferentes membros de uma família de forma singular. A expectativa e as fantasias do sujeito associadas à história de cada um transformam a herança recebida. Ao assumir o legado, o sujeito apropria-se da herança recebida imprimindo sua marca singular na história.

Consideramos que, além disso, outras influências do contexto sociocultural incidem sobre a herança. A valorização da individualidade e o culto ao hedonismo ou à busca do prazer sexual são elementos marcantes da contemporaneidade.

A conjugalidade representa um terreno favorável para a reedição do romance familiar e para a elaboração das vivências infantis possibilitando o desenvolvimento do psiquismo do casal (Magalhães e Féres-Carneiro, 2001). As tramas intersubjetivas presentes na primeira e na segunda geração dos casais parentais reaparecem de forma mais ou menos marcante na dinâmica da terceira geração. Sandra e M. Filho reproduzem em seu casamento suas histórias familiares, seus mitos, suas crenças, as expectativas e desejos de seus pais, sua herança, enfim. As histórias e as expectativas do casal aparecem entrelaçadas na construção da vida em comum.

Ao investigarmos as influências da família de origem na formação do laço conjugal no novo casal, vários elementos descortinaram-se significativamente. Nesse estudo de caso observamos a transmissão e repetição de padrões interacionais em um sistema trigeracional. A trama intersubjetiva familiar, as identificações parentais, o modelo de comunicação, os valores, as crenças, os enunciados, os desejos parentais não satisfeitos e os medos foram alguns dos elementos que denunciaram as repetições intergeracionais.

Embora os sujeitos componentes dos subsistemas estudados nem sempre convivessem no mesmo espaço, as repetições de padrões relacionais multigeracionais demonstram que as relações entre eles mantinham-se significativas. Padrões interacionais de uma família podem ser sustentados ou modificados em gerações posteriores de acordo com a história do sujeito e com as trocas intersubjetivas.

Em nosso estudo de caso, a investigação das repetições em três gerações contribuiu para a compreensão da constituição da identidade do novo casal e do sistema familiar. Determinadas repetições de padrões interacionais multigeracionais apresentam-se como funcionais e fornecem uma distinção específica ao casal. Outras repetições impedem o crescimento e a mudança do sistema conjugal, mantendo-o em uma condição disfuncional. Entender os mecanismos da repetição que geram interações disfuncionais contribui, sobretudo, para o aprimoramento de recursos para a clínica do casal, na qual tais fenômenos podem ser discutidos, elaborados e transformados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, L. (1996). **Na escuta do laço conjugal**. Rio de Janeiro: Uapê.
- AMADO, C. M. (2003). **Escolha amorosa: da repetição à transformação**. 2003. 84 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ANDOLFI, M. (org). (2002). A terapia de casal como processo transformativo. In **A crise do casal uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, p.99-121.
- ANGELO, C. (1995). A escolha do parceiro. In ANDOLFI, M.; ÂNGELO, C.; SACCU, C. (Org.). **O casal em crise**. 2. ed. Porto Alegre: Summus, p. 47-57.
- AYLMER, R. C. (2001). O lançamento do jovem adulto solteiro. In: MCGOLDRICK, M.; CARTER, B. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, p. 169-183.
- BARDIN, L. (1979). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Martins Fonte.
- BEAUVOIR, S. (1983). **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENGHOZI, P. (2000). Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta.
- BERTHOUD, C. M. E. (2002). Visitando a fase de aquisição. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 29-57.
- _____; BERGAMI, N. B. B. (1997). Família em fase de aquisição. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Família e ciclo vital nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 47-73.
- BIASOLI-ALVES Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia teoria e pesquisa**, n.16, v.3, p. 233-239.
- BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G. M. (1973). **Lealtades invisibles**. Buenos Aires: Amorrortu.
- BOWEN, M. (1978). **Family therapy in clinical practice**. New York: Aronson.
- CARRETEIRO, T. C. (2001). Vinculações entre romance familiar e trajetória social. In: FÉRES-CARNEIRO. T. (Org.). **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: NAU.
- CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (1997). **Família e ciclo vital nossa realidade em pesquisa**: São Paulo: Casa do Psicólogo.

CERVENY, C. M. O. (Org.). (2000). **A família como modelo: desconstruindo a patologia**. Campinas: Livro Pleno.

_____ (2002). Pensando a Família Sistemicamente. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 15-27.

_____ (2004). **Família e... Comunicação, Divórcio, Mudança, Resiliência, Deficiência, Lei, Bioética, Doença, Religião e Drogadição**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

DIAS, M. V. (1995). **Casamento e coabitação: imaginário e cotidiano**. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIAS, M. V. (2000). **A construção do casal: um estudo sobre as relações conjugais contemporâneas**. Tese de Doutorado em Psicologia – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DUVALL, E. M. (1997). **Marriage and family development**. 5. ed. Philadelphia: Lippincott.

EIGUER, A. (1984). **La thérapie psychanalytique de couple**. Paris: Dunod.

_____ (1989). **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artes Médicas.

ELKAÏM, M. (1989). **Se você me ama, não me ame**: abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal. Papirus: Campinas.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1998). O casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 379-394.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. (2001). Retour de la conjugalité sur la subjectivité des partenaires: une question pour la clinique psychanalytique du couple. **Généralisations - revue française de thérapie familiale**, Paris, 3, 43 - 49.

_____ (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S.; ZIVIANI, C. (PRELO). Conjugalidad de los padres y proyectos vitales de los hijos frente al matrimonio. **Revista Cultura y Educación – Familia y Pareja**.

FOWERS, B. J. (1989). ENRICH Marital Inventory: A discriminant validity and cross-validity assessment. **Journal of Marital and Family Therapy**, 15, 1, 65-79.

FRAMO, J. L. (1970). Symptoms from a family transactional viewpoint. In: ACKERMAN, N. W.; LIEB, J.; PIERCE, J. K. (Org.). **Family therapy in transition**. Boston: Little Brown.

FRAMO, J. L. (2002). Uma abordagem transgeracional à terapia de casal, à terapia familiar e à terapia individual. In: ANDOLFI, M. (Org.). **A Crise do casal uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, p. 73-78.

FREUD, S. (1913). **Totem e Tabu**. Rio de Janeiro: Imago, (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIII, 1974).

_____ (1914). **Sobre o narcisismo: uma introdução**. Rio de Janeiro: Imago, (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV, 1974).

GIDDENS, A. (1992). **Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp.

_____ (2000). **O mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record.

GOLDENBERG, M. (1991). **Ser homem, ser mulher: dentro e fora do casamento**. Rio de Janeiro: Revan.

_____ (1994). Do casamento ao casal. In: ALBORNOZ, C.; KÜHNER, M. H. (Org.). **Homem, mulher: uma relação em mudança**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, p. 97-104.

_____ (2000). **Os Novos Desejos**. Rio de Janeiro: Record.

GRANJON, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta.

HALEY, J. (1976). **Psicoterapia familiar**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

HILL, R. (1970). **Family development in three generations**. Cambridge: Schenkman.

JABLONSKI, B. (1991). **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir.

JACKSON, D. (1965). "The study of the family". **Family Process**, n. 4, p. 1-20.

_____ et al (1970). **Interacción familiar**. Buenos Aires: Ed. Buenos Aires.

KAËS, R. (1976). **L' appareil psychique groupal**. Paris: Dunod.

KAUFMANN, J.C. (1995). **Sociologie du couple**. Paris: PUF.

KROM, M. (2000). **Família e Mitos – prevenção e terapia: resgatando histórias**. São Paulo: Summus.

LEMAIRE, J. (1988). Du je au nous, ou du nous au je? Il n'y a pas de sujet tout constitué. **Dialogue: recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille**. n., v. 4, p. 72-79.

LORIEDO, C.; STROM, P. (2002). Os processos de transmissão transgeracional nos casais e o tratamento das problemáticas ligadas às famílias de origem. In: ANDOLFI, M. (Org.). **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, p. 123-138.

MAGALHÃES, A. S. (1993). **Individualismo e conjugalidade: um estudo sobre o casamento contemporâneo**. 147 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

McDOUGALL, J. (1993). Pai morto: sobre o trauma psíquico infantil e sua relação com o distúrbio na identidade sexual e na atividade criativa. In: GREEN, D. (Org.). **O enigma dos sexos**. Rio de Janeiro: Imago.

McGOLDRICK, M.; CARTER, B. (2001). **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED.

MELCHERT, T. (1998). A review of instrument for assessing family history. **Clinical Psychological Review**, 18, 2, 163-187.

MELCHERT T. SAYGER, T. (1998). The development of instrument for measuring memories of family origin characteristics. **Education and Psychological Measurement**, 58, 1, 99-118.

MIERMONT, J. et al. (1994). **Dicionário de terapias familiares: teoria e prática**. Porto Alegre: Artes Médicas.

MINUCHIN, S. (1974). **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

OLSON, D. H. & FOWERS, B. J. (1993). Five types of marriage: an empirical typology based on ENRICH. **The Family Journal**, 1, 196-207.

OSÓRIO, L. C. (2002). **Casais e famílias, uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed.

PINCUS, L.; DARE, C. (1981). **Psicodinâmica da Família**. Porto Alegre: Artes Médicas.

SAMARA, E. M. (1988). Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História**, n. 8, v.15, p. 91-105.

SINGLY, F. (1993). **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Nathan.

THÉRY, I. (1996) Différence des sexes et difference des generations. In: **Malaise dans la Filiation**. Esprit. Paris, p. 65-90.

TOLEDO, M. T. (2002). **Psicanálise: a clínica do amor: Um estudo sobre a relação entre o ideal de amor romântico e a criação do saber psicanalítico**. 143 f. Tese de Doutorado em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WATZLAWICK, P.; BEAVIM, J.; JACKSON, D. (1967). **Pragmática da comunicação humana**. Cultrix: São Paulo, 1973.

WILLI, J. (1975). **La pareja humana: relation y conflicto**. Madri: Morata, 1978.

7 ANEXOS

7.1 Anexo 1

QCP – Questionário sobre a conjugalidade dos pais

Por favor, responda cada questão de acordo com a sua impressão sobre a relação conjugal de seus pais, marcando a alternativa mais próxima da sua lembrança dos fatos. Caso seus pais tenham se separado e se recasado quando você ainda era muito pequeno, escolha o casal (pai/madrasta ou mãe/padrasto) com o qual você mais conviveu, como referência para responder o questionário. Caso você tenha crescido com um outro casal (tios, avós ou padrinhos) ou só com um dos pais (pai ou mãe), escolha o casal que ocupou o lugar mais importante para você ao longo do seu crescimento como referência. Em qualquer destes casos, indique a que casal você está se referindo.

Minhas respostas se referem a:

Meus pais Meu pai e minha madrasta Minha mãe e
meu padrasto

Outro casal Especifique o tipo de vínculo _____
Idade: Homem _____ anos. Idade: Mulher _____ anos.

Situação Conjugal Atual

Casados Separados Viúvo Viúva Recasados: Homem Mulher Ambos

Se separados/viúvo(a): sua idade à época _____ anos.

Se recasados: Homem - sua idade à época do 1º recasamento: _____ anos.

Mulher - sua idade à época do 1º recasamento: _____ anos.

1- Meus pais faziam surpresas agradáveis um para o outro.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

2- Meus pais saíam com amigos comuns.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

- 3- Meus pais dificultavam a vida profissional um do outro**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 4- Minha mãe assumia responsabilidade pelo que dizia ou fazia.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 5- Meus pais dividiam as responsabilidades no dia-a-dia.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 6- Meu pai falava mal da família da minha mãe.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 7- Meus pais saíam para se divertir sem os filhos.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 8- Meu pai demonstrava insegurança na relação com minha mãe.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 9- Minha mãe demonstrava ser uma pessoa feliz.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 10- Meus pais se interessavam pelas questões um do outro.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 11- Meu pai aparentava permanecer casado por conveniência.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 12- Meus pais concordavam um com o outro.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 13- Meu pai ameaçava bater na minha mãe.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 14- A relação dos meus pais parecia tensa.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 15- Meu pai aparentava trair minha mãe.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 16- Meus pais expressavam seus sentimentos um pelo outro.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 17- Minha mãe demonstrava desejo pelo meu pai.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 18- Meu pai confiava na minha mãe.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 19- Meu pai se sentia sozinho.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre
- 20- Meus pais demonstravam ser companheiros.**
Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

21- Na relação dos meus pais existiam sérios conflitos que eles nunca resolveram.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

22- Meus pais se abraçavam na frente dos filhos.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

23- Meus pais costumavam ficar conversando um com o outro.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

24- Minha mãe ameaçava bater no meu pai.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

25- Meus pais se ridicularizavam mutuamente.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

26- Meus pais facilitavam a vida profissional um do outro.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

27- Minha mãe confiava no meu pai.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

28- Meus pais costumavam rir juntos.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

29- Meus pais tinham “brigas feias”.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

30- Meus pais trocavam carinhos físicos.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

31- Meus pais reclamavam um do outro.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

32- Minha mãe demonstrava satisfação com o casamento.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

33- Meu pai sentia ciúme da minha mãe.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

34- Minha mãe aparentava trair meu pai.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

35- A relação dos meus pais parecia gratificante para ambos.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

36- Meus pais se agrediam fisicamente.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

37- Meu pai assumia responsabilidade pelo que dizia ou fazia.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

38- Meu pai demonstrava desejo pela minha mãe.

Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

39- Minha mãe falava mal da família do meu pai.Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **40- Meus pais se beijavam na frente dos filhos.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **41- Meus pais passavam o tempo livre juntos.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **42- Meus pais eram flexíveis para mudar suas opiniões.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **43- Meus pais concordavam sobre as regras referentes à minha educação.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **44- Minha mãe aparentava permanecer casada por conveniência.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **45- Meu pai demonstrava satisfação com o casamento.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **46- Meus pais tinham dificuldade de comunicação.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **47- Meus pais discutiam por causa de dinheiro.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **48- Meus pais se elogiavam mutuamente.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **49- Minha mãe demonstrava insegurança na relação com meu pai.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **50- Meu pai demonstrava ser uma pessoa feliz.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **51- Meus pais atiravam ou quebravam objetos quando estavam brigando.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **52- Minha mãe se sentia sozinha.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **53- Meus pais respeitavam suas diferenças de opinião.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **54- Meus pais pareciam sintonizados.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **55- Minha mãe sentia ciúme do meu pai.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre **56- Meus pais aparentavam estar felizes com o relacionamento deles.**Nunca Raramente Às vezes Geralmente Sempre

7.2 Anexo 2

Roteiro oculto para entrevista com o casal

- 1- O que é casamento para você? (concepção de casamento)

- 2- Quais os aspectos positivos e negativos do casamento?

- 3- Qual a sua expectativa inicial com relação ao seu casamento?
Como você imaginava ser o seu casamento?

- 4- Como são divididas as tarefas entre você e fulano? (papéis e função)

- 5- Como você vivencia o individual e o conjugal no casamento?
(individualidade e conjugalidade)

- 6- Como é a vida afetivo-sexual?

- 7- Como é a relação de vocês no trato com o dinheiro?

- 8- Como é o lazer na vida de vocês?

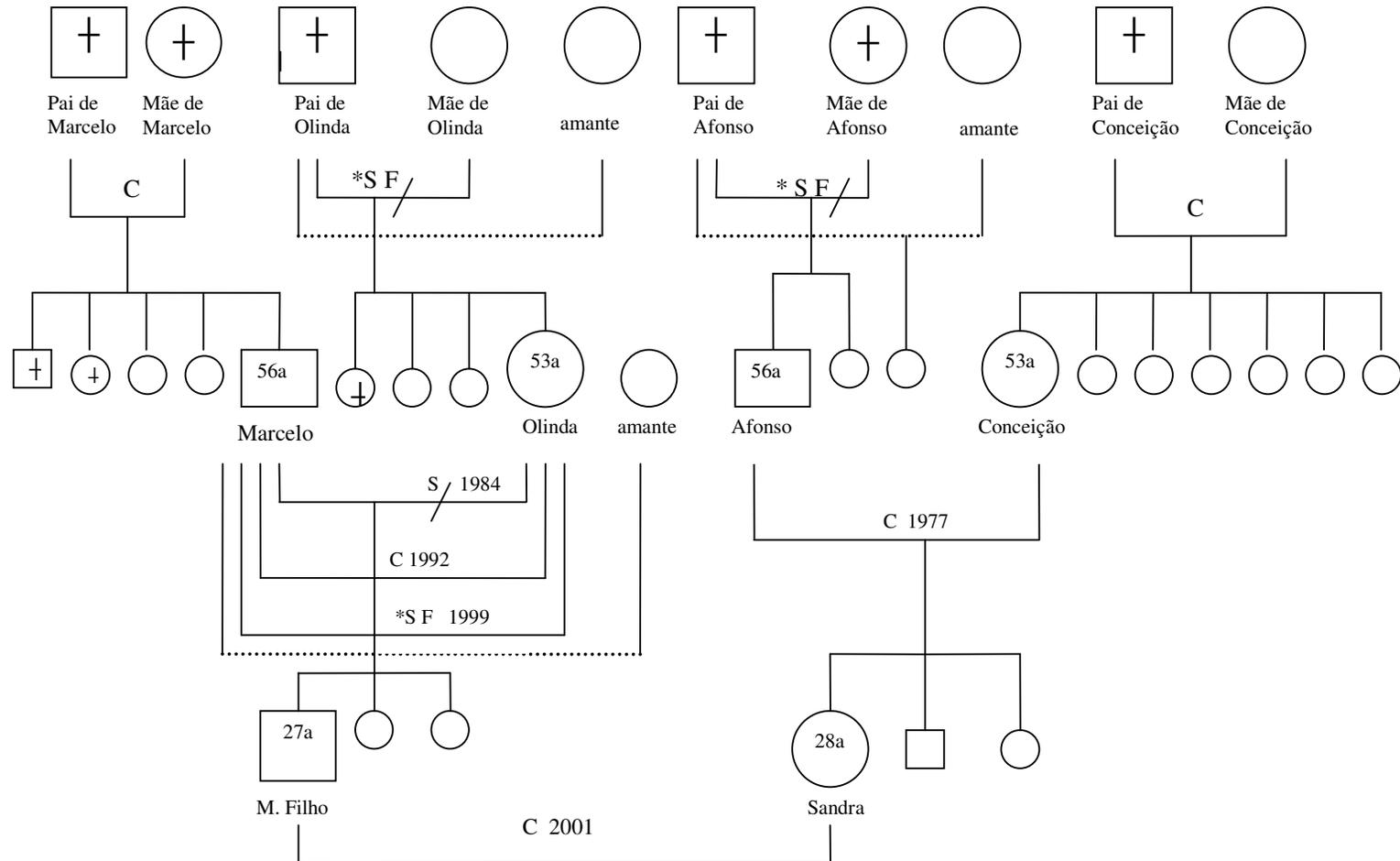
- 9- Como é sua relação com sua família de origem?

- 10- O modelo de relação dos seus pais influenciou o seu?
Em que medida? (modelo de relação / influência transgeracional)

Roteiro oculto para entrevista com os pais

- 1- O que é casamento para você? (concepção de casamento)
- 2- Quais os aspectos positivos e negativos do casamento?
- 3- Como você imaginava que seria o seu casamento? (expectativa)
- 4- Como são divididas as tarefas entre você e fulano? (papéis e função)
- 5- Como você vivencia o seu individual e o conjugal no casamento?
(individualidade e conjugalidade)
- 6- Como é a vida afetivo-sexual?
- 7- Como é a relação de vocês no trato com o dinheiro?
- 8- Como é o lazer na vida de vocês?
- 9- Como é sua relação com sua família de origem?
- 10- Você acha que a forma como você vive seu casamento, influencia ou influenciou o casamento de seu filho(a)?
Em que medida? (modelo de relação / influência geracional)

7.3
Anexo 3



Utilizamos o modelo apresentado por McGoldrick (2001) para a construção do genograma. Instituímos, ainda, os seguintes símbolos para melhor compreensão das relações estabelecidas: *S F: Separados de fato; S: Separados oficialmente; C: Casados oficialmente